

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CLAUDIA CONCEIÇÃO COIMBRA

**TERRITÓRIOS EM TRÂNSITO: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS
MULHERES DO ACAMPAMENTO ARRAIAL DA VITÓRIA, ARIQUEMES –
RONDÔNIA E A INSTITUIÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS**



**PORTO VELHO – RO
2015**

CLAUDIA CONCEIÇÃO COIMBRA

**TERRITÓRIOS EM TRÂNSITO: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS
MULHERES DO ACAMPAMENTO ARRAIAL DA VITÓRIA, ARIQUEMES –
RONDÔNIA E A INSTITUIÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Amazônia e Políticas de Gestão Territorial

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria das Graças Silva Nascimento Silva

**PORTO VELHO – RO
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

Coimbra, Cláudia Conceição
C679t

Territórios em trânsito: estratégias de sobrevivência das mulheres do acampamento Arraial da Vitória, Ariquemes- Rondônia e a instituição de seus territórios./ Cláudia Conceição Coimbra. Porto Velho, Rondônia, 2015. 171 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria das Graças Silva Nascimento Silva

1. Acampamento. 2. Gênero. 3. Mulher. 4. Território. I. Nascimento Silva, Maria das Graças. II. Título.

CDU: 911.3

Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina Teixeira Girard/ CRB 11-897

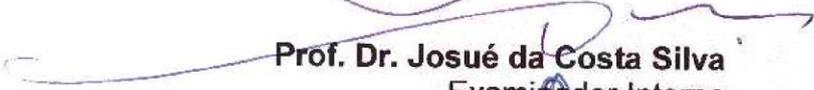
**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO****CLÁUDIA CONCEIÇÃO COIMBRA**

A Banca de defesa de Mestrado presidida pela orientadora **Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva** e constituída pelos examinadores **Prof. Dr. Josué da Costa Silva** e **Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva**, reuniram-se no dia 07 de agosto de 2015, às 10 horas na sala Rosa Ester Rossini, Bloco 1N, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "**Territórios em Trânsito: Estratégias das Mulheres do Acampamento Arraial da Vitória. Ariquemes-Rondônia e a Instituição de seus Territórios**", da mestrande **Cláudia Conceição Coimbra**, matrícula 201310032. Após a explanação da mestrande e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada APROVADA. Conforme determinação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, a candidata tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação.

Porto Velho, 07 de agosto de 2015.



Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Orientadora/presidente



Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Examinador Interno



Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Examinador Interno

Dedico esta dissertação a minha mãe
Maria Rita da C. Coimbra

AGRADECIMENTOS

Toda construção é difícil. No entanto, fica mais fácil quando encontramos colaboradores a cada etapa planejada.

Deus foi o maior e melhor de todos os colaboradores, pois deu forças quando tudo parecia impossível, quando as lágrimas teimavam em cair na ânsia pelas respostas e nos momentos que pensei em desistir. Enviou-me, também, pessoas incríveis para ajudar a colocar cada material necessário na sustentação da obra.

A base de tudo é minha mãe, Maria Rita, que apesar da pouca escolaridade plantou em mim o desejo pelo estudo. Agradeço muito por me apoiar independente de qualquer coisa, mesmo sabendo que poderia ficar distante ou ausente em muitos momentos. Realmente, sinto que agradecer é muito pouco para essa que admiro e amo tanto.

A minha filha Ádylla é o cimento que une todas as partes e, nessa ligação, desperta um amor incondicional. Tenho que agradecê-la por ter força quando enfrentou a ausência da mãe nos momentos que muito precisava, mas mesmo assim compreendeu e apoiou, porque sabia que era uma etapa importante no meu crescimento pessoal e profissional. Mesmo sem saber, ela sempre foi o motivo para eu não desistir.

O teto ou cobertura, representando a proteção, é o agradecimento ao companheiro Gilson de todas as horas que, desde a elaboração do projeto, sofreu comigo a angústia da superação do primeiro obstáculo da construção, comemorou junto meu ingresso no mestrado, fez várias viagens a Porto Velho para me acompanhar quando me sentia cansada e conviveu com a ausência nas viagens de estudo, pesquisa, apresentação de trabalhos, como também a falta de atenção nas longas e cansativas horas que tive que ficar na frente do computador e dos livros na busca ansiosa de respostas e escrita da dissertação.

Aos que agradeço a seguir são os tijolos que fizeram avançar para a conclusão da obra. Parecem pequenos, mas juntos são grandiosos.

As minhas irmãs (Isabel, Marina, Izaura, Creuza e Neuza) e meu irmão (Claudio) que, mesmo longe, acreditaram que eu seria capaz. Ao meu irmão Clóvis que faleceu um mês depois que soube da resposta da aprovação no mestrado, mas

que deixou o ensinamento de que devemos aproveitar a vida e fazer o que gostamos mesmo quando a dor da separação se instala na nossa alma.

Aos sobrinhos e sobrinhas, especialmente à Tatiane pelo compartilhamento das nossas ansiedades e aprendizados e à Kelly (Bacanhinha) que sempre se preocupou comigo, sendo amiga e companheira quando precisei.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (**IFRO**) pelo apoio dado em todas as etapas e, principalmente, por conceder o afastamento para a qualificação e defesa deste trabalho, favorecendo a capacitação dos docentes para uma educação de qualidade na instituição.

Aos amigos de trabalho do **IFRO** que me incentivaram a buscar conhecimento, principalmente aqueles que ajudaram valiosamente nas dicas para elaboração do projeto, na tradução para o inglês e orientações para elaboração dos gráficos (Sílvio Melo, Márcia Barbosa, Quézia Rosa, Fabiana Demeu, Márcia Yolanda, Marco Venicio, Claudinei Oliveira, Roberto Luis Carvalho, Aparecido Labadessa e André Peres).

À Universidade Federal de Rondônia (**UNIR**) pela oportunidade de fazer parte do Programa de Pós-Graduação em Geografia e que não mediu esforços para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, corroborando para que me tornasse uma pesquisadora que almeje conhecimento não somente individual, mas que possa dividir e contribuir com outros que também querem caminhar na pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Federal de Rondônia, pela dedicação e carinho em ensinar os caminhos por onde percorrer e por onde buscar o que é necessário na trajetória de pesquisadora.

Especialmente agradecer à professora Maria das Graças Silva Nascimento Silva, ou simplesmente “Gracinha”, que mais que orientar na construção da dissertação deu-me oportunidades de vivenciar, experimentar e conhecer os vários mundos possíveis da Geografia, até mesmo aqueles guardados no âmago do meu ser e que só precisavam de um incentivo de uma amiga, quando achei que não era capaz. Mesmo que escrevesse mil folhas de agradecimentos a ela seria muito pouco pelas enormes mudanças que causou quando acreditou em mim.

Também não poderia deixar de agradecer ao professor Josué da Costa Silva que assustou com as quase 20 obras no início do mestrado, mas ensinou que para fazer e conhecer Geografia é preciso ser forte e persistente, pois não tem como

desistir dessa ciência que está em todos os lugares imagináveis e inimagináveis. Através das obras, seminários, debates, trabalhos de campo e expedições mostrou-me uma Geografia exuberante e cheia de vida, que exala Cultura pelos seus poros.

À professora Madalena Cavalcante pela amizade, ao professor Ricardo Gilson pelo empréstimo de algumas obras que me incentivaram a buscar muito mais sobre a temática da pesquisa e às valiosas contribuições na qualificação. Não poderia deixar de agradecer ao professor Adnilson de Almeida Silva pela prontidão em atender aos pedidos de socorro e dúvidas que surgiram pelo caminho do aprendizado.

Às amigas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (**GEPGÊNERO**) pelos encontros, conversas, apoio e artigos sobre as questões de gênero e, também, aos amigos e amigas do Grupo de Estudos e Pesquisas Modos de Vidas e Culturas Amazônicas (**GEPCULTURA**), unidos em várias atividades de aprendizado.

Ao Grupo de Estudos Territoriais (**GETE**), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (**UEPG**), pela valiosa contribuição para que este trabalho se concretizasse, através da professora Joseli Maria Silva e do professor Márcio Ornat pelo acolhimento no grupo, às dicas das obras para leitura, à estruturação da dissertação e por me fazer acreditar que seria possível. Também, aos amigos João Paulo Leandro Almeida e Tamires Oliveira que ajudaram nos mapas e dados importantes.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (**INCRA**), através do Ouvidor Agrário Erasmo Tenório da Silva e da Tânia pelo material de apoio e entrevista, além da amizade que se concretizou nas várias conversas regadas de doses do assunto principal: acampamento em Rondônia.

Também agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**) pela possibilidade da bolsa para desenvolver a pesquisa ora apresentada.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas da turma de mestrado 2013 que deram o toque final à obra. Pelo brilho, renovação de ideias, convivência maravilhosa, ensinamentos e por encher de alegria os dois anos do mestrado.

O que fica para o final é o que vai dar cor e trazer vida para a construção e, se não fosse assim, não teria sentido e razão de existir. Deste modo, agradeço imensamente às mulheres do Acampamento Arraial da Vitória que me acolheram e relataram suas angústias, aflições e conquistas mostrando que a vida só tem sentido

quando há luta pelo que se deseja e espera de mudanças. Especialmente, à acampada Lucivânia que esteve comigo em toda a trajetória da pesquisa de campo e, mesmo quando doente, fez-se presente. Obrigado pela amizade que conservamos.

E àqueles que, porventura, os nomes não foram citados aqui, mas que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito desta pesquisa.

RESUMO

COIMBRA, Cláudia Conceição. **Territórios em Trânsito: estratégias de sobrevivência das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória, Ariquemes – Rondônia e a instituição de seus territórios.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

A presente dissertação analisa as estratégias de sobrevivência das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória, Ariquemes-Rondônia, e a instituição de seus territórios considerando que, mesmo participando dos movimentos de luta pela terra, suas ações são (in)visibilizadas em favorecimento dos homens, articulando, desta maneira, não somente elementos objetivos, mas também os subjetivos de sua identidade camponesa que produz e transforma o meio rural. A operacionalização desta pesquisa ocorreu a partir da abordagem qualitativa com: a) aplicação de questionários fechados; b) roteiro de entrevistas para 30 mulheres que representam suas famílias no acampamento; c) análise documental do INCRA e das acampadas, bem como entrevistas com funcionários do referido órgão; e, d) diários de campo que auxiliaram na análise do fenômeno indagado e na validação metodológica. Constatou-se que as estratégias trazem abertura para a mulher ocupar, além dos espaços privados, também os espaços públicos, ocasionando mudanças nas relações de gênero instituídas culturalmente. Ainda, ocupam os papéis assumidos na divisão do trabalho, mesmo que, na maioria das vezes, ainda ocupem aqueles ligados aos afazeres domésticos, oferecendo às mulheres a criação de seus territórios transitórios rurais e urbanos.

Palavras-chave: Acampamento; gênero; mulher; território.

ABSTRACT

COIMBRA, Claudia Conceição. **Transit in Territories: survival strategies of women Arraial Camp Victory, Ariquemes – Rondônia and the institution of their territories.** Dissertation (Master's degree in Geography) – Graduate Program in Geography, Federal University of Rondônia, Porto Velho, 2015.

This dissertation analyses the survival strategies of the woman from Arraial da Vitória Camping, Ariquemes-Rondonia and the institution of their territories. Considering that even participating from the fights movements for the land, their actions are made invisible and all in favor for the men, articulating this way not only the objectives elements but even the subjective of the countrywoman that produces and transforms the countryside. The operationalization of this research took place from the qualitative approaching with a) multiple choice question b) interviews of 30 women that represent their camping families c) documentary analysis of INCRA and camping, as well as interviews with officials of that organ, d) field diary that helps analyses the questioned phenomenon and methodological validation. As regards the strategies brings a new view from women to use not only the private spaces but even publics, this causing changes in gender to have their cultural relationship changes beyond the division of labor, even though most of the time occupy those linked as a household, however offers women setting up their rural and urban transient territories.

Keywords: Camping; gender; women; territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa do Território Vale do Jamari.....	46
Figura 02	Mapa da área do Acampamento Arraial da Vitória.....	46
Figura 03	Mapa da trajetória para realização de entrevistas em Ariquemes/RO.....	71
Figura 04	Sequência dos grupos pelo local de moradia e trabalho das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória em Ariquemes/RO.....	73
Figura 05	Determinantes em saúde.....	109

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	Reunião de mulheres e homens acampados, Acampamento Arraial da Vitória – Ariquemes/RO, 2013.....	32
Imagem 02	Flores ornamentais nos barracos do Acampamento Arraial da Vitória – Ariquemes/RO, 2014.....	74
Imagem 03	Parte externa dos barracos.....	94
Imagem 04	Parte interna dos barracos.....	96
Imagem 05	Parte interna dos barracos e a iluminação alternativa.....	97
Imagem 06	Anoitecer no acampamento e a iluminação elétrica.....	98
Imagem 07	Mulheres na fila para usar o mictório.....	99
Imagem 08	Água contaminada resultante do lavatório e pia.....	100
Imagem 09	Mulher acampada utilizando a pia próximo ao lavatório.....	100
Imagem 10	Fogão à lenha para preparação de alimentos.....	101
Imagem 11	Identidades coletivas e o cotidiano.....	102
Imagem 12	Artesanato de crochê confeccionado por acampada.....	129
Imagem 13	Rede de dormir confeccionada por acampada.....	130
Imagem 14	Confecção de chinelos por acampada.....	136
Imagem 15	Acampada pescando na represa.....	141
Imagem 16	Território religioso feminino.....	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Grupos que ocuparam ou compraram terras no Acampamento São Francisco.....	41
Gráfico 02	Naturalidade das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	80
Gráfico 03	Evolução da população rural regional - 1950-2000.....	80
Gráfico 04	Faixa etária das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	83
Gráfico 05	Situação marital das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	83
Gráfico 06	Cor/etnia das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória...	85
Gráfico 07	Escolaridade das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	86
Gráfico 08	Religião das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	87
Gráfico 09	Igrejas frequentadas pelas mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	88
Gráfico 10	Tempo de luta pela terra das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	89
Gráfico 11	Acesso à informação das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	90
Gráfico 12	Renda familiar do Acampamento Arraial da Vitória.....	92
Gráfico 13	Recebimento de bolsa família entre as mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	93
Gráfico 14	Material do barraco no Acampamento Arraial da Vitória.....	95
Gráfico 15	Formas de iluminação alternativas.....	97
Gráfico 16	Local de realização do trabalho das acampadas.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Quantidade de mulheres entrevistadas nos pontos representativos da figura 03 e ponto real da entrevista - Ariquemes/RO.....	72
Tabela 02	Número de filhos por idade das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória - Ariquemes/RO.....	84
Tabela 03	Doenças que se destacaram entre as mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Categorizações dos objetos de estudo nas dissertações e teses referenciadas ao estudo de relações de gênero no mundo rural.....	59
Quadro 02	Categorizações dos objetos de estudo de artigos sobre a temática da dissertação em 90 periódicos on-line nos estratos A1-A2-B1-B2-B3-B4 e B5.....	60
Quadro 03	Trabalhos realizados pelas mulheres no Acampamento Arraial da Vitória em Ariquemes/RO que geram renda.....	129
Quadro 04	Trabalhos externos ao Acampamento Arraial da Vitória em Ariquemes/RO realizados pelas mulheres.....	131
Quadro 05	Atividades de lazer entre as mulheres do Acampamento Arraial da Vitória, por ordem de predominância.....	140

LISTA DE SIGLAS

CNPq: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

CONAB: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO.

CPT: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

DOAMC: DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA AGRÁRIA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.

FETAGRO: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DE RONDÔNIA.

GEPcultura: GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MODOS DE VIDAS E CULTURAS AMAZÔNICAS.

GEPgênero: GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM GEOGRAFIA, MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO.

GETE: GRUPO DE ESTUDOS TERRITORIAIS.

IBG: INSTITUTO BRITÂNICO DE GEOGRAFIA.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

IFRO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.

INCRA: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

LCP: LIGA DOS CAMPONESES POBRES.

MASTER: MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA.

MDA: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.

MDS: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

MMC: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS.

MST: MOVIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.

PAD: PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO

PIC: PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO

PNAD: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO.

PNRA: PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA.

PPGG: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.

PTDRS: PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.

UEPG: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.

UNIR: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA.

WGSG: WOMEN AND GEOGRAPHY STUDY GROUP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1	
ACAMPAMENTO ARRAIAL DA VITÓRIA: GÊNERO E INSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS	
1.1 Relações de Gênero, Território e Luta pela Terra.....	24
1.2 A Trajetória de Constituição do Acampamento Arraial da Vitória....	39
1.3 A Luta pela Terra em Rondônia e a Participação das Mulheres.....	50
CAPÍTULO 2	
A CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS E OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO	
2.1 Os Primeiros Passos para o Processo de Construção da Problemática.....	55
2.2 Os Procedimentos de Pesquisa para o Êxito da Caminhada.....	63
CAPÍTULO 3	
AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O PERFIL DAS MULHERES ACAMPADAS NA TRAJETÓRIA DE CONSTITUIÇÃO DO ARRAIAL DA VITÓRIA	
3.1 Perfil Socioeconômico das Mulheres Acampadas no Arraial da Vitória.....	77
3.1.1 <i>A mulher rural e o movimento de conservação das raízes culturais.....</i>	78
3.1.2 <i>A mulher acampada e seus retratos de vida.....</i>	82
3.1.3 <i>A mulher acampada e a escolaridade.....</i>	85
3.1.4 <i>A mulher acampada e a religiosidade.....</i>	87
3.1.5 <i>Tempo de luta e acesso à informação.....</i>	89
3.1.6 <i>Renda-se a quase nada: o sofrimento das mulheres acampadas</i>	91
3.1.7 <i>Lar amargo, lar provisório.....</i>	94
3.2 Situação Feminina na Constituição do Arraial da Vitória.....	103

3.2.1	<i>Uma “estranha” no ninho capitalista e as doenças como consequência.....</i>	105
3.2.2	<i>O silêncio que ecoa na alma.....</i>	112
3.2.3	<i>A injunção da escassez de alimentos.....</i>	116

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS MULHERES DO ACAMPAMENTO ARRAIAL DA VITÓRIA E SEUS TERRITÓRIOS

4.1	As Estratégias Desenvolvidas pelas Mulheres do Acampamento Arraial da Vitória em seu Processo de Resistência na Luta pelo Acesso à Terra.....	120
4.1.1	<i>As premissas das estratégias: de onde venho, pra onde vou....</i>	121
4.1.2	<i>O trabalho como válvula de escape da situação precária.....</i>	122
4.1.2.1	<i>A caixinha de surpresas: a arte de trabalhar onde é quase impossível.....</i>	127
4.1.2.2	<i>Mobilidade estratégica na busca por trabalho.....</i>	131
4.1.2.3	<i>As relações de gênero e a divisão do trabalho.....</i>	138
4.1.3	<i>Lazer como estratégia.....</i>	140
4.2	Os Territórios Femininos das Mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.....	142
4.2.1	<i>Entre os territórios construídos e desconstruídos.....</i>	143
4.2.2	<i>Territórios em trânsito: movimentos femininos de idas e vindas.....</i>	147

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO (MULHER), ACAMPAMENTO E TERRITÓRIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	152
--	------------

REFERÊNCIAS.....	157
-------------------------	------------

APÊNDICE A	Questionário.....	167
-------------------	--------------------------	------------

APÊNDICE B	Roteiro de entrevistas.....	170
-------------------	------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Descobrir o que não se põe aos olhos é construir a poesia do que está a mostra: é qualificar a invisibilidade do visível. É buscar a origem e a natureza do que se coloca disponível e cobri-lo de palavras e significados (HISSA, 2006, p. 184).

Esta pesquisa tem por fio condutor a seguinte questão central: “como as mulheres do acampamento Arraial da Vitória estabelecem suas estratégias de sobrevivência para instituição de seus territórios?”. Tal questão foi subdividida nas seguintes subquestões: 1- Quem são as mulheres acampadas na trajetória de constituição do Arraial da Vitória? 2- Como são estabelecidas as estratégias de sobrevivência das mulheres do acampamento? e, 3- Como as mulheres constituem os seus territórios?

A questão que oferece luz à pesquisa e suas subvisões surgiram de um longo processo de construção e reconstrução. Iniciou-se com a ação de implantação do 'Programa Mulheres Mil' pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO, instituído em 2012, cujo objetivo era criar políticas públicas para mulheres vivendo em extrema vulnerabilidade social e econômica, onde era professora e gestora do referido Programa. Desta experiência, foi realizado o contato com a área denominada Acampamento Arraial da Vitória e, durante os contatos com as moradoras consideradas de grande vulnerabilidade, foram tomando vulto através de uma pesquisa exploratória. Assim, desvelaram-se as dificuldades e os desafios daquelas que enfrentam várias batalhas no seu cotidiano e, corajosamente, estabelecem as estratégias femininas para manter suas condições de sobrevivência e, ao mesmo tempo, o apego e luta pela terra.

As mulheres participam das lutas pelo acesso à terra em vários movimentos sociais. Entretanto, elas não adquirem visibilidade social se comparadas com as ações masculinas. Estas diferenças entre mulheres e homens podem ser analisadas pelo viés de gênero, pois ao analisar o fenômeno “acampamento” e o indivíduo “mulher”, observam-se não somente suas particularidades ou suas relações com o indivíduo “homem” na sua característica biológica, mas como a conjuntura social enxerga sua identidade feminina como pessoa de ação que constrói e reconstrói seu espaço instituindo seus territórios.

O gênero, para este trabalho, é entendido como construção social de seres humanos que apresentam significados corpóreos culturalmente construídos numa escala de tempo e espaço, ou seja, sua história e geografia que guarda traços da sociedade que construiu e a desenvolve em diferentes espaços.

À mulher sempre coube o papel de submissão, em que a opressão se faz presente até os dias atuais, e desconstruir faz parte das perspectivas das Geografias Feministas desde a segunda metade do século XX. Sua evolução veio das discussões do gênero como diferença ou como relação social, com Beauvoir na França a partir da década de 1960 que, com suas críticas, trouxe a abordagem da construção social do gênero que coincide com as conquistas pela reforma agrária brasileira vindas dos movimentos sociais, principalmente do Rio Grande do Sul – primeiro do país – o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e o duradouro Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A Inglaterra, os Estados Unidos e, mais tarde, o Brasil também contribuíram para o avanço das discussões sobre o assunto, principalmente a pioneira Rosa Ester Rossini e, posteriormente, Maria das Graças S. Nascimento Silva com pesquisas sobre gênero e espaço rural. Outro(a)s, como Joseli Maria Silva, que alavancam as discussões sobre gênero e sexualidades e sua importância para a geografia, apesar da pouca abertura ou omissão da academia ainda neste início de século XXI.

Ao entrelaçar gênero com território de acampamento rural rondoniense as ausências, os silêncios e as invisibilidades exigem vencer uma barreira simbólica e material que ainda foi parcialmente elaborada e transformar em algo significativo para o discurso científico geográfico. Ainda, oferece obstáculos para os novos encaminhamentos epistemológicos, visibilizando com essa postura a ação do grupo das mulheres vulneráveis de acampamentos que, ao produzir seus territórios, justifica sua contribuição para a ciência geográfica.

Segundo Cesar (2014), que pesquisa e alimenta o Banco de Dados sobre a produção científica em gênero e território no Brasil construído pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade de Ponta Grossa/Paraná, referente a 90 periódicos on-line nos estratos A1-A2-B1-B2-B3-B4 e B5 e de 13.990 artigos encontrados no Banco de Dados, apenas cinco discutem ou envolvem a temática de acampamento, dos quais três acrescentam assentamento na sua pesquisa e somente dois pesquisam especificamente sobre acampamentos na Paraíba e em

Pernambuco, sendo dois aceitos pela Revista Pegada de estrato B2 e três aceitos pelas Revistas Espaço Plural, Okara: Geografia em Debate e Revista Tamoios de estrato B3. No entanto, outros artigos podem estar presentes no referido Banco de Dados com a temática acampamentos, porém com títulos diferenciados, como luta pela terra ou espaços de conflitos agrários, prevalecendo aqueles ligados à conquista da terra, 'os assentamentos' e seus atributos políticos, sociais, econômicos e culturais, como os vários artigos publicados em revistas e apresentados em eventos científicos, como exemplo os do grupo de pesquisa GEPGÊNERO, da UNIR, que tem o enfoque das pesquisas ligadas ao gênero em espaços rurais, base característica do Estado de Rondônia.

No Banco de Dados, apenas 22 discutem ou envolvem a temática com a palavra-chave Rondônia. No entanto, nenhum contempla acampamento e, da mesma quantidade de artigos, apenas 167 discutem ou envolvem a temática com as palavras-chave gênero e mulheres, mas sem vínculo com estudos sobre acampamento. Desta forma, observa-se que as discussões de gênero e mulheres, mesmo com a pouca abertura da academia, vêm crescendo neste início de século XXI. Contudo, apesar do grande esforço da UNIR e sua valiosa contribuição para a pesquisa e o seu desenvolvimento, ainda há poucos trabalhos que contemplam o Estado de Rondônia e raros os que abordam acampamentos rurais (na maioria em eventos nacionais e internacionais) que fazem parte de seu histórico de colonização.

Segundo Neves (2013), apenas 12 dissertações e teses sobre relações de gênero foram defendidas entre 1995 e 2009, com apenas uma que apresenta as categorizações sobre luta pela terra, processos de assentamento e papel das mulheres, não sendo referente somente a acampamento, mas priorizando o assentamento.

Neste contexto, torna-se relevante a pesquisa para a comunidade científica por se tratar de categorias que, interligadas, têm poucas pesquisas. Contribuirá com o INCRA/RO que, pelos dados fornecidos, possuem poucas informações sobre a temática abordada, mostrando grande interesse na pesquisa e, também, para as acampadas por se descobrirem sujeitas de ação no desenvolvimento individual e coletivo da sociedade rondoniense. Neste sentido, ao conhecer um pouco mais das agentes formadoras do seu 'território' que, conforme afirmam Raffestin (1993), Souza (2006) e Haesbaert (2012), é construído por "relações de poder", privilegiando culturalmente o masculino e camuflando as ações das mulheres.

As mudanças sociais contra a opressão e discriminação à mulher só terão êxito com a construção de novas relações de gênero instauradas no seio da sociedade e, para isso, é necessário visibilizar, através da pesquisa, suas contribuições na formação e desenvolvimento do território de Rondônia, demonstrando, assim, a sua função e utilidade. Como argumenta Bachelard (1996, p. 117), “logo, o verdadeiro deve ser acompanhado do útil. O verdadeiro sem função é um verdadeiro mutilado. E, quando se descobre a utilidade, encontra-se a função real do verdadeiro”.

Neste contexto, o acampamento é efêmero e significa a representação material da luta de sujeitos e sujeitas ativo(a)s que assumem sua identidade na reivindicação pela terra e, através dela, geram renda para suprir as necessidades básicas das famílias advindas do trabalho. Além, ainda, de ser o caminho mais curto para pressionar o Estado de sua responsabilidade na efetivação da Reforma Agrária e promoção da justiça social.

Para alcançar as respostas houve a necessidade de coragem e persistência, bem como algumas mudanças pelo caminho. Como aprendizados adquiridos da base conceitual de autores como Bachelard (1996) para a formação do espírito científico e, também, das acampadas que, junto com seus esposos, aventuraram-se em desbravar a Amazônia na busca pela preservação de sua identidade ligada ao campo, mesmo que para isso tenham que passar por históricos de violência e de discriminação na busca pelo trabalho, oriundos dos movimentos migratórios.

Os aprendizados se desdobraram para o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória na expectativa de ter um conhecimento empírico do espaço do Acampamento e o direcionamento para a problemática e os procedimentos metodológicos para a pesquisa científica que deu origem a esse trabalho. Assim, foi usada a abordagem qualitativa, com o uso das técnicas de aplicação de questionários fechados e um roteiro de entrevistas para 30 mulheres que representam suas famílias no acampamento, utilizando-se do critério da saturação, as quais foram realizadas em 10 dias, em turnos diferenciados, para não comprometerem o trabalho das colaboradoras da pesquisa. Também, utilizaram-se o instrumental técnico da análise documental do INCRA, bem como entrevistas com os funcionários, fotos e vídeos cedidos pelas acampadas e o referido órgão, o uso do gravador para armazenamento das informações e do diário de campo.

Para aplicar os questionários e realizar as entrevistas foi necessário ir a 13 localizações pelo motivo dos constantes movimentos pendulares e de transumância que as acampadas realizam entre o acampamento, os sítios, as chácaras vizinhas e a zona urbana.

Para homenagear a ligação das mulheres acampadas com a terra foi dado a elas o nome de uma flor (que será usada durante toda a dissertação) o que, para essa pesquisa, demonstra signo de beleza, delicadeza e força de vencer as intempéries. Foi mantida a linguagem usada, respeitando, assim, a fala das acampadas como ela é, fruto das suas experiências cotidianas e região de origem.

Esta pesquisa não está baseada em uma única diretriz de método, mas sustentada pela abordagem das Geografias Feministas que considera que os fenômenos demandam várias abordagens e, nesse sentido, o modelo de análise aqui constituído considera que o método se faz do processo de pesquisa.

A pesquisa foi organizada internamente em quatro capítulos. O primeiro realiza a discussão dos conceitos que sustentam a pesquisa elaborada. Este foi dividido em três seções: na primeira é explorada a relação entre gênero e território com vistas à conquista da terra; na segunda foi elaborada a trajetória de constituição do Acampamento Arraial da Vitória; e, na terceira foi contemplado o processo da luta pela terra em Rondônia e a participação das mulheres.

O segundo capítulo tem o objetivo de descrever a trajetória metodológica realizada para a construção da dissertação. Foi dividido em duas partes, sendo que a primeira apresenta os passos iniciais para o processo de construção da problemática e a segunda parte apresenta os procedimentos de pesquisa para o êxito da caminhada.

O terceiro capítulo tem por finalidade identificar quem são as mulheres acampadas na trajetória de constituição do Arraial da Vitória através do seu perfil, envolvendo a situação socioeconômica familiar, a composição da relação marital e a condição de apropriação da terra e habitação, além das relações de gênero que estabelecem a situação feminina nesse espaço de transição. Na primeira seção é traçado o perfil socioeconômico das mulheres acampadas e demonstrado quem são aquelas que lutam a cada dia pelo sonho da materialização do território. Na segunda seção é exposta a situação feminina frente a essa batalha que oferece dificuldades, mas também desafios para superação de limites ditados pela sociedade que, por muito tempo, não reconhece sua força de trilhar e construir seus próprios caminhos.

O quarto e último capítulo tem o objetivo de estabelecer as estratégias das mulheres para sobreviver em espaços de luta para a conquista da terra e para reverter as discriminações de classe e de gênero ditadas por uma sociedade que guarda no seu âmago a construção de uma hierarquia de gênero, rebaixando o trabalho feminino em relação ao masculino, o que as afligem e as fazem se organizar através de movimentos sociais de luta pela terra. Neste processo, são construídos territórios que doravante se tornarão marco do desenvolvimento para a comunidade, seus familiares e de si próprias na conquista de seus sonhos individuais e coletivos.

Na primeira seção são expostas as estratégias desenvolvidas pelas mulheres do Acampamento Arraial da Vitória em seu processo de resistência na luta pelo acesso à terra. Na segunda seção são demonstrados os territórios femininos das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.

CAPÍTULO 1

Pra ficar no acampamento tem que ter muita fé em Deus e tem que ser guerreira, se não for guerreira não fica não. Tem que ter fé em Deus, paciência, muita garra, porque todo lugar que você olha só vê coisa difícil (Acampada Íris, maio 2014).

ACAMPAMENTO ARRAIAL DA VITÓRIA: GÊNERO E INSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS

Este capítulo tem por finalidade discutir os conceitos que sustentam a pesquisa elaborada. Para compreender as estratégias de sobrevivência das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória, é necessário considerar os conceitos que podem construir uma análise da realidade abordada. Muito mais que um protocolo a seguir, exige “uma operação complexa que envolve a dialética entre a teoria e a experiência. Isso quer dizer que, da relação estabelecida, resulta transformações em ambos os elementos” (SILVA; SILVA; JUNCLES, 2009, p. 72-73) caracterizando um processo de tensionalidade entre o empírico e o teórico, não como adversários, mas complementares para mudanças necessárias.

Na primeira seção é explorada a relação entre gênero e território com vistas à conquista da terra. Na segunda seção foi elaborada a trajetória de constituição do Acampamento Arraial da Vitória e, na última, apresenta-se a luta pela terra em Rondônia e a participação das mulheres.

1.1 Relações de Gênero, Território e Luta pela Terra

No contexto atual brasileiro de busca de alternativas para suprir as disparidades vivenciadas desde a colonização em relação às distribuições de terras, é essencial a busca dos entrelaces existentes na luta pela terra para alcançar territórios. Nesse conjunto de forças, a compreensão das relações estabelecidas do gênero como construção social se torna primordial, já que sua geograficidade não é exposta somente pela voz e ação masculina, mas também a feminina na sua multiplicidade.

Embora a mulher faça parte de todo o processo de luta pela terra em Rondônia e em outros estados brasileiros, as questões de gênero geralmente são negligenciadas por distintas ciências, como a geográfica, e pela sociedade que escamoteia as ações femininas. Cabe aos pesquisadores e pesquisadoras praticar a ciência de modo diverso, com metodologias diferentes ou práticas inovadoras de compreensão dos diferentes espaços, como os acampamentos.

Para suprir essa lacuna na ciência geográfica, as Geografias Feministas fazem frente e mostram características plurais, mas não podem ser ordenadamente resumidas de acordo com um conjunto uniforme de áreas substantivas, referenciais teóricos e suas metodologias associadas que, por serem diversas, são chamadas de “geografias”. Quando trouxeram a preocupação da melhoria na vida das mulheres por compreensão das fontes, dinâmica e espacialidades da opressão sofrida e as estratégias desenvolvidas, surgiram práticas inovadoras para a Geografia Humana, com enfoque em gênero, destacando em três linhas de pesquisa¹: o gênero como diferença, o gênero como relação social e o gênero como uma construção social (DIXON; JONES III, 2006, p. 42, tradução nossa).

Quando falamos sobre gênero é imprescindível não desvinculá-lo de construção social, já que os seres humanos apresentam significados corpóreos culturalmente construídos e encravados num tempo, ou seja, na sua história, guardando traços da sociedade que a construiu. Carece, no entanto, de um espaço para desenvolver apresentando-se, assim, sua geograficidade.

Embora a pesquisa elaborada siga a direção do gênero como construção social, ela não desagrega das demais por entender que, na prática, elas se apresentam justapostas e associadas em todas as questões investigativas e a análise dos dados. O que aflora na proposta é a visibilidade do conjunto que as geografias femininas oferecem para o debate e a negação do gênero como mera diferença sexual.

¹**Gênero como diferença:** aborda as dimensões espaciais das diferentes experiências de vida de homens e mulheres em toda uma série de atividades culturais, arenas políticas, ambientais e econômicas.

Gênero como uma relação social: a ênfase desloca-se a partir do estudo de homens e mulheres para a compreensão social das relações que, por si só, ligam homens e mulheres de maneira complexa. Na sua forma mais hierárquica, estas relações são realizadas como o patriarcado – uma estrutura social e espacial historicamente específica que trabalha para dominar mulheres e crianças.

Gênero como uma construção social: tem sido imbuído de significados particulares, tanto positivos quanto negativos. Não são apenas os indivíduos ‘Gênero’ como masculino ou feminino, como uma forma de identificação, mas também uma grande variedade de fenômenos, desde paisagens a estados-nação, são igualmente enquadrados (DIXON; JONES III, 2006, p. 42, tradução nossa).

Nos acampamentos rurais, as diferentes experiências de vida de mulheres e homens se mostram presentes e abrem portas para a compreensão social das relações complexas que se estabelecem no tempo e espaço de luta pela terra. Quando se analisa o fenômeno “acampamento” e o indivíduo “mulher”, observa-se não somente suas particularidades ou suas relações com o indivíduo “homem” na sua característica biológica, mas como a conjuntura social enxerga sua identidade feminina como pessoa de ação que constrói e reconstrói seu espaço instituindo seus territórios.

Como referem Sotratti e Marafon (2013, p. 199), “pensar o espaço rural ‘e de gênero’, na atualidade, requer uma reflexão teórica consistente, com base na ciência geográfica e em seus conceitos fundamentais, aliados a um conhecimento da realidade empírica e à realização de trabalhos de campo”. Portanto, refletir sobre alguns conceitos é primordial para os encaminhamentos empíricos e as análises sobre gênero e acampamento rural.

As Geografias Feministas mostram que, desde o início do feminismo nos anos 1960, mas principalmente a partir de 1970 e 1980, o termo gênero foi ligado à questão da diferença sexual e alvo de muitas críticas, mas “a palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SOIHET, 1997, p. 101). Houve uma preocupação, dentro da academia, sobre as condições da mulher e o seu tratamento secundário em relação ao homem e, ainda segundo a autora, a inclusão e a apresentação da experiência das mulheres dependeriam de como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Ainda, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois (homens e mulheres) poderia existir através de um estudo que os considere totalmente em separado, devendo ser de forma relacional.

O que se observa nesse período é a busca, não de deixar simplesmente para trás velhas dicotomias como mulher x homem, inferior x superior e emoção x razão, mas através do tempo buscar uma nova história das mulheres e uma nova maneira de entender o gênero não como diferença, vislumbrando o corpo da mulher somente por sua característica biológica. A ideia é, através delas, clarear toda a complexidade intrínseca da atuação das mulheres como sujeitas ativas, diferente dos ditos patriarcais que as colocam como secundária ou diferente e suscetível à dominação.

Para Dallery (1997), o feminismo acadêmico americano (Women's Studies) enfatizou as diferenças de gênero para remediar o “silêncio ensurdecido” das experiências, história e voz das mulheres nas disciplinas do conhecimento e, também, para denunciar o desenvolvimento humano pautado somente no sentido masculino, colocando-o como norma de comportamento humano, muitas vezes denegrindo as experiências e contribuições das mulheres. Já o feminismo francês ou *écriture féminine*², destaca o feminino como aquilo que é reprimido, mal representado nos discursos da cultura e do pensamento ocidental, em que as pré-condições para a produção do conhecimento, seus padrões de objetividade, racionalidade e universalidade exigem a exclusão do feminino, do corpóreo, do inconsciente.

A Inglaterra também contribuiu para o desenvolvimento das Geografias Feministas e, de acordo com Garcia (2004, p. 28), ofereceu “o primeiro estudo sob epígrafe de Geografia feminista no espaço rural [...] de 1986³ e foi publicado na Inglaterra no *Journal of Rural Studies* fundado em 1985”. Este foi um marco para os estudos não somente de gênero na forma dicotômica de diferença ou relação social, mas demonstrou que as construções sociais partiam de espaços diferenciados, não somente urbanos como também os rurais. Isso abriu as portas para a pesquisa em pauta, que se insere no território do Estado de Rondônia que é ligado à colonização de homens e mulheres com identidade camponesa.

A autora ainda argumenta sobre as instituições que abriram portas para o estudo de gênero:

trata-se do coletivo de geógrafas **Women and Geography Study Group (WGSG)** do Instituto Britânico de Geografia (IBG) e da revista anglo-americana **Antipode**; A *Journal of Radical Geography*. O WGSG consagrou-se rapidamente como o marco de referência da Geografia do gênero em nível mundial, dado o seu papel na formulação de novas concepções, no aprofundamento do debate teórico e no incentivo ao intercâmbio intelectual. Em 2004 completam-se vinte anos da primeira publicação do Grupo, o livro *Geografia e Gênero: uma introdução à Geografia Feminista*⁴, considerado por muitas e muitos pesquisadores como a obra prima da temática em pauta [...] Também foi no início da década de

²Écriture féminine: *escrita do corpo* (DALLERY, 1997, p. 62), desconstrói essencialmente a organização fálica da sexualidade e seu código, que coloca a sexualidade da mulher e o significado de seu corpo como espelho ou complemento para a identidade sexual masculina. Paralelamente, esse discurso constrói a genuína, múltipla diversidade da economia libidinal da mulher – seu erotismo – que foi simbolicamente reprimida na linguagem e negada pela cultura patriarcal.

³LITTLE, J. Feminist perspectives in rural geography: an introduction. *Journal of Rural Studies*, 2 (1), p. 1-8, 1986 (GARCIA, 2004, p. 28).

⁴WOMEN AND GEOGRAPHY STUDY GROUP. *Geography and Gender: an introduction to feminist geography*. London, Hutchinson, 1984 (GARCIA, 2004, p. 28)

1980 que a consagrada revista *Antipode* lançou o número *Mulher e meio Ambiente*⁵, onde geógrafas, como Susan Mackenzie, tornaram público o debate teórico que se começava a travar dentro da Geografia de gênero levantando, especificamente, questões teóricas da Geografia urbana (GARCIA, 2004, p. 28-29, grifos da autora).

A WGSN e *Antipode* se tornaram referência para as discussões de gênero e pela difusão, em escala mundial, do seu aporte teórico-metodológico, mesmo que a ciência geográfica se mostrasse ainda reticente à abordagem do gênero.

O que se vê nas contribuições americanas, francesas e inglesas são as condições de ausências do feminino e a dominação androcêntrica que se instala no berço das ciências, como a geográfica. As feministas americanas usavam o caráter social baseado na diferença sexual para explicar a dominação e o *écriture féminine* apresentava a negação da cultura patriarcal e o culto ao falo⁶, bem como sua representatividade até mesmo nas falas e experiências das mulheres. Já às feministas inglesas coube o apoio às discussões com propostas de cursos específicos dentro de currículos de Geografia, colaborando para o desenvolvimento conceitual das Geografias Feministas.

No Brasil, a realidade também não foi diferente. Ao analisar a impermeabilidade da perspectiva de gênero na geografia brasileira, Silva (2009a, p. 58) argumenta que “identifica-se claramente com as interpretações feministas e geopolíticas da produção científica”, e ainda pondera que “compreender ausências, silêncios e invisibilidades do discurso científico é reconhecer que tais características não são frutos de acasos, mas de uma determinada forma de conceber e de fazer a geografia”.

Ao entrelaçar o gênero com território de acampamento rural rondoniense essas ausências, silêncios e invisibilidades exigem vencer uma barreira simbólica e material que ainda não foi exposto ou parcialmente elaborado. É transformar em algo significativo para o discurso científico geográfico que continua a oferecer obstáculos para os novos encaminhamentos epistemológicos, visibilizando, com essa postura, a ação do grupo das mulheres vulneráveis do acampamento.

O acampamento como “objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 2010, p. 79). As mulheres do Acampamento Arraial da Vitória fazem

⁵*Antipode*. Leeds, v. 6, n. 3, 1984 (GARCIA, 2004, p. 29).

⁶Significado simbólico do pênis (DALLERY, 1997, p. 65) ou representação do pênis, como símbolo da fecundidade da natureza, entre povos do oriente.

parte dessa realidade e, através de suas atividades cotidianas, dão sentido e valor a esses espaços, como também são dadas a elas um valor. Assim, “o gênero é também construído ideologicamente através de uma série de valores que se reproduzem no tempo e no espaço” (GARCIA, 2011, p. 9). Contudo, esses valores não são dados de forma igualitária, sendo distintos para as diversas pessoas, pois são pautados nas expectativas geradas culturalmente.

Falar de gênero, neste trabalho, é expressar como o corpo da mulher é representado na realidade dos acampamentos, é mostrar para além das características biológicas ou econômicas de divisão de classes. Como refere Simone de Beauvoir (1967, p. 9):

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto formado da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro.

É no processo histórico e geográfico que assenta a definição do feminino, tendo a mulher como um produto mediado pela relação social constituída. Quando a autora afirma que ‘ninguém nasce mulher: torna-se mulher’ endossa a construção social do gênero, mesmo que para chegar a essa consideração faça um retorno às bases das discussões de gênero como diferença, quando argumenta sobre o castrado em sua relação com o fálico. Não se pretende dizer aqui que Beauvoir, na sua busca incessante para descobrir quem é a mulher, a descrevesse sob a diferenciação sexual ou simplesmente pela relação social com os homens sem analisar os significados dos diversos sistemas de representação, mas é a partir desses parâmetros que a sua obra “O Segundo Sexo” se desdobra e abre portas para a reconstrução do conceito de gênero.

Quando Silva (2009c, p. 94) enfatiza que “os estudos de gênero não podem ser confundidos com estudos de mulheres” e que “o conceito de gênero se opõe radicalmente à utilização da categoria mulher”, cabe ponderar que o real significado não seria a impossibilidade de estudá-las nas estruturas socioespaciais a que pertencem, como os acampamentos, pois seria mais uma forma de exclusão, silêncio e invisibilidade.

Compreender que os estudos das feminilidades não são únicos dentro do conceito de gênero, encaixando-se, também, as masculinidades e as que se

distanciam da heteronormatividade, como as trans, abarca o gênero como construção social ligada aos “elementos de classe social, orientação sexual, fase de vida, especificidades étnicas, religiosas, questões políticas, de tal forma que não podemos pensar em um masculino e um feminino e, sim, numa pluralidade de ‘masculinidades’ e ‘feminilidades’” (MEINERZ, 2009, p. 56). Assim, o conceito de gênero agrega:

a dimensão social e cultural da diferença sexual, adotando a perspectiva da construção social dos papéis sociais que devem ser desempenhadas por homens e mulheres, e nega a construção universal das diferenças, implicando a compreensão dos papéis em determinada estrutura temporal e social (SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2011, p. 26).

O que se busca é a compreensão de que nada é inerte no processo espacial e temporal dessa construção que, até hoje, guarda traços generalizados das diferenças sexuais, os quais, todavia, devem ser negados. O desafio lançado à mulher é a não conformação com as regras configuradas no seio da sociedade, pois “será necessário que a mulher, que é também sujeito, atividade, se dissolva em um mundo que a destinou à passividade” (BEAUVOIR, 1967, p. 453), subvertendo os padrões impostos que a sobrecarrega de submissão e inferioridade, “já que as mulheres são concebidas na sua relação com os homens” (SILVA, 2009b, p. 35).

A batalha para uma reconstrução do que já é impregnado no cerne da sociedade é complexa e requer tempo, afinal a história das mulheres sempre foi de luta e regada de pequenas conquistas que, juntas, se consolidaram para que os desafios atuais, que parecem gigantes, tornem-se um pouco menores e menos assustadores nos diferentes arranjos socioespaciais.

O território dos acampamentos, configurado como arranjo socioespacial, só é materializado quando se tem conhecimento do espaço a ser ocupado e das leis que regem a utilização social da terra. Assim, os acertos coletivos e a ocupação como tomada de decisão abrem caminhos para que a sociedade e o Estado reconheçam suas reivindicações.

Honório (2005, p. 150) acrescenta que “as ocupações de terra, primeiro passo para o estabelecimento dos acampamentos, ocorrem em áreas legalmente irregulares por desrespeitarem o princípio constitucional de utilização social da terra”. Contudo, nem sempre são em áreas irregulares e, na maioria das vezes, nem todo o coletivo da ocupação conhece a lei que orienta sobre a função social da

propriedade a ser ocupada; então, são manipulados e se tornam vítimas do seu próprio despreparo.

De acordo com o capítulo III da Constituição Brasileira de 1988, que trata da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, no seu artigo 186, ressalta-se que:

a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I-aproveitamento racional e adequado;

II-utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III-observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV-exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 2008, p. 126).

Conhecer a lei é importante para o desdobramento das ocupações, porém existe uma barreira enorme para a este caminho: a pouca escolaridade entre os que estão no processo de luta pela terra, fazendo com que muitos sejam iludidos (como o movimento independente pesquisado). Assim, acabam influenciando o restante da família e demais companheiros de batalha a perder o pouco que lhes restam de anos de trabalho na terra, uma vez que, para os ditames capitalistas, nunca foi proprietário já que a renda é insuficiente.

Os desafios lançados quando se parte para as ocupações são instigantes para mulheres e homens que buscam a consolidação do território, mas requerem cautela diante dos percalços que podem surgir na caminhada. Um deles é a escolha da área a ser ocupada, já que se estiver de acordo com os requisitos estabelecidos por lei – de função social –, o proprietário pode requerer na justiça a reintegração de posse e a retirada dos ocupantes.

Imagem 01 – Reunião de mulheres e homens acampados, Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2013.



Fonte: Foto cedida por funcionária do INCRA, referente ao ano de 2013.

O acampamento se apresenta como parte e resultado das relações de gênero que se estabelecem socialmente. É formado e movido por cidadãs e cidadãos que assumem a identidade sem-terra e buscam o reconhecimento dos seus direitos. Para Fernandes (2012a, p. 21), o acampamento:

é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia; o acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária.

Para resistir a todos os entraves e conseguir a terra é necessário saber lidar com o improvável que surge nos momentos de luta, isto é, enfrentar as intempéries das particularidades (estação seca e outra chuvosa) do clima quente e úmido de Rondônia. Debaixo da lona dos barracos, as regras de convivência nem sempre são respeitadas, havendo falta de trabalho, fome e tantas outras dificuldades que surgem no cotidiano, fazendo com que o desejo pela justiça aflore no interior do indivíduo e se espalhe como fogo incendiando todo o grupo.

Acampar, para esse trabalho, significa a representação material da luta de sujeitos e sujeitas ativo(a)s na reivindicação pela terra e, através dela, gerar renda para suprir as necessidades básicas das famílias advindas do trabalho. É, também, o caminho mais curto para premer o Estado de sua responsabilidade na efetivação da Reforma Agrária e na promoção da justiça social.

As questões ligadas às conquistas pela reforma agrária brasileira coincidem com as conquistas das mulheres, frutos dos movimentos sociais feministas desencadeados após 1960 e 1970, quando surgiu o marco gênero como questão a

ser discutida. A partir de 1980 ocorreu, no campo, um avanço nos movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que priorizavam, além da distribuição mais igualitária das terras brasileiras, produção de alimentos, educação e saúde. Ainda, almejavam a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos, principalmente a família como ponto de referência para a continuação da reivindicação dos seus direitos e na mulher a força de uma companheira de luta.

Para o MST, por exemplo, “não existe regra estabelecendo uma cota para as mulheres. A participação das mulheres é definida pelo seu próprio envolvimento na luta” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 93). A maioria das mulheres ainda não está à frente das instâncias do movimento, mas já ocorreu um grande avanço na primeira década do século XXI, em que, segundo os autores, alcançaram a marca de 30% na direção nacional.

Há uma preocupação permanente de promover a participação da mulher em todas as instâncias, setores e atividades do MST. (...) De dois anos para cá, começamos um trabalho específico com mulheres. Há um coletivo nacional que produz material, faz uma reflexão mais teórica sobre a questão de gênero (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 94, 95 e 96).

Como movimento, é importante o incentivo à participação das mulheres já que, se na zona urbana o machismo ainda é operante, no campo ele é ainda mais forte, ditando regras do que a mulher deve ou não fazer, ou seja, faz parte das expectativas sociais que recaem sobre ela. A articulação dos movimentos mistos e de mulheres, em 1995, abriu espaços de discussões e fez surgir, em 2003, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o qual expõe como convicção que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta” (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2004, p. 3).

Em Rondônia, o MMC ainda caminha a passos lentos. Segundo a coordenadora do Estado, Esmeraldina (por e-mail), que mora em São Miguel do Guaporé, faz pouco tempo que retomaram o movimento e atuam na região da BR 429, no Vale do Guaporé, com início de trabalhos em Ji-Paraná e Porto Velho. No entanto, na Região do Vale do Jamari (local do Acampamento pesquisado) ainda não ocorreu articulação, mas buscam forças para as transformações a que as mulheres têm direito.

As mudanças sociais contra a opressão e a discriminação à mulher só terão êxito com a construção de novas relações de gênero que as vejam como sujeitas

ativas no desempenho não somente dos trabalhos domésticos sem remuneração. Faz-se premente que a cada dia busquem superar os obstáculos instaurados no seio da sociedade e dos diversos territórios, como os de transição dos acampamentos, em menosprezar o seu trabalho em relação ao dos homens com remunerações inferiores.

Diante da precariedade que margeia o acampamento, a convivência com o grupo nem sempre é fácil, porém é nesta situação que a mulher mostra seu dinamismo e sua força de trabalho na sobrevivência da família.

As famílias reúnem seus poucos pertences sob tendas de lona ou plástico nas quais vivem até doze pessoas, expostas ao calor, ao frio, e doenças, em precaríssimas condições... É claro que antes do acampamento há um intenso trabalho de discussão e preparação, tanto no plano político como no terreno material. Afinal, são centenas de pessoas a alimentar, aquecer e permanentemente discutir. E não se pense que estas discussões envolvem apenas os homens. Num acampamento, as mulheres também passam a ter um papel ativo na decisão sobre os rumos do movimento. Elas não ficam em casa esperando os homens 'voltarem da luta', mas vão com seus maridos e seus filhos para a frente de batalha" (ABRAMOVAY,1985 apud FERNANDES,1994, p. 180).

Tanto as mulheres como os homens veem o acampamento como o primeiro passo para a conquista de ser assentado numa terra que possa oferecer o alimento que, geralmente, é escasso nos momentos de luta. Para isto, a mulher liberta-se do papel de fragilidade que lhe foi dado com o intuito de partir para o enfrentamento dos obstáculos oferecidos.

Quando não se tem a terra, trava-se uma luta incansável pela sua conquista, já que a existência humana necessita do espaço para nele se desdobrar, mostrando-se diferente para homens e mulheres, uma vez que cada um tem objetivos ora individuais, ora coletivos. Conforme Bollnow (2008, p. 18), o espaço "não somente é diverso para os diversos homens, mas varia para o próprio indivíduo de acordo com sua constituição e humor circunstanciais". E a mulher também faz parte dessa dinâmica, uma vez que as mudanças são simultâneas, ou seja, ao mesmo tempo em que ela muda de acordo com as temporalidades, as mudanças são percebidas também no espaço vivido.

Usando o exemplo dos acampamentos rurais, bem como de duas acampadas e suas perspectivas quanto ao novo espaço, uma pode considerar o acampamento como espaço de dificuldades, onde não tem água, energia, moradia, ou seja, com condições precárias, mas a outra, no mesmo espaço, pode ver inúmeras

possibilidades para se desenvolver e conseguir novos espaços, tanto materiais como imateriais, mediante as relações de poder neles vivenciados.

O poder está em todos os espaços e se diferencia para as várias pessoas através de suas relações. Arendt (1985, p. 24) discorre que “o poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido”. Historicamente, o poder para o homem se mostrou como sua propriedade e à mulher coube a busca incessante para sobrepor a sujeição secular imposta e que, culturalmente, apresenta-se conivente ao seu silêncio e aos mistérios das amarras interiores.

Ora exercemos o poder, ora não, e somos sujeitados a ele, dependendo do território da ação e dos sujeitos envolvidos. Cabe à mulher usar de estratégias para conseguir seus espaços, contrapondo as construções sociais do seu papel de submissão, construindo seus territórios individuais, pois, assim, junta forças para a melhoria e a expansão dos territórios relacionados ao gênero.

Para construir o entendimento de território, nesse trabalho, perpasso pelos conceitos de três autores que o analisam enquanto relações de poder.

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” de território, quando se manifestam todas as relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território (SOUZA, 2006, p. 111); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (p. 81).

O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2012, p. 79).

Não cabe escolher qual desses conceitos seria o mais pertinente à pesquisa, pois eles seguem a mesma linhagem do “território formado por relações de poder” e se complementam. Assim, a cada espaço mensurável de tempo, as relações de poder podem construir, desconstruir e reconstruir o território, ou seja, levar a territorialização, desterritorialização ou reterritorialização, não privilegiando a historicidade em detrimento da geograficidade, mas partir das relações no desdobramento da vida em todas as multiplicidades, sejam elas natural, política, econômica e cultural da influência mútua entre espaço e tempo.

Atualmente, diante da realidade do enfraquecimento das questões de espaço em detrimento das questões de tempo, ditadas pelo fluente neoliberalismo que abstrai as linhas de fronteiras, encurtando distâncias, em função da expansão dos transportes e da comunicação, é salutar repensar uma geografia que evidencia seu objeto de estudo frente à ampliação da globalização pós Guerra Fria, evidenciada pela célebre frase de Benjamin Franklin: “tempo é dinheiro”.

Nessa conjuntura, dentro da geografia moderna, a noção de território para o Estado se simplificaria como o nome político para a extensão de um país com características de apropriação e poder de um grupo humano. “Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão teórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, 1994, p. 15).

Quando a vida se desdobra são elaboradas relações que, conseqüentemente, instauram o poder para “capacitados” a possuí-lo, o que historicamente é dado aos homens como símbolo de força, em detrimento às mulheres simbolizadas pela fragilidade.

Essa realidade se propaga em todos os espaços, alavancada, cada vez mais, pelos ditames do avanço capitalista que prioriza a busca do lucro a qualquer custo e prega um desenvolvimento da produção que atenda às necessidades do aumento do capital. Neste sentido, prevalece a lei do mais forte que, na maioria das vezes, transforma pessoas em produtos, não atendendo as penúrias dos indivíduos e do coletivo que buscam a territorialização, onde relações sociais incessantemente são entrelaçadas com as relações capitalistas.

Acampar é acreditar que o que se perde é só um recomeço do que se tinha ou do que nunca se concretizou, mas está presente ou idealizado para o futuro.

A proposta de Santos (1994, p. 15) de território com uma noção “híbrida”⁷ também é seguida por Haesbaert (2012, p. 77), que acrescenta: “seja entre o mundo material e ideal, seja entre a natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural)”, trazendo uma reformulação do conceito de território.

⁷E, portanto, múltipla, nunca indiferenciada (HAESBAERT, 2012, p. 79), ou seja, cruzamento de todos os componentes formadores do território.

Nesse processo de construção do território diante da integração e do posicionamento das várias diferenciações, Haesbaert e Limonad (1999) fazem a síntese em “três vertentes básicas de território: política, cultural e econômica”⁸.

A conexão desse procedimento é mediada pela territorialidade que se apresenta como um “fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. [...] O agir social é local, territorial e significa territorialidade” (SAQUET, 2007, p. 115).

As ações das mulheres trazem vida ao acampamento, assim como o acampamento dá vida às mulheres e suas famílias, ocorrendo uma troca e um sentimento de pertencimento. É uma mescla de emoções que se desprendem das suas relações cotidianas entre o que se guarda e o que transborda, ou entre o que foi e o que será.

Como afirma Raffestin, “a territorialidade humana como uma análise dos sistemas de relações torna-se para a geografia humana um paradigma real que pode ser usado para encontrar uma interface entre ciência e vida cotidiana, entre prática e conhecimento” (1987, p. 278, tradução nossa).

A interconexão é refletida nas lutas constantes das acampadas em pertencer a espaços que consideram seus, condizente com a perspectiva integradora⁹ das três vertentes na construção de seus territórios e territorialidades, materialidades e simbolismos, tornando-se muitos e nem sempre permanentes, caracterizando a “multiterritorialidade”¹⁰ advinda dos processos de luta pela terra e suas territorializações, desterritorializações e reterritorializações.

⁸- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivista – relacionado ao poder político do estado.

- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólica-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido.

- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT; LIMONAD, 1999).

⁹Território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora das diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza) (HAESBAERT, 2012).

¹⁰O conceito de “multiterritorialidade” é elaborado por Haesbaert (2012).

No processo de formação do território camponês no Brasil e em Rondônia, muitas famílias foram desalojadas, como o que ocorreu com as famílias do Acampamento Arraial da Vitória quando tiveram que desocupar a área do Acampamento São Francisco (exposto no próximo tópico). Nesse contexto, Fernandes (2012b, p. 745) expõe que “criação e recriação significam territorialização e reterritorialização do campesinato, ao passo que a destruição significa a sua desterritorialização”.

A ação de luta pela terra é ainda mais penosa para as mulheres que sofrem com as condições impostas pelos acampamentos (barracos de lona, falta de saneamento, entre outros) na espera da materialização da territorialização através do assentamento. “As mulheres, como se sabe, foram longamente excluídas da cidadania por causa não só dos interesses da comunidade familiar, como também da sua diferença em relação aos “iguais” – os homens” (SARACENO, 1995, p. 207).

O território se torna essencial já que as mulheres acampadas precisam de um espaço para realizar as atividades cotidianas, principalmente aquelas ligadas às experiências e vivências no campo, representando, assim, seu enraizamento e sua identidade camponesa. Logo, Haesbaert (1999, p. 172) afirma que “toda identidade territorial é uma identidade social, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo de ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim fundamental dos processos de identificação social”.

Essa identidade territorial é comungada não só pelas mulheres, mas por toda a comunidade do Acampamento Arraial da Vitória e, apesar de não se apresentar como realidade concreta de um assentamento, é alimentada pelas lembranças que remetem à “lógica do vivido e as lutas cotidianas dos grupos sociais” (CAMPOS; KRAHL, 2006, p. 89), bem como pelas ideias da terra sonhada na qual fará a ação de plantar e colher o alimento para a sobrevivência de sua família e comunidade. Nesse momento é priorizada a dimensão mais subjetiva da apropriação simbólica do espaço vivido e o significado do território na perspectiva cultural.

A análise dos aparatos conceituais é base e sustentação para a compreensão e construção da trajetória de constituição do Acampamento Arraial da Vitória.

1.2 A Trajetória de Constituição do Acampamento Arraial da Vitória

A luta pela terra e reforma agrária no Brasil remete a sua própria história de colonização e busca pelo capital, que nem sempre beneficia toda a população. Atualmente, a pujança da reforma agrária continua latente pela capacidade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras dos movimentos camponeses e proletários rurais, apesar das discussões acaloradas dos defensores do agronegócio como modelo de dominação do capital e do território.

O Acampamento Rural Arraial da Vitória faz parte do processo de colonização e de povoamento do Estado de Rondônia na busca por novos territórios dentro da imensidão verde da floresta amazônica. Isso é acompanhado pelas marcas da desterritorialização sofrida em espaços excludentes, mas que impulsiona a busca de uma reterritorialização em espaços que ofereçam um atrativo para recomeçar a experiência de colher da terra o sustento para si e sua família.

Seu surgimento advém de comunidades remanescentes de migrações que trazem junto a pouca bagagem, narrativas de lutas pela terra onde vivenciam as idas e vindas para novos espaços. Os movimentos de idas e vindas fazem com que as mulheres, homens, idosos, jovens e crianças tenham contato com a diversidade cultural existente nos territórios que abrigam pessoas de várias origens, mesclando-se com os indígenas moradores da região e, juntos, contribuem para a cultura local.

No seu processo de luta pela terra, as mulheres foram se adaptando ao movimento de um lugar para o outro, primeiro para acompanhar pai e mãe e, agora, na luta com aqueles que escolheram como maridos e perpetuam a origem sem terra. Como relata a acampada Begônia:

“Minha família queria ter moradia própria, enjoamos de trabalhar em cima do que é dos outros, aí pra conquistar um pedacinho pra gente tem que lutar aqui no acampamento, porque senão a gente não consegue, é difícil. Compremos um pedaço no São Francisco, aí nós já tinha construído casa, cerca, a lavoura de café já tava com colheita de 4 anos, agora... (choro)... 5 anos de luta pela terra.” (entrevista em 24/04/2014)

Os sentimentos de perda e de conquista de um novo território se misturam e afloram as marcas encravadas em vidas adaptadas ao sofrimento, todavia preservando a capacidade de luta.

“No São Francisco nós tinha coisas produzindo, eu tinha 5 alqueires de terra lá, na maioria da terra já tava derrubada e 3 alqueires já tava formado com 9 mil pés de café, dois mil pés de banana produzindo. Eu mais o meu

esposo nós plantemo, quando nós foi para o São Francisco meu marido construiu nossa casa porque antes não tinha nada, só mato, aí tinha as sacolinhas pra colocar muda de café, aí meu esposo que ia roçar e durante 15 dias tinha muita coisa derrubada, nós trabalhava junto eu e ele, só tinha dois filhos. Daí com 4 anos nós tinha tudo para comer. Se nós não tivesse que sair de lá, nós tava bem, nós tinha casa boa, nós tinha colheita de café que já tava produzindo.” (AZALÉIA, entrevista em 25/04/2014)

O sofrimento está em vários momentos, mas principalmente ao lembrar o passado e a desterritorialização, o que coloca aparente o ditado popular: “só dá valor, quando perde”. Os sentimentos e a importância sempre existiram, mas ao sair do que julgava ser de posse da família torna-se ainda mais expressiva a ligação com o lugar.

“Agora estamos aqui, esperando a oportunidade pra começar tudo novamente. (...) Tem hora que choro de agonia, dor e tristeza, aí vejo meus quatro filho, que lá no São Francisco corria pra li e pra lá, era uma alegria, não tinha energia, mas tinha nossos vizinhos. Todo mundo dava satisfação pro outro, era uma alegria. Tinha igreja na quarta, quinta e sexta o círculo de oração. Pra nós não tinha coisa mais legal, tinha escola, o ônibus passava em frente, na porta pra buscar os alunos. Eu era feliz.” (AZALÉIA, entrevista em 25/04/2014)

É necessário buscar a felicidade novamente, mesmo que para conseguir o sofrimento tenha que ser o companheiro fiel de período indefinido, ditado pela morosidade do sistema público em favor da reforma agrária desejada por muitos e conquistada por poucos. Apesar das conquistas estabelecidas pelos movimentos sociais de luta pela terra, ainda não foram suficientes para atender a crescente demanda de brasileiros que guardam suas tradições rurais e sonham com um pedaço de terra.

O Acampamento Arraial da Vitória é proveniente da capacidade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ou seja, a união de 63 famílias que foram despejadas de outro acampamento – o “Assentamento São Francisco” –, localizado, segundo informações do relatório do INCRA, a aproximadamente 50 km da zona urbana de Ariquemes, na Linha C-55 no Burareiro Licitação, onde ocupavam os lotes 21, 23 e 25. Dados ainda mostram que o Acampamento São Francisco teve início em nove de junho de 2004 e se prolongou até junho de 2012, quando foram despejados.

Consideravam o São Francisco como assentamento, de acordo com a fala da acampada Kalanchoes:

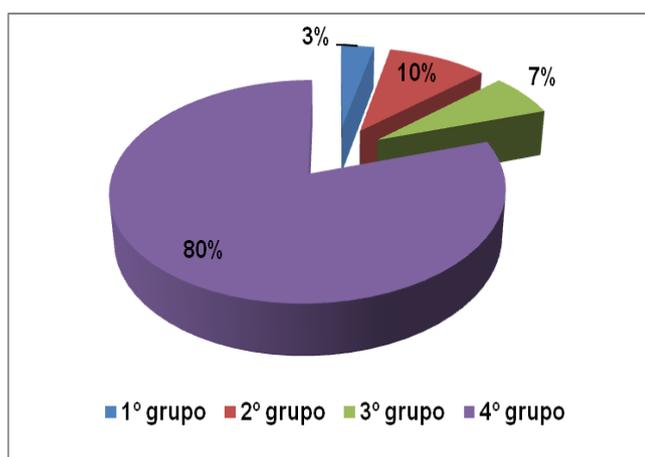
“Eu nem conhecia o que era acampamento, onde a gente tava não era um acampamento, era onde a gente podia plantar, quando eu tava plantando

alguma coisa a minha sogra tava comigo, eu não queria viver na rua, pois na rua, tudo que quer tem que comprar. No São Francisco não precisava comprar, só plantar.” (entrevista em 07/05/2014)

Na frenética ansiedade pela terra e a esperança de produzir o alimento para a subsistência e venda do excedente, as mulheres e suas famílias se aventuraram acreditando no velho sistema capitalista de quem compra é dono e o seu uso oferece posse. A descrença veio quando menos esperavam, pautada na documentação legal que não possuíam, como argumenta Violeta (entrevista em 25/04/2014): *“praticamente era um Assentamento, era da gente, pelo menos pensava, mas deu tudo errado, fomos iludidos pelos outros”*.

Os outros a que se refere eram os ocupantes anteriores, já que em acampamentos, segundo o Ouvidor Agrário Regional de Rondônia, Erasmo Tenório da Silva, *“apresentam um rodízio de pessoas para o acesso à terra”* e na comunidade pesquisada: 80% fazem parte do quarto grupo que comprou terras no acampamento, 7% fazem parte do terceiro grupo, 10% do segundo e somente uma mulher que, junto com o esposo, ocuparam a área desde 2004, ou seja, o primeiro grupo que ocupou a área.

Gráfico 01 – Grupos que ocuparam ou compraram terras no Acampamento São Francisco.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

O gráfico anterior demonstra que existem representantes de todos os grupos, porém numa quantidade ínfima diante da maioria do quarto grupo do Acampamento São Francisco, visto que as primeiras famílias ocuparam a mais de 10 anos e as que sucederam fizeram a compra de grupos antecedentes. Azaléia diz que comprou *“um*

pedacinho de terra para plantar” (entrevista em 25/04/2014), ou seja, uma pequena área na expectativa de ter a posse da terra sonhada.

A ilusão relatada pelas acampadas refere-se ao uso do pouco recurso, proveniente de anos de trabalho, que tinham para comprar do terceiro grupo que vivia no local e afirmava que estaria próximo o documento de posse. Contudo, não tinham a legalização da terra e o que chamavam de assentamento ainda era um acampamento. A junção do seu pequeno território e dos vizinhos de acampamento, de acordo com a justiça, era de um único proprietário, ressaltando as desigualdades existentes no Brasil em que “muitos têm pouco e poucos têm muito”, isto é, a concentração de terra que ainda impera no país.

A transação econômica mal feita pelas famílias acampadas do Arraial da Vitória ressalta uma diferente maneira de conceber acampamentos e traz uma nova visão do que é ser acampado(a). Se existe o(a) invasor(a) de terras ou ocupador(a) de terras improdutivas ou devolutas numa forma de reivindicar o direito à terra, entra na discussão àqueles(as) que, com o dinheiro arrecadado por longos anos de trabalho na zona urbana ou rural, fazem a compra da terra, que não dificilmente pode ser sem documentação legal, como no caso do acampamento apresentado na pesquisa.

A pouca renda faz com que sejam facilmente iludidos(as) com preços muito baixos da terra quando comparados aos do mercado, e em pouco tempo podem passar pelo sofrimento do despejo e o regresso à luta incessante pela terra.

Essa realidade aumenta a indignação e os conflitos na zona rural, mostrando que “o conflito no campo é a luta de classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais despossuídos dos meios de produção e desnecessários para um sistema econômico e social que coisifica as relações humanas, mercantilizando-as” (GARCIA, 2011, p. 3). Esse comércio de experiências reais mostra que o capitalismo separa e exclui não somente em classes, mas difere em desfavor da mulher os lineamentos que envolvem as relações de gênero.

Segundo Escrivão Filho (2012, p. 212), “a história da questão agrária demonstra que a luta pelo direito à terra do povo brasileiro, desde as suas diferentes dimensões culturais, sempre foi reprimida com muita violência por forças do latifúndio e do Estado”. Como em outros espaços de lutas e ocupações no Brasil, os conflitos se fizeram presentes, vitimando um casal de líderes do Acampamento São Francisco pertencentes ao primeiro grupo, o qual a grande maioria das pesquisadas

não conheceu, assim como o proprietário dos lotes ocupados, aumentando as estatísticas de violência em Rondônia e alavancando o surgimento dos movimentos sociais para a reforma agrária.

Santos (2007, p. 187) se espelhando em Honneth (2003) evidencia que

existem intensas ligações entre o surgimento de movimentos sociais e as atitudes de desrespeito acerca da violação de direitos, pois os protestos fazem parte da resistência em modificar o quadro de desigualdade presente nas relações estabelecidas. Os conflitos estão associados aos sentimentos coletivos de perdas e injustiças.

A violação dos direitos e a sensação de perdas e injustiças afloram a capacidade de luta e a identificação com a causa de busca pela terra. Se, antes, a maioria dos acampados do Arraial da Vitória, quando faziam parte do antigo São Francisco, não se considerava sem-terra, mas sim, assentados, após o despejo se engajaram na peleja contra os padrões de desigualdades e iniquidades existentes entre latifundiário e os que sonham com a terra para morar e plantar, avivando sua identidade sem-terra.

“Foi bem difícil ter que sair do que é da gente, construído com o próprio suor, com criança pequena, aí a gente desmanchou tudo as coisas e pegou as criação. Depois fazer barraco pra não molhar porque tava chovendo. Aquela agonia porque a gente não esperava por isso, pra desocupar o lugar que a gente morava, nossas casinhas, nossas plantação. Nós tinha tudo, pra ficar agora esperando a terra, não sabe que dia, não sabe que hora. Agora nós somos sem-terra e tem que lutar. Ficar esperando o dia, nos barraquinhos, aqui no calor.” (AZALÉIA, entrevista em 25/04/2014)

Apesar de já fazer parte da luta, a realidade era camuflada, como algo encerrado, uma etapa concluída, e o voltar para a batalha faz emergir sentimentos de revolta de todos os envolvidos.

Os conflitos sociais são também conflitos territoriais: o território do agronegócio e latifúndio em contraposição ao território camponês. Acrescenta-se que o território camponês é portador de um conjunto de práticas não-capitalistas, como produção de autoconsumo e resistência, controle relativo do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias e solidárias, dentre outras. A existência e recriação do campesinato estão relacionadas também à realização da reforma agrária, bandeira de luta dos movimentos camponeses. A reforma agrária é exemplo de expansão do território camponês e recuo do território latifundiário e do agronegócio, o que permite comparar/confrontar esses dois projetos (FABRINI, 2011, p. 110).

Neste jogo paradoxal, modelos ligados a distintos territórios são o princípio para os conflitos sociais, em que indivíduos ativos pela busca ou preservação do território entram em disputa. A dor ao perder o chão, material e simbolicamente, leva, muitas vezes, ao desespero e a medidas drásticas, mostrando que os conflitos

estão associados aos sentimentos coletivos de perdas e injustiças. No entanto, a decisão de partir para o embate ou não, nem sempre parte do grupo, mas de indivíduos que tomam as dores do coletivo, e as suas próprias, em decorrência da violação dos seus direitos, propagando-se para todos e aumentando a força para futuras conquistas, o que é caracterizado por Honneth (2003, p. 256) como uma “luta social”. Ele ainda salienta que:

um modelo de conflito que começa pelos sentimentos coletivos de injustiça é aquele que atribui o surgimento e o curso das lutas sociais às experiências morais que os grupos sociais fazem perante a denegação do reconhecimento jurídico ou social (p. 261).

A maneira encontrada pelos trabalhadores sem-terra de sobrepor o desrespeito e a recusa dos seus direitos é participar de movimento social e ocupar terras improdutivas, já que, segundo Stédile em entrevista para Fernandes, assim argumenta: “a lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas quererem terra, para depois se aplicar a lei” (2012, p. 117).

Quando ocorre a organização, o Estado e a sociedade que excluem se veem obrigados a reconhecer suas reivindicações pela terra e pelos seus ideais de vida, através de vários movimentos espalhados por todas as regiões do país, seja através do MST¹¹, que é organizado e conhecido não só no Brasil, mas mundialmente pelas conquistas da terra almejada por várias famílias ou através de movimentos “independentes”, característica do acampamento pesquisado que se organiza de acordo com as normas do grupo a que pertence. Ao contrário do que se pensa, eles não são um sussurro no vazio, mas são firmes nos seus ideais agindo com cautela e perspicácia diante dos obstáculos da morosa reforma agrária brasileira.

Os movimentos independentes que dão origem aos acampamentos de mesmo nome são frutos, geralmente, de despejos que se apresentam “como uma resposta violenta do capital – seja por meio do aparato público (Judiciário e polícia), seja por meio de milícias privadas – à luta pelos direitos humanos dos movimentos sociais e comunidades marginalizadas” (ESCRIVÃO FILHO, 2012, p. 214).

Neste contexto, partir para a luta se tornava essencial para a dignidade humana, já que com a ordem de despejo do Acampamento São Francisco as

¹¹Para saber mais: STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Maçano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2012.

mulheres e suas famílias se uniram para buscar uma solução para o problema da desterritorialização que estavam vivenciando, momento de dor e tristeza pela sensação de perda do seu território. Anos de trabalho os tornaram produtivos, plantando diversas culturas como banana, mandioca, café, milho, feijão, abacaxi, entre outras e, também, tinham criação de aves, suínos e bovinos que acolhiam as penúrias das famílias e traziam renda através da venda do excedente no mercado local para suprir as demais necessidades que não tinham acesso, como remédios.

Predominava, no momento de perda, a urgência de conseguir um espaço que pudesse abrigar as 63 famílias despejadas, mas evitando novos conflitos e a propagação da violência no campo. Com fins pacíficos, houve negociações com o proprietário pertencente à mesma religião da maioria dos acampados – “Igreja Evangélica Assembleia de Deus” – e foi cedida uma pequena área na Chácara Bom Jardim, que é produtora de hortaliças e vizinha da Fazenda Rio Branco, na qual reivindicavam junto ao INCRA serem assentados, através do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), numa área de 1.700 ha. Evitaram, portanto, o conflito com o proprietário do latifúndio, deixando com o INCRA as negociações.

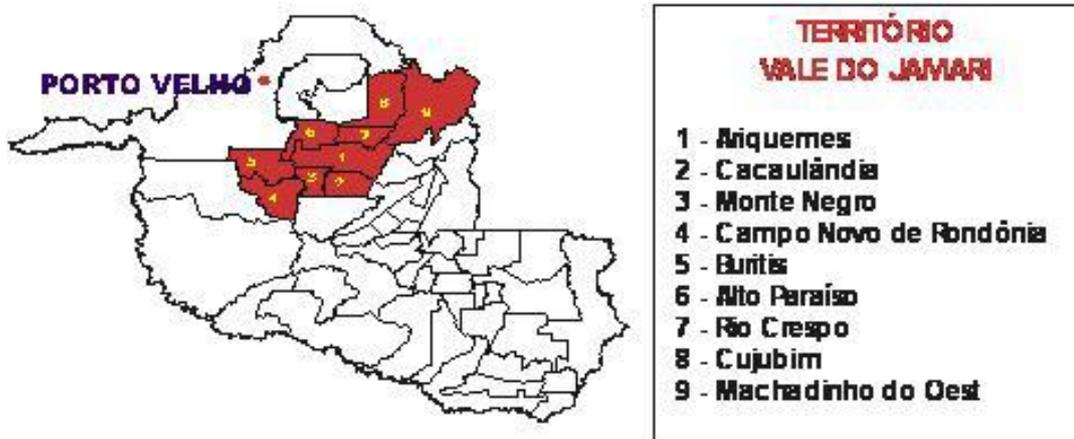
A partir de quatro de novembro 2012, por decisão da maioria dos acampados do antigo Acampamento São Francisco, passou a chamar Arraial da Vitória, conforme ata de assembleia extraordinária apresentada ao INCRA pelo responsável do acampamento, Joel Nunes da Silva, o qual, mesmo não sendo acampado, foi escolhido pela sua influência política e por colaborar na construção da estrada do antigo acampamento, conquistando a amizade e a admiração dos acampados e acampadas.

O nome Arraial da Vitória foi indicado pelo líder e representa o lugarejo escolhido para reivindicar pela Reforma Agrária em Rondônia e aguardar pela vitória na conquista da terra, onde podem plantar e criar animais para a sobrevivência da família e da comunidade que se identifica com a ideologia de lutar para o atendimento das necessidades básicas dos seres humanos.

O acampamento pesquisado faz parte do Território da Cidadania “Vale do Jamari” que, segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), faz parte da Mesorregião Leste do Estado de Rondônia. Atualmente, o território rural é composto por nove municípios: Alto Paraíso, Ariquemes, Bunitis, Cacaupônia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho do Oeste, Monte

Negro e Rio Crespo. Compreende uma área de 31.770 km², correspondendo a 13,4% da área total do Estado de Rondônia.

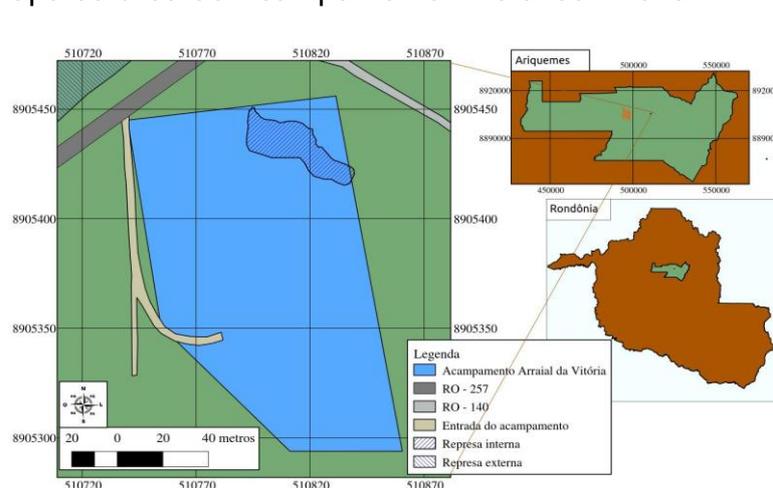
Figura 01 – Mapa do Território Vale do Jamari.



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Vale do Jamari/RO, 2006.

O acampamento está localizado às margens da RO 257, cruzamento com a RO 140, sentido Machadinho do Oeste, zona rural do município de Ariquemes/Rondônia, a 14,5 Km da zona urbana. Apresenta coordenadas geográficas de S 09° 54.105' e W 062° 54.122', ocupando uma área aproximada de 1.354 m².

Figura 02 – Mapa da área do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Dados de campo, 2014; IBGE. Organização: Almeida (2014).

Como discorre Souza (2006, p. 108), “o espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da

existência e, mais ou menos fortemente catalisador cultural-simbólico – e nessa qualidade, indispensável fator de autonomia”. Ao demarcar o território do acampamento Arraial da Vitória, todo o grupo se sentiu abrigado e unido para tomar suas decisões na reivindicação dos seus direitos pela terra, assumir-se como trabalhadora e trabalhador rural ou ser simplesmente cidadã e cidadão que tem sua história ligada ao campo e merece ser respeitado(a).

As mulheres e suas famílias não são ligadas ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO). Uniram-se na pequena área através de movimento social independente como a maioria dos acampamentos de Rondônia.

De acordo com a entrevista realizada com o Ouvidor Agrário do INCRA, Erasmo Tenório da Silva, em Rondônia existem mais de 100 áreas ocupadas em 2014, mas que não são reconhecidas como acampamentos de trabalhadores sem-terra, visto que não são cadastradas no referido órgão. Somente 36 são cadastradas, das quais nove não recebem cestas de alimentos, pois são produtivas, e 27 são atendidas com cestas de alimentos e lonas.

“Oficialmente são 36 acampamentos cadastrados no programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que atendemos com cesta de alimentos e lona plástica para essas famílias. Na verdade são 27 acampamentos atendidos com o programa e mais os outros que não são atendidos com o programa porque são produtivos. A cesta de alimentos é um componente auxiliar na produção dele. A partir do momento que vemos produção de banana, de café e gado (leite principalmente), vemos que essas famílias têm condições de se manter, porque trabalhamos com limites de cestas e é limitado para todo o Estado.” (Ouvidor Agrário Regional do INCRA/RO Erasmo Tenório da Silva, entrevista em 19/08/2014).

O Acampamento Arraial da Vitória é um dos 27 acampamentos atendidos com cesta de alimentos do MDS em Rondônia, sendo oito são ligados ao MST e o restante fazendo parte de movimentos independentes. Em entrevista, o Ouvidor Agrário acrescenta que quatro acampamentos que eram do MST deixaram de ser, justificando o pertencimento ao movimento por imposição e, também, a falta de ajuda que só foi oferecida por um tempo. Não cabe a essa pesquisa a discussão da imposição de pertencimento ou não, mas lembrar da importância do movimento para a reforma agrária no país através dos assentamentos conquistados e a concretização da territorialização. Segundo Stédile e Fernandes (2012, p. 80), “o

MST conseguiu esse dimensionamento político porque ocupou o seu espaço, os espaços social e geográfico”.

Nesse processo da ocupação de espaço, o MST procurou a liderança do antigo Acampamento São Francisco para oferecer apoio à luta para a conquista da terra, porém o grupo de famílias não aceitou, como relata uma das acampadas:

“O MST foi lá quando a gente foi despejado, foi lá oferecer ajuda caso quisesse ajuda pra não sair, mas a gente tem medo de conflito, medo de haver morte, alguma coisa, aí ninguém aceitou. Não houve conflito porque a gente saiu né, deram 15 dias e esses 15 dias a gente passou rancando as coisas, tinha dia que a gente ia dormir meia noite. [...] A gente fica na espera, lutando pra ver se abre as portas pra gente. Fico pensando o que seria melhor... Por que se essas pessoas do MST entram em conflito e conseguem a terra e a gente que saiu na boa não consegue? É a pergunta que cabe.” (BEGÔNIA, entrevista em 24/04/2014)

A preocupação da acampada mostra a tristeza do despejo e a reivindicação da terra através do acampamento junto com sua forma organizacional. Ainda, revela a curiosidade ligada a necessidade de saber o que poderia ser diferente se fizessem parte de um movimento social mais estruturado e organizado e se haveria uma nova perspectiva para a luta frente a alguns fatores limitantes por não fazerem parte desse tipo de movimento. Porém, prevalece o receio do conflito que pode ocasionar mortes e, principalmente, o fator religioso que endossa um papel mais pacífico para a reivindicação pela terra.

A indagação de pertencimento ou não pertencimento ao MST ressalta a inquietação do tempo de espera no acampamento que apresenta condições precárias. Observa-se que seja através de qualquer tipo de movimento social, o importante é a força que tem o coletivo na luta pelos seus direitos.

A luta pela terra poderia ter se subdividido em 200 movimentos de sem-terra, pois todo mundo pode lutar por uma causa justa. Não tem de ser necessariamente no MST. Isso não é uma religião, que obriga todos os que queiram lutar pela reforma agrária a entrar no MST. Tanto é que assimilamos isso no discurso. Ótimo que tenha muita gente lutando pela reforma agrária (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 42).

Seja de qualquer forma, a luta pela terra só busca o que é garantido pela Constituição Brasileira de 1988, Capítulo I, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, Artigo 5º, Inciso XXII, quando diz que é garantido o direito de propriedade, e no XXIII, quando diz que a propriedade atenderá a sua função social (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 2008).

Se existe a pressão dos acampamentos rurais, o Estado se vê obrigado a desenvolver políticas públicas para a reforma agrária que, geralmente, são deixadas sempre em último plano no Brasil. Dá-se prioridade ao agronegócio em desfavor dos que têm pouca terra e que movimentam a economia, através da agricultura familiar, oferecendo atendimento interno de alimentos ao país, mas principalmente aos menos favorecidos financeiramente. Sobre a reforma agrária e a busca pelos direitos através dos acampamentos e assentamentos rurais, o MDS discorre que:

Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964 e reafirmado pela Constituição Federal de 1988, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Além disso, coloca a urgência da reforma agrária, desapropriando latifúndios improdutivos e redistribuindo terras ociosas, como uma necessidade para promover a justiça social, e instrumento capaz de acabar com as distorções na estrutura fundiária.

A realidade se mostra bem diferente, visto que “o direito assegurado na lei não garante nenhuma conquista para o povo. Ele só é atendido quando há pressão popular” (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 45). As distorções na estrutura fundiária ainda se encontram latentes no Brasil.

No Acampamento Arraial da Vitória o entusiasmo individual de partir para a luta foi importante, mas só tomou forma quando houve a abrangência coletiva e organizacional. Nesse contexto, Abramovay (1985, p. 57) afirma que “os acampados, ao se organizarem coletivamente, deixam de serem apenas objetos do processo de reforma agrária e tornam-se sujeitos, eles passam do plano receptivo para o ativo” seja qual for o tipo do movimento.

Na sua trajetória de luta, pertencer ao movimento independente é tomar suas próprias decisões, criar suas próprias normas, agir de acordo com seus princípios sociais, culturais, políticos e religiosos, assim como atuar coletivamente para alcançar o objetivo de conseguir a terra. É assumir sua identidade sem-terra.

Mesmo fazendo parte de uma ocupação no antigo acampamento, como tinham comprado de grupos anteriores, nem todos se consideravam sem-terra, pois já tinham sua territorialidade enraizada. A consciência de identidade mostrou-se no momento do despejo e a união coletiva para a finalidade de conseguir outro espaço provisório para juntar o que sobrou, mesmo que o tempo de espera pudesse ser longo.

“Quando foi pra vir pra cá o INCRA deu prazo de 20 dias pra nós e já tem mais de dois anos, aí eu tava brincando com as outras colegas do

acampamento, quando der 15 dias, coloca 05 anos por cima... (risos)... porque isso não resolve assim facinho não, são muitos documentos que têm pra arrumar, pra chegar o ponto de arrumar a terra.” (BEGÔNIA, entrevista em 24/04/2014)

Ao tomar a decisão de acampar, as mulheres já esperavam tempos difíceis, mas quando a espera se prolonga por meses e anos, a situação se torna praticamente insustentável. Assim, sobreviver para conquistar a terra é o último fio de esperança, pois já em 1965 Lowdermilk (p. 125) afirmava que “a terra que produz alimentos sustenta toda a estrutura social e se constitui na esperança do futuro. Não é uma comodidade econômica, ao contrário, é tão vital para a nação como o seu próprio povo”. O que o autor não sabia é que 50 anos depois, mesmo sendo imprescindível, a terra ainda continuaria nas mãos dos latifundiários e os camponeses pobres ainda suplicariam por ela.

Passados mais de três anos de formação do Acampamento Arraial da Vitória, seus caminhos de constituição coincidem “com os aspectos conservadores da história fundiária brasileira, em que o ocupante imediato é sempre deslocado em benefício do proprietário” (ABRAMOVAY, 1981, p. 50).

A busca por um novo território retrata a dinâmica da desterritorialização sofrida, mas também uma nova reterritorialização que, mesmo sendo efêmera, caminha junto com a esperança de uma reforma agrária justa da territorialização do assentamento sonhado. Desta forma, os movimentos em busca principalmente de trabalho são estratégias de sobrevivência das mulheres e suas famílias, junto com outras que mostram os papéis desempenhados na constituição dos acampamentos.

Neste contexto, a trajetória do acampamento pesquisado faz parte da colonização do Estado de Rondônia, vindo dos processos migratórios em nome da produção e expansão do território.

1.3. A Luta pela Terra em Rondônia e a Participação das Mulheres

O século XX ofereceu à região Norte significativo marco de desenvolvimento com a chegada de migrantes vindos, principalmente, do Sul, Sudeste e Nordeste, passando por fases ou ciclos distintos. De acordo com Ferreira:

a região norte se destaca como uma unidade produtora de borracha até metade do século XX, e a partir dos anos de 1950, como produtora de

minério de cassiterita e a partir dos anos 1970, serve como espaço para a expansão da fronteira agrícola, quando, então, são instalados os projetos de assentamento rural da colonização dirigida pelo Governo Federal (2012, p. 39).

No espaço que hoje abriga o Estado de Rondônia muitas pessoas se enveredaram pela floresta, inicialmente, para o trabalho extrativo do látex, os “soldados da borracha” e, em seguida, pela busca da cassiterita, “os garimpeiros”. No entanto, foi a partir de 1970 que levas de pessoas, principalmente do Sul e Sudeste, vieram em busca da terra para a conservação de sua cultura camponesa. Eram homens, mulheres, crianças, jovens e idosos incentivados pelo projeto de expansão e colonização do Estado realizado pelos militares. A autora ainda argumenta que:

mesmo no contexto da ditadura, continuavam surgindo conflitos pela terra em muitos lugares do Brasil e foram crescentes as tensões sociais, especialmente na Amazônia, relacionadas diretamente à natureza das migrações produzidas pela estrutura fundiária (FERREIRA, 2012, p. 46).

Em Rondônia, empresas dominavam os processos de colonização, porém de forma ilegal, ocasionando conflitos de terra em desfavor dos migrantes e seus poucos pertences. Predominantemente entre os que se movimentavam em busca por terras, estava à frente a figura masculina; no entanto, mesmo em menor quantidade, as mulheres também fizeram parte da frente de batalha pela terra, apesar do pouco destaque que recebem na história da formação do território rondoniense.

Geralmente, os homens com os filhos mais velhos vinham primeiro para conhecer o espaço, para depois buscarem o restante da família, o que poderia demorar dias para chegar ao destino, devido à situação precária das estradas. Entretanto, também vieram mulheres, principalmente viúvas acompanhadas de irmãos e filhos mais velhos, na esperança de dias melhores.

Dentro das limitações da aventura de um lugar novo que apresentava como principal atrativo uma maior quantidade de terras em comparativo ao do seu lugar de origem, geralmente Sul e Sudeste, eram incentivados pelas propagandas difundidas nestas regiões. Muitas mulheres foram vítimas ou perderam membros de sua família para a malária, principalmente os maridos, o que trazia grande instabilidade familiar, já que sozinhas ou com filhos mais velhos tinham que suprir as necessidades básicas da prole. São retratos da minha família, e de tantas outras, como das mulheres que hoje fazem parte do Acampamento Arraial da Vitória.

Nas últimas três décadas do século XX ocorreu um acelerado crescimento populacional em Rondônia. Consoante Ferreira (2012, p. 49), “o fracasso da colonização particular acompanhado da chegada de muitos migrantes obrigou a intervenção do Estado, que teve como principal executor o INCRA”. Eram muitas pessoas pleiteando por terras, porém eram poucos os aparatos de atendimento. Como discorre Silva:

embora houvesse terras para todos os colonos, O INCRA não tinha estrutura física, orçamentária e recursos humanos suficientes para atender o conjunto de migrantes que chegavam a Rondônia. Isso contribuiu para o crescimento dos conflitos agrários, resultado tanto da crescente demanda social por novas áreas, quanto da apropriação privada feita pelas empresas colonizadoras, assim como, das grilagens de terras e expropriação dos camponeses (2012, p. 61).

A realidade levava os colonos e colonas pobres a reivindicarem o direito pela terra, porém a luta pela reforma agrária sofreu algumas mudanças determinadas “pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital, e pela capacidade de organização dos trabalhadores, dos movimentos camponeses e proletários rurais” (STÉDILE, 2013, p. 10).

Estas alterações vieram, geralmente, dos migrantes pobres do Sul, Nordeste e Sudeste que viram no trabalho da coletividade a força para pressionar o governo na distribuição mais igualitária da terra, já que o governo militar apresentava “o lema de ‘integrar para não entregar’, as terras da Amazônia ‘sem homens’ que deveriam ser destinadas para ‘os homens sem terra’ foram praticamente entregues às grandes empresas beneficiadas pela política de incentivos fiscais” (FERNANDES, 1994, p. 28).

Mesmo sem estrutura suficiente, o órgão responsável contribuiu para a divisão de terras pertencentes ao território rondoniense.

Inicialmente, o INCRA executou o modelo de assentamento rural Projetos Integrados de Colonização (PIC). Sua organização consistiu na presença desta instituição em todas as fases do assentamento rural, desde a distribuição dos lotes de até 100 hectares, garantindo crédito, assistência técnica e social, produção e armazenagem aos camponeses. Entre 1970 a 1975, foram criados cinco PICs¹², onde as famílias de colonos recebiam lotes, penetrando as matas e ocupando o território com as atividades agropecuárias e com a extração de madeiras (SILVA, 2012, p. 63).

¹²PIC Ouro Preto, em 1970; o Projeto Sidney Girão, em agosto de 1971, no município de Guajará Mirim; o Gy-Paraná, em junho de 1972, com sede em Cacoal; o Paulo de Assis Ribeiro, em outubro de 1973, com sede na localidade de Colorado d’Oeste; e, o Padre Adolfo Rohl, em novembro de 1975, com sede na localidade de Jaru (FERREIRA, 2012, p. 50).

Mulheres, homens e suas famílias sonhavam com a terra e com o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sendo incentivada a extração de madeiras, o que atualmente é um dos grandes problemas que o Estado enfrenta, além da reforma agrária como forma de justiça social. São retratos de luta que esboçam muito mais que homens sem-terra, mas também mulheres sem-terra que estavam juntas nas frentes de batalha.

Apesar do papel do homem sempre prevalecer nos registros sobre os acampamentos e assentamentos de Rondônia, a mulher abriga uma heroica história de contato com a diversidade cultural. Enfrentavam, também, junto com sua família as dificuldades que se instalavam no processo, regradas, na maioria das vezes, por doenças, falta de dinheiro e violência, que manchou de sangue a colonização do Estado.

Os PICs trouxeram um grande contingente de migrantes para Rondônia, levando o Estado a mudar de estratégia com a criação dos Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs)¹³, destinados aos fazendeiros, ou seja, àqueles que tinham maior recurso financeiro. O que teve grande destaque é o da cultura do cacau da Gleba Burareiro, que compôs a região de Ariquemes e que, atualmente, contempla o acampamento pesquisado.

Neste contexto, as famílias de migrantes, como as do Acampamento Arraial da Vitória, ratificam a trajetória de ocupação do território de Rondônia. Souza (2011, p.9), a este respeito, refere que “a luta pela terra é componente inseparável do processo de formação do território rondoniense”. Prossegue, ainda, relatando a luta pela terra e a resistência camponesa em Rondônia:

a partir dos últimos anos da década de 1960 a migração para o território rondoniense iniciou um movimento ascendente, especialmente, após a finalização da construção da rodovia BR 364, em 1968. [...] A partir de 1970, com o início da colonização oficial, a migração cresceu de forma ainda mais intensa. [...] No entanto, os projetos de colonização dirigida, implantados pelos militares, não foram suficientes para o assentamento dos colonos que chegavam ao estado. [...] A maior parte dos colonos migrantes, quando chegavam ao estado, buscava instalar-se em lotes de colonos migrados anteriormente, estabelecendo-se como agregados ou arrendatários. Durante toda a década de 1970 e início dos anos 1980 essa dinâmica foi dominante na ocupação do território rondoniense. Essa dinâmica era, contudo, parte inerente do desejo de entrar na terra dos colonos migrantes. Esses colonos, em momento algum, desistiram de obter seu próprio lote de terra nos assentamentos do INCRA. No entanto, o cadastramento e assentamento das famílias pelo órgão eram extremamente morosos, não

¹³Projeto Burareiro/licitação (220.000 ha), Projeto Gleba Garças (120.000 ha), Projeto Corumbiara (1.670.000 ha) e Projeto Baixo Candeias/Igarapé Três Casas (124.500 ha) (FERREIRA, 2012).

conseguindo atender à demanda pela terra. Por isso, as parcelas dos colonos já assentados funcionavam, em verdade, como um espaço de espera pela terra prometida. Contudo, como a promessa raramente foi cumprida, tais camponeses consolidaram uma estratégia de conquista da terra por meio do apossamento de terras devolutas. Partiam para a ocupação espontânea de terras mais distantes do eixo da BR 364, estabelecendo suas posses e entrando no embate com os grandes latifundiários (SOUZA, 2011, p. 9).

Como se observa, o alongamento do tempo de espera pela terra em Rondônia não faz parte só da história recente do Acampamento Arraial da Vitória, vindo desde o avanço da migração nas décadas de 1960 e, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980 com as políticas públicas de deslocamento para a Amazônia com propaganda que aqui seria o Eldorado e, assim, atraindo milhares de pessoas, incluindo as famílias da maioria das acampadas. Porém, mesmo que tenha sido relevante o desenvolvimento regional, ainda caminha a passos curtos em direção daqueles que sonham com a terra, mesclando com a violência no campo que ainda é grande no Estado.

Mesmo que, atualmente, o acampamento pesquisado aja de forma pacífica, ele traz o histórico de conflitos, pois, atrelado à morosidade da espera pela terra, mulheres e homens sem-terra usam a estratégia do acampamento para reivindicar pela reforma agrária em Rondônia. O mesmo também ocorre no restante do país, uma vez que “desde os anos de 1980, centenas de milhares de indivíduos têm ocupado terras no Brasil. Nelas montam acampamentos e passam a reivindicar sua redistribuição” (SIGAUD; ERNANDES; ROSA, 2010, p. 11).

São desdobramentos da luta pela terra no Brasil e a formação do seu território, como o rondoniense que acolhe a bravura não só dos homens, mas também das mulheres para o seu desenvolvimento.

Este capítulo realizou a discussão dos conceitos de gênero e território no universo da luta pela terra, “os acampamentos rurais”, oferecendo a base para o entendimento da trajetória de constituição do Acampamento Arraial da Vitória e a formação do território rondoniense, cruzando o teórico e o empírico. Colocar em discussão os conceitos destes desdobramentos transformadores torna-se essencial para o êxito da caminhada proposta pela pesquisa e todas as formas e performances a serem evidenciadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

“Você quer pesquisar sobre as mulheres? Tem certeza? Todo mundo que vem aqui quer conversar com os homens, acha que a gente não faz e não sabe de nada... (risos)... Uma das coisas que nós mais sabe é que mulher sofre demais em acampamento e para não passar fome tem que ficar zanzando por aí pra arrumar um trabalho nas roças vizinhas ou na cidade, mas tenho esperança que com luta nós consegue a terra.” (ANGÉLICA, 55 anos, entrevista em 05/2014).

A CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS E OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO

Para construir caminhos é necessário coragem e curiosidade para desvendar o que ainda não se conhece ou que se pensa conhecer. É saber que cada obstáculo que surge se tornará uma referência de superação e aprendizado, não só para o que construiu, mas também para aqueles que passarão por ele trazendo ideias de reconstrução e abertura de novos caminhos dentro de territórios desconhecidos.

Este segundo capítulo tem o objetivo de descrever a trajetória metodológica realizada para a construção da pesquisa e da dissertação. A primeira parte apresenta os primeiros passos para o processo de construção da problemática. Na segunda, constam os procedimentos de pesquisa para o êxito da caminhada.

A ideia de construção leva ao encontro da área que será objeto de pesquisa, criar o projeto para ter a base sólida e ir a campo desvendar possibilidades e respostas para a problemática, as quais surgem no processo de criar e recriar a ciência geográfica com todas as suas nuances.

2.1. Os Primeiros Passos para o Processo de Construção da Problemática

Para construir é preciso ter persistência, afinal são várias fases até a conclusão da obra, como a escolha do terreno, o projeto, o planejamento, os documentos para legalização, os materiais necessários e as pessoas para ajudar na construção, pois tudo demanda um tempo e um espaço, mesmo que o final sempre possa ser um recomeço. Esse processo é necessário para quem se lança a fazer a ciência geográfica.

Bollnow (2008) propõe, na sua obra ‘O homem e o espaço’, que o tempo e o espaço são essenciais para se compreender a existência humana, sendo que o primeiro se sobressairia por ser mais subjetivo. Já a construção espacial da existência humana, através do espaço concreto, vivenciado e vivido pelo homem e pela mulher, sempre foi deixado em segundo plano, por, aparentemente, pertencer à parte externa de suas vidas. No entanto, o espaço se torna múltiplo quando se compreende a importância de conhecer a parte interna, o ponto de referência da segurança imbricada no âmago do ser, até que se resolve sair da zona de conforto, descanso e bem-estar que o autor refere, simbolicamente, com a figura da casa – a representatividade de todos os cômodos – até o momento em que tomamos a decisão de encontrar um caminho aberto ao novo ou, simplesmente, o desvelar do desconhecido que parece inatingível traçado num horizonte que está bem próximo e, ao mesmo tempo, distante.

A escolha ou encontro com o objeto de pesquisa, Acampamento Arraial da Vitória, aconteceu no segundo semestre de 2012, exercendo a função de professora e gestora do Programa Mulheres Mil, implantado pelo governo federal e executado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Ariquemes, para que as mulheres fossem atendidas por políticas públicas, principalmente aquelas que vivem em extrema vulnerabilidade social e econômica. Na realização dos questionários para o programa de escolha do curso a ser realizado, conheci um pouco das mulheres do Assentamento Madre Cristina e Arraial da Vitória, o que me causou grande curiosidade em saber sobre seus modos de vida e experiências.

Depois da implantação do curso e com a abertura do Edital do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), para início no primeiro semestre de 2013, o desejo de trilhar os caminhos da pesquisa naqueles espaços colocados à margem, fez pulsar a curiosidade em saber mais daquilo que se apresenta pouco em livros e muito na voz da sociedade e que exclui penetrando na mente e se valendo como verdade. Entretanto, “não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado” (BACHELARD, 1996, p. 18).

Em primeiro momento, no projeto de ingresso para o mestrado, tinha o objetivo de analisar a contribuição socioeconômica do Programa Nacional Mulheres Mil para as participantes nos assentamentos Madre Cristina e Arraial da Vitória-

Ariquemes/RO. Porém, a mudança se tornou necessária em vista que, no início da pesquisa exploratória, houve a certificação que o Arraial da Vitória não era um assentamento, mas sim um acampamento, e que a realidade destes espaços se mostra bem diferente. As assentadas são aquelas que já conseguiram a terra e as acampadas ainda não possuem seu território físico; assim, seria viável a escolha de somente um objeto de pesquisa.

Houve a necessidade de mudar e refazer todo o projeto, incluindo os procedimentos metodológicos que outrora já tinham sido traçados. Mas, para evitar outra resposta negativa diante da inexperiência de pesquisadora, foi indispensável uma pesquisa exploratória (descrito nos procedimentos de pesquisa) para um conhecimento mais geral do objeto de pesquisa. Surgiram nesse momento, segundo Bachelard:

as crises de crescimento do pensamento implicam uma reorganização total do sistema de saber. A cabeça bem feita precisa então ser refeita. Ela muda de espécie. Opõe-se à espécie anterior por uma função decisiva. Pelas revoluções espirituais que a invenção científica exige, o homem torna-se uma espécie mutante, ou melhor dizendo, uma espécie que tem necessidade de mudar, que sofre se não mudar. Espiritualmente, o homem tem necessidade de necessidades (BACHELARD, 1996, p. 20).

Não só o homem, mas a mulher pesquisadora no desenvolvimento de formação do espírito científico também tem a necessidade de mudar para desenvolver e evoluir o papel desempenhado pela ciência geográfica no estudo de seu objeto de análise “o espaço”, mas não deixar que a categoria gênero, ligada às feminilidades, seja silenciada em espaços concretos e plausíveis de análises.

Nesse contexto, o interesse pelo Acampamento se mostrou latente e o pensamento entrou em crise em relação aos objetivos do projeto inicial. Primeiro, porque o Arraial da Vitória é um acampamento, não assentamento. Segundo, porque a contribuição socioeconômica do referido Programa só viria com um tempo maior de implantação no Assentamento Madre Cristina, e no Acampamento Arraial da Vitória teria pouca possibilidade devido não ter o acesso à terra. Terceiro, porque as mulheres que participaram do curso de criação de frangos caipira, no IFRO, como não tinham espaço para criação, não o desenvolveram. O curso foi uma estratégia mergulhada junto a várias outras que poderiam fazer parte da resistência de continuar na luta.

Saber as dificuldades e os desafios que as mulheres enfrentam no cotidiano do acampamento, percebido, segundo Caume (2006), “como um momento

provisório marcado pelo caos, pela desarticulação e desestruturação de formas de vida e de valores legitimados pela tradição”, era uma maneira de explorar e conhecer, de forma geral, a realidade de interesse da pesquisa e buscar a pergunta que daria luz à problemática a ser discutida.

Durante os contatos com moradores e moradoras e o desenvolvimento da pesquisa exploratória na área considerada de grande vulnerabilidade, foram tomando vulto as estratégias femininas para manter suas condições de sobrevivência e, ao mesmo tempo, o apego e luta pela terra.

Nesse momento, foi traçada a direção para o início da construção desta pesquisa que apresenta como eixo norteador a seguinte questão central: **como as mulheres do acampamento Arraial da Vitória estabelecem suas estratégias de sobrevivência para instituição de seus territórios?**

O caminho para encontrar as respostas não demonstrou, desde o princípio, facilidade já que como toda construção era necessário planejamento e persistência, principalmente quando procuramos respostas daquilo que, geográfica e historicamente, são colocados às margens ou velados.

Rondônia apresenta no seu histórico de colonização a luta de bravo(a)s guerreiros e guerreiras que deixaram seus estados de origem e se aventuraram a desbravar um território desconhecido, mas que apresentava um amplo poder de incentivo: a terra sonhada que tiraria o sustento da família.

Porém, a realização do sonho era margeada de empecilhos e, conforme Amaral (2004, p. 31),

a colonização agrícola de novas terras tem sido uma das estratégias específicas posta em prática pelas elites no processo de expansão das relações capitalistas na região amazônica. Isto em detrimento da execução de uma política de redistribuição da propriedade fundiária no país.

Para a conquista da terra foram necessárias lutas e coragem, uma vez que várias vidas foram ceifadas nesse processo e, apesar de fazer parte da história do Estado de Rondônia que tem pautado uma economia ligada ao campo, pouquíssimas pesquisas retratam essa realidade. As poucas que existem são, geralmente, ligadas aos assentamentos rurais que já conquistaram a terra, mesmo apresentando grandes dificuldades diante da tecnologia pujante do agronegócio que avança por todo o território brasileiro.

As questões das relações sociais de gênero e assentamentos estão tomando forma nas discussões do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (GEPGÊNERO) e vários artigos já foram apresentados em eventos nacionais e internacionais, além de algumas dissertações que já foram apresentadas ao PPGG da UNIR. Porém, os acampamentos ainda não foram contemplados.

Não muito diferente, também, do que ocorre no cenário brasileiro referente a dissertações, teses e artigos sobre as categorias de análise apresentadas na dissertação.

Quadro 01 – Categorizações dos objetos de estudo nas dissertações e teses referenciadas ao estudo de relações de gênero no mundo rural.

CATEGORIZAÇÕES	NÚMERO DE TÍTULOS (TESES E DISSERTAÇÕES)	
	Dissertações	Teses
Ecofeminismo	01	-----
Economia solidária e participação de mulheres	-----	01
Luta pela terra, processos de assentamento e papel das mulheres	01	-----
Memórias sociais de professoras	-----	01
Migração e diferenciação de papéis sexuais	-----	01
Protagonismos políticos	01	
Saúde reprodutiva, religião e trabalho entre mulheres	01	01
Trabalho, lazer e sexualidade entre jovens em assentamento	-----	03
Unidades de conservação e papel diferenciado de mulheres	-----	01
Total	04	08

Fonte: Neves (2013, p. 420).

Conforme se pode observar no quadro 01, apenas 12 dissertações e teses sobre relações de gênero foram defendidas entre 1995 e 2009, com apenas uma apresentando as categorizações sobre luta pela terra, processos de assentamento e papel das mulheres, não sendo referente a acampamento, mas priorizando o assentamento.

Quadro 02 – Categorizações dos objetos de estudo de artigos sobre a temática da dissertação em 90 periódicos on-line nos estratos A1-A2-B1-B2-B3-B4 e B5.

TEMÁTICA	NÚMERO DE TÍTULOS (ARTIGOS)
Gênero e mulheres	167
Rondônia	22
Acampamento	05

Fonte: Cesar (2014) – Banco de dados GETE/ UEPG. Organização: Coimbra (2015).

Dos 13.990 artigos encontrados no Banco de Dados, apenas cinco discutem ou envolvem a temática de acampamento, dos quais três acrescentam assentamento na sua pesquisa e somente dois pesquisam especificamente sobre acampamentos na Paraíba e em Pernambuco, sendo dois aceitos pela Revista Pegada de estrato B2 e três aceitos pelas Revistas Espaço Plural, Okara: Geografia em Debate e Revista Tamoios de estrato B3. No entanto, outros artigos podem estar presentes no referido Banco de Dados com a temática acampamentos, porém com títulos diferenciados, como luta pela terra ou espaços de conflitos agrários, prevalecendo aqueles ligados à conquista da terra, ‘os assentamentos’ e seus atributos políticos, sociais, econômicos e culturais, como os vários artigos publicados em revistas e apresentados em eventos científicos, como exemplo os do grupo de pesquisa GEPGÊNERO, da UNIR, que tem o enfoque das pesquisas ligadas ao gênero em espaços rurais, base característica do Estado de Rondônia.

No Banco de Dados, apenas 22 discutem ou envolvem a temática com a palavra-chave Rondônia. No entanto, nenhum contempla acampamento e, da mesma quantidade de artigos, apenas 167 discutem ou envolvem a temática com as palavras-chave gênero e mulheres, mas sem vínculo com estudos sobre acampamento.

Observa-se que as discussões de gênero e mulheres, mesmo com a pouca abertura da academia, vêm crescendo neste início de século XXI. No entanto, apesar do grande esforço da UNIR e sua valiosa contribuição para a pesquisa e o seu desenvolvimento, ainda há poucos trabalhos que contemplam o Estado de Rondônia e raros os que contemplam acampamentos rurais (na maioria em eventos nacionais e internacionais) que fazem parte de seu histórico de colonização. Assim, observando os dados, logo foi percebida a relevância da pesquisa fazendo a curiosidade mover o espírito científico.

A resposta para o pouco número de pesquisas na área de acampamentos com o entrelaçar de gênero, pode ser pela dificuldade e medo de fazer pesquisa nesses espaços, onde geralmente ocorrem muitos conflitos e mortes, o que marca a trajetória da maioria dos acampamentos do Brasil, não apresentando diferença no Estado de Rondônia.

“Hoje os conflitos estão mais pacificados, porque antigamente qualquer ser estranho que chegasse aos acampamentos, geralmente tinham que ser vistoriados para ter autorização para entrar, até para tirar uma foto tinha que ter permissão. Todo mundo que trabalhava no INCRA tinha medo dos sem-terras, mas hoje está mais pacífico... Quando iniciei no INCRA tinha medo de sem-terra, pois nem sempre tinha uma boa recepção.” (Ouvidor Agrário Regional do INCRA/RO Erasmo Tenório da Silva, entrevista em 19/08/2014).

Se até mesmo os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de Rondônia, tinham medo de fazer as negociações com os sem-terra, os pesquisadores e pesquisadoras também apresentavam receio em desenvolver suas pesquisas nos territórios dos acampamentos, muito em virtude do histórico de violência na reivindicação pela terra. Também contribuiu o fato de serem espaços excluídos pela força discriminatória de uma sociedade armada pelo capitalismo, que se vale pelo poder do mais forte e que ganha esse status em presença do capital acumulado, minimizando as lutas pela conquista da terra.

Neste arcabouço de marginalização dos menos favorecidos pelo capital, as questões de gênero ainda ficam mais acentuadas, já que em todo processo de luta pela terra a mulher sempre esteve presente, mas tampouco foi visibilizada e, sobretudo, silenciada pela voz de uma sociedade machista acalorada de preconceito e discriminação. Assim, fez-se necessária a subquestão: **quem são as mulheres acampadas na trajetória de constituição do Arraial da Vitória?**

A construção de significados deveria ir além da descrição e trajetória de constituição do Acampamento Arraial da Vitória e dar voz à mulher que sofreu e ainda padece com a acatalepsia em relação aos seus sentimentos e formação dos seus territórios.

As trajetórias de constituição dos acampamentos são, geralmente, acompanhadas de dor, desespero e sofrimento, mas também de fé e esperança em alcançar a terra, como relata a acampada Azaléia: *“aqui é muito sofrimento, mas tenho esperança de ter minha terra pra criar meus filhos, onde eu posso plantar e colher com fé em Deus”* (entrevista em 25/04/2014).

É histórico que a mulher sempre foi deixada em segundo plano em relação ao homem que, geralmente, é colocado como parte central dos processos colonizadores em que a ocupação sempre esteve na linha de frente da reforma agrária. No entanto, é relevante analisar a ação delas como arquitetas no planejamento e uso de espaços, desenvolvendo estratégias de resistência diante da situação precária que as apreendem.

Nesse sentido, a segunda subquestão constituída foi: **como são estabelecidas as estratégias de sobrevivência das mulheres do acampamento?**

É preciso determinação e coragem para o enfrentamento da realidade de dificuldades constantes que se instalam após um desalojamento e uma nova tentativa. A característica de fragilidade dada às mulheres logo se transforma em força a cada nascer do sol no horizonte de instabilidade.

Para se adaptar aos barracos de lona às margens da estrada e vários outros desafios que fazem parte de um acampamento rural, as estratégias surgem como apreço à própria vida e a dos familiares, principalmente dos filhos, o que faz da mulher um ser benemerente pelo seu papel de mãe, esposa, estudante, religiosa, artesã, trabalhadora rural e urbana ou, simplesmente, por ser mulher que, junto com os homens, lutam para uma divisão igualitária das terras nessa imensidão de área territorial que existe em Rondônia e, conseqüentemente, no Brasil.

Assim, a terceira subquestão foi instituída: **como as mulheres constituem os seus territórios?**

A cada conquista do desempenho do seu papel, a mulher produz seus territórios, o que faz com que esta categoria se torne relevante para a ciência geográfica que, outrora, dava ênfase aos papéis masculinos em detrimento aos femininos, perpetuando, até os dias atuais, com pouquíssimas aberturas sobre o assunto, apesar do esforço de um número cada vez maior de pesquisadores e pesquisadoras.

As transformações são necessárias visto que as relações sociais de gênero compõem e produzem espaços, e a mulher acampada no Arraial da Vitória em Ariquemes/Rondônia também faz sua parte na constituição de seus territórios físicos e simbólicos.

A epistemologia da geografia mostra todo o processo evolutivo desta ciência e, neste início de século XXI, o papel do pesquisador e pesquisadora é analisar o espaço em toda sua dimensão, não somente a parte física, mas também a humana

que a compõe e dá sentido de existência às características políticas, sociais, econômicas, religiosas e culturais.

2.2 Os Procedimentos de Pesquisa para o Êxito da Caminhada

Para desvelar a ação das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória no estabelecimento de suas estratégias de sobrevivência para a instituição de seus territórios, foram traçados os procedimentos para a construção, mesmo que o caminho pudesse oferecer obstáculos e mudanças imprescindíveis.

Para se chegar à questão de sustentação da dissertação ocorreu um processo árduo de formulação e reformulação, tristeza e desespero, mas necessário para o meu amadurecimento como pesquisadora.

A constatação que o Arraial da Vitória era um acampamento e não um assentamento deixava inviável prosseguir com a pergunta norteadora do projeto defendido para ingresso no mestrado: qual a contribuição socioeconômica do Programa Nacional Mulheres Mil para as participantes nos assentamentos Madre Cristina e Arraial da Vitória-Ariquemes/RO?

Nesse momento, surgiu o desespero, como se toda a parede construída tivesse desmoronado. Contudo, agarrei-me na afirmação de Silva, Silva e Juncles (2009, p. 64): “aparentemente ter que reformular a pergunta de partida parece algo negativo, mas ao contrário disso, acredite, faz parte de um treino para se tornar um investigador sério e competente”. Assim como também, na asseveração de Bachelard (1996, p. 298) quando diz que o “erro, não é um mal [...] É então que se tem acesso ao erro positivo, ao erro normal, ao erro útil”.

Assim sendo, as forças se reestabeleceram e foi elaborada, primeiramente, uma pesquisa exploratória realizada a partir de abril de 2013 com aplicação de questionários e entrevistas de sete a 12 do mês de início, com a observação e o levantamento bibliográfico nos demais meses do mesmo ano. Apresentava como questão analítica: quais as dificuldades e desafios das mulheres de acampamento? Para que do entendimento mais geral pudesse encontrar a indagação mais apurada e consciente da realidade das mulheres e da área de estudo.

O entendimento sobre a pesquisa exploratória veio ao encontro da definição instituída por Gil:

as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] apresentam menor rigidez no planejamento. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla [...] o produto final desse processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (2008, p. 27).

Como o nome diz, este tipo de pesquisa explora um determinado território para que dele possa subtrair um problema mais clarificado, o que poderia também ser chamado de piloto, já que direciona para o entendimento de temas pouco explorados ou que se têm pouco conhecimento. Conduz, desta forma, para novos caminhos ligados à pesquisa científica, através do encontro de indagações coerentes para a ciência geográfica.

Nesse primeiro momento, o enfoque maior era fazer o levantamento bibliográfico, as leituras, conhecer as experiências das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória diante das dificuldades, bem como os desafios que a luta pela terra apresenta. Através do esclarecimento desta realidade, a intenção era formular uma questão que movesse o espírito científico a buscar mais conhecimento e repassar para a sociedade e a comunidade científica contribuições por meio da dissertação apresentada.

Embora as pesquisas exploratórias não apresentem rigor no planejamento, a metodologia utilizada contemplou três técnicas para a coleta de dados: a observação direta, a aplicação de questionários e as entrevistas de forma simples para 20 mulheres que fazem parte do Acampamento Arraial da Vitória, em turnos alternados, de acordo com a disponibilidade das mulheres, sendo dividida em três etapas. Na primeira e segunda, foram realizadas a observação direta e a aplicação de questionários para o levantamento de dados e o conhecimento da área que instigou a busca por respostas à problemática da referida pesquisa exploratória, mas também a busca por outras. Na terceira etapa foram realizadas as entrevistas que deram o apoio para a análise e o entendimento da história de vida do coletivo e da individualidade das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.

Souza e Pessôa (2013, p. 176) acrescentam que “logo, o trabalho de campo deve ser considerado, acima de tudo, um processo, e não uma simples busca por informações e dados sobre a realidade que se deseja investigar”.

Nesse procedimento, ao adotar a pesquisa exploratória, a expectativa era ter um conhecimento empírico do espaço do acampamento e direcionar para a problemática e a busca dos procedimentos metodológicos para a pesquisa científica que daria origem a esse trabalho. Também, foi mostrar às mulheres de acampamentos a força de suas ações, assim como à sociedade, para que consiga vê-las como trabalhadoras que lutam pela sua dignidade, pela família e pela comunidade em que estão inseridas lutando, a cada dia, pela sobrevivência, constituindo territórios materiais e simbólicos.

Os desafios não se apresentaram somente para as acampadas, mas também para a pesquisadora ao introduzir a categoria “gênero” na prática investigativa da ciência geográfica. Isso, apesar das discussões de gênero e sexualidade “estarem presentes na ciência geográfica há mais de trinta anos, é comum pessoas nos interrogarem sobre a validade das abordagens desse teor para o desenvolvimento teórico e metodológico da ciência” (SILVA, 2009c, p. 93).

Se o espaço é construído por pessoas, independente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, a mulher, assim como o homem, constrói o espaço rural e se torna relevante para a ciência geográfica.

Portanto, o posicionamento da pesquisa exploratória foi necessário para a construção da dissertação, encaixando-se como um procedimento metodológico específico capaz de levar ao amadurecimento científico e ao encontro da questão central que norteará a pesquisa. Se as mulheres enfrentam dificuldades nas áreas de transição dos acampamentos, causando grande sofrimento, é coerente e necessário indagar: “*como as mulheres do acampamento Arraial da Vitória estabelecem suas estratégias de sobrevivência para instituição de seus territórios?*”

Segundo Bachelard (1996, p. 18), “o espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas”. Assim, o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória abriu portas para a conquista do fio condutor da problemática da pesquisa apresentada na dissertação. O autor ainda complementa que, “para o espírito científico, todo

conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico”.

Diante da pergunta motivadora e da interiorização do conhecimento produzido pelos obstáculos expostos, foi traçada a segunda e principal etapa com os procedimentos necessários para a busca e análise das respostas sobre o aprimoramento do conhecimento científico e a compreensão do fenômeno investigado na presente pesquisa.

No entanto, antes de discorrer sobre as técnicas qualitativas usadas para responder às subquestões, acrescento que, apesar de priorizar a pesquisa qualitativa, não a desassociei da pesquisa quantitativa por acreditar que uma não frutifica sem a outra, como pontua Demo (1998, p. 91):

todo fenômeno qualitativo, pelo fato de ser histórico, existe em contexto também material, temporal, espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o ser humano, também contém a dimensão qualitativa. Assim, o reino da pura quantidade ou da pura qualidade é ficção conceitual.

Dosar o novo e o clássico se torna uma alavanca para a interpretação e a compreensão da dinâmica entre o sujeito e o mundo real, entre o empírico e o sistêmico, apresentando-se como alinhamento para o desenvolvimento da ciência geográfica, já que no tratamento das informações e dados da pesquisa foi necessária, também, a quantificação para as análises e interpretações correlatas àquelas que não podemos quantificar e que são fundamentais para o trabalho apresentado.

Para responder à subquestão *“quem são as mulheres acampadas na trajetória de constituição do Arraial da Vitória?”* foram tomados os seguintes procedimentos:

- 1- Aplicação de questionário fechado com questões envolvendo o perfil, a situação socioeconômica familiar, a composição da relação marital e a situação de apropriação da terra e habitação;
- 2- O questionário foi aplicado junto às mulheres que representam suas famílias presentes no acampamento (questionário em apêndice);
- 3- O histórico de constituição do acampamento foi desenvolvido por meio de análise documental do INCRA, bem como entrevistas com os funcionários do referido órgão que acompanharam o processo de disputas da terra que originaram o acampamento (Ouvidor Agrário e a responsável pelo programa de distribuição de cestas de

alimentos para acampados e acampadas), além de fotografias e vídeos feitos pelas acampadas.

A aplicação dos questionários foi realizada em 10 dias: 23, 24, 25 e 26 de abril e 6, 7, 8, 17, 18 e 19 de maio de 2014, em turnos diferentes (matutino, vespertino e noturno), de acordo com a disponibilidade das colaboradoras acampadas no Arraial da Vitória e o não comprometimento dos seus horários de trabalho. Foi aplicado para 30 mulheres, mas esse número não foi escolhido antecipadamente, veio do processo da pesquisa e a utilização do critério da “saturação”, como argumenta Sá:

a representação manifestada por um certo número de sujeitos e por um número maior seria a mesma. Costuma-se empregar um critério conhecido como ‘saturação’ para chegar a esse número limite (não definido previamente) no decorrer da pesquisa: quando os temas e/ou argumentos começam a se repetir isto significaria que entrevistar uma maior quantidade de outros sujeitos pouco acrescentaria de significado ao conteúdo da representação; pode-se então realizar mais umas poucas entrevistas e parar (1998, p. 92).

O emprego de determinado critério trouxe confiabilidade nos resultados, não apresentando necessidade de determinação de um número amostral antecipado, comprovando a abordagem das Geografias Feministas defendida no modelo de análise aqui constituído que considera que o método se faz do processo de pesquisa e que os fenômenos demandam várias abordagens, principalmente, o que concerne às representações sociais do acampamento.

A pesquisa documental foi bastante infausta, pois poucos documentos existiam no INCRA sobre o Acampamento Arraial da Vitória e, os raros cedidos, apresentaram alguns desacertos, confirmados e esclarecidos durante a entrevista com o Ouvidor Agrário do referido órgão. Porém, como afirma Severino (2007, p. 122), “no caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas, sobretudo, outros tipos de documento, como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

Deste modo, além dos documentos legais, utilizei fotografias e vídeos feitos pelas acampadas na sua trajetória de luta pela terra, principalmente do antigo Acampamento São Francisco, atualmente Arraial da Vitória. Foi através destes que se mostraram os sentimentos de tristeza e desilusão relacionados ao despejo da terra que pensavam pertencer a elas e a busca por outra, evitando conflitos.

Para responder às questões “*como são estabelecidas as estratégias de sobrevivência das mulheres do acampamento?*” e “*Como as mulheres constituem os seus territórios?*” foi desenvolvido um roteiro de entrevistas dirigido junto às 30 mulheres do acampamento que responderam ao questionário para que nenhuma se sentisse diminuída ou menos importante. O enfoque principal era para mulheres que se constituíam como importantes lideranças femininas, bem como aquelas que se destacaram na realização de estratégias de sobrevivência (roteiro de entrevista em apêndice), no mesmo período de realização dos questionários. Foi usado, também, o instrumental técnico do diário de campo.

Os movimentos realizados pelas acampadas foram usados como estratégia, tornando aprendizado e também uma tática importante para a pesquisa de campo, pois as minhas idas e vindas ao acampamento permitiu, além dos 10 dias da aplicação de questionários e entrevistas, um contato ainda maior com as acampadas durante os meses de 2013 e 2014, em que foi apresentado o cotidiano das mulheres e a dinâmica do acampamento.

Essa vivência permitiu uma maior integração com as acampadas no que se refere à participação em reuniões, almoços e cafés da tarde, jantares e pães feitos na escuridão dos barracos, pescarias, trabalhos artesanais e a saída para o trabalho em sítios vizinhos, ou seja, no cotidiano das mulheres acampadas do Arraial da Vitória, suas alegrias, tristezas e experiências.

No momento que pesquisadora e pesquisadas são sujeitos de um trabalho comum, embora desenvolvam situações e tarefas diferentes, a minha postura era ser um instrumento a unir conhecimentos científicos à realidade das acampadas, como uma “funcionária da sociedade” no caminho de novas conquistas sonhadas por elas (BRANDÃO, 1999).

A visibilidade das aspirações e potencialidades daquelas que vivem em situação de vulnerabilidade são aparentes no cotidiano das mulheres acampadas no Arraial da Vitória, elegendo, neste contexto, a abordagem qualitativa que “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (NEVES, 1996, p. 1). Torna-se, portanto, um instrumento válido e fundamental para analisar as estratégias usadas pelas mulheres na instituição de seus territórios.

Lüdke e André (1986, p. 11) destacam que “a pesquisa qualitativa tem seu ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal

instrumento”. As autoras ainda acrescentam que, na pesquisa qualitativa, o ambiente não é forjado, ou seja, as participantes vivem em acampamento, trabalham e constroem seus territórios e territorialidades mesmo que tenham que morar por um período em outro espaço para sobreviver. Neste enfoque, Silva e Mendes afirmam que:

a abordagem qualitativa baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nela, há uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa (2013, p. 207).

Ao priorizar a pesquisa qualitativa, a intencionalidade recai sobre o conjunto formado pelas pessoas envolvidas e o ambiente do acampamento, considerando o significado que as acampadas dão ao fenômeno estudado.

“Nos estudos rurais ‘e de gênero’ a entrevista é uma técnica de investigação capaz de oferecer ao pesquisador as características peculiares de cada contexto, tanto no âmbito socioeconômico quanto no cultural” (SILVA; MENDES, 2013, p. 213, grifo nosso). Oferece-se, assim, um grande contributo para a busca da resposta que move os dois eixos entrelaçados da pesquisa apresentada. As autoras também complementam que, através dela, “é possível conhecer como as pessoas pensam e agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano” (SILVA; MENDES, 2013, p. 213).

As entrevistas proporcionaram o suporte para a análise e o entendimento do cotidiano coletivo e da individualidade das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória que, através da linguagem, expressaram suas percepções, representações e os sentimentos guardados no seu âmago, como forma de oferecer voz às mulheres que são excluídas e silenciadas. Permite-se, desta maneira, a visibilidade das mulheres, como relata a acampada Violeta:

“A mulher precisa falar, quem sabe assim, o INCRA dá um jeito de conseguir a terra que prometeu quando todo mundo teve que sair do São Francisco. Eram três meses, mas já tem ano. O governo tem que saber que nossos filhos precisam comer e pra isso precisamos de terra para plantar.”
(Entrevista em 25/04/2014)

No momento que as mulheres relatavam seus anseios e suas expectativas guardadas, vieram à tona suas ações, suas memórias e suas histórias e, para facilitar que as narrativas não perdessem sua essência, foi usado o gravador para o armazenamento das informações, sendo este consentido por todas as entrevistadas.

A utilização do aparelho fez com que algumas se sentissem reticentes, mas depois se sentiram à vontade com o estabelecimento da confiança e segurança adquiridas através da postura investigativa primada na dinâmica das relações com o grupo.

A utilização dessa técnica se apresenta muito mais que um instrumento para armazenamento de dados ou informações, todavia uma maneira de valorar àquelas que, tão pouco, são ouvidas e vivem nas margens da sociedade. Deste modo, o real significado apareceu quando algumas acampadas me telefonaram para saber o dia da entrevista e relataram que estavam se sentindo importantes por serem entrevistadas.

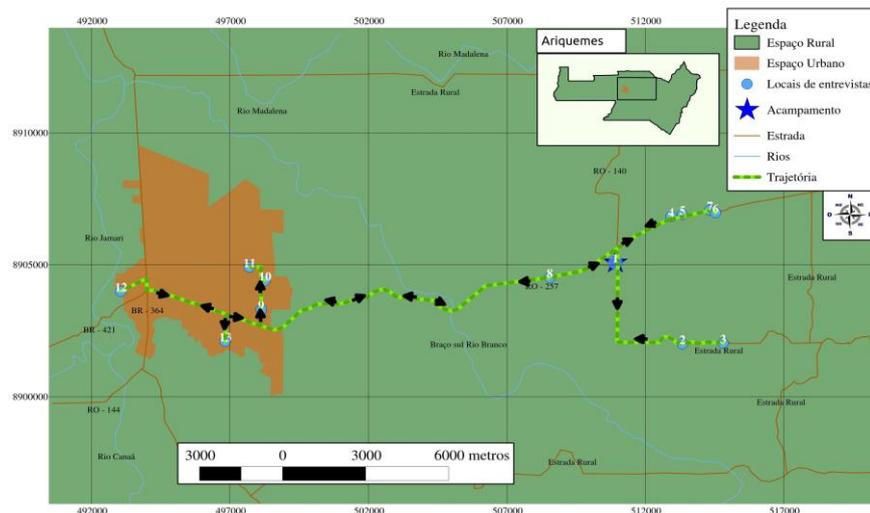
Diante da abertura dada pelas colaboradoras, o processo se tornou mais fácil e não evulsivo¹⁴, com vários momentos de descontração por caminhos pouco conhecidos, como as estradas ora asfaltadas e ora com muitos buracos e lama, típico das estradas rurais de Rondônia. Mas também, por aqueles guardados nas profundezas da alma das acampadas no momento de suas lutas cotidianas e acumuladas durante sua trajetória, que por se sentirem importantes, confiam em expor as inquietudes e os deslumbramentos de uma vida regada de doses de sofrimento, mas com um toque de felicidade que teima em aparecer para deixá-las mais leves.

A aplicação dos questionários e entrevistas seguiu uma trajetória construída no processo de pesquisa. O ponto de início foi o Acampamento Rural Arraial da Vitória, já que a ideia era que todas as mulheres, chamadas de “acampadas¹⁵”, permaneciam ou moravam no acampamento em período integral. Contudo, o que se verificou foi um leque de possibilidades nessa ação, apresentado no mapa que segue.

¹⁴Por não ser um ato de arrancar informações como algo que se força, mas que venha da confiança estabelecida entre a pesquisadora e as pesquisadas.

¹⁵ Acampado (*a*) *significa ser*: Alojado (*a*), instalado (*a*) em acampamento, mas por trás da generalização, existem muitas especificidades, principalmente relacionadas ao local de alojamento, trabalho e circulação. Como exemplo, temos as que são acampadas rurais ou urbanas, as que se alojam nos acampamentos rurais e vivem um período na zona urbana para trabalhar ou vive-versa, as que se instalam um período em acampamento rural e outro em sítios próximos para trabalhar, ou as que se alojam no acampamento rural e trabalham no mesmo local ou na zona urbana, além de outros que se desmembram e que caracterizam as pluralidades de ser acampada.

Figura 03 – Mapa da trajetória para realização de entrevistas em Ariquemes/RO.



Fonte: Dados de campo, 2014; IBGE (2010); Observações Google Maps. Organização: Almeida (2014).

As mulheres entrevistadas movimentam-se na busca de trabalho para a sobrevivência da família. Nessa configuração de mobilidade espacial, o tempo de permanência caracteriza-se por ser pendular, quando ficam um período de tempo curto na cidade ou em sítios vizinhos para trabalhar com diárias ou de transumância, quando moram por um período e trabalham junto com os esposos nos sítios vizinhos, em épocas de colheitas ou cuidado dos animais. Também há aquelas que moram um período em casa de familiares na zona urbana para trabalhar ou enquanto seus esposos trabalham em sítios distantes.

Para aplicar os questionários e realizar as entrevistas, fui a treze localizações onde marquei os pontos com o GPS Garmin e Trex 30, nº de série 2DV151597 para fazer o mapa e demonstrar toda a trajetória, com mais de 500 km, de idas e vindas para se adequar aos horários disponíveis das acampadas e contemplar as mulheres que representavam o acampamento em todas as suas pluralidades e, ao mesmo tempo, suas singularidades.

Tabela 01 – Quantidade de mulheres entrevistadas nos pontos representativos da figura 03 e ponto real da entrevista – Ariquemes/RO.

PONTO REFERENCIAL NO MAPA	PONTO REAL DA ENTREVISTA- MORADIA PROVISÓRIA OU LOCAL DE TRABALHO	NÚMERO DE MULHERES ENTREVISTADAS
01	Acampamento	14
02	Sítio vizinho	01
03	Sítio vizinho	01
04	Sítio vizinho	01
05	Sítio vizinho	01
06	Sítio vizinho	01
07	Sítio vizinho	01
08	Sítio vizinho	01
09	Residência/zona urbana	01
10	Residência/zona urbana	02
11	Residência/zona urbana	01
12	Residência/zona urbana	04
13	Residência/zona urbana	01
TOTAL		30

Fonte de dados: Pesquisa de Campo, 2014. Organização: Coimbra (2014).

Cada ponto referencial de 1 a 13 no mapa representa o ponto real da entrevista, ou seja, a moradia provisória ou local de trabalho apresentado na tabela. Cada ponto apresentou uma quantidade de mulheres e o que mais se sobressaiu foi o território do acampamento, com 14 das 30 mulheres entrevistadas, seguido de uma residência familiar na zona urbana (bairro Jardim do Vale), onde foram entrevistadas quatro mulheres e a outra (bairro Parque da Gema) com duas. Todas as demais apresentaram apenas uma entrevistada (setor 08, 09 e 25 de dezembro respectivamente).

Foram aplicados questionários e entrevistas para 21 mulheres na zona rural nos pontos representados de 01 a 08, e nove mulheres na zona urbana, nos pontos representados de 09 a 13.

Para evidenciar a mobilidade das acampadas e chegar as suas estratégias de sobrevivências, a aplicação dos questionários e entrevistas foi realizada relacionando as mulheres em quatro grupos de acordo com seus locais de moradia e de trabalho:

- 1- As que moram e trabalham no acampamento;
- 2- As que moram um período no acampamento e outro em sítios vizinhos, onde trabalham;

3- As que moram um período no acampamento e outro na zona urbana, onde trabalham;

4- As que moram no acampamento e trabalham na zona urbana.

Figura 04 – Sequência dos grupos pelo local de moradia e trabalho das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória em Ariquemes/RO.



Organização: Coimbra (2015).

Como forma de homenagear a ligação com a terra das mulheres acampadas foi dada a elas o nome de uma flor (que será usada durante toda a dissertação), o que, para esta pesquisa, demonstra signo de beleza, delicadeza e força de vencer as intempéries. A cada expressão dessas guerreiras vão avivar as cores, os cheiros e a sua representatividade no jardim território do Acampamento Arraial da Vitória.

Mesmo em territórios provisórios, onde não se tem possibilidade de plantio de alimentos para a subsistência e com tantos problemas de infraestrutura, as mulheres acampadas encontram uma maneira de conservar sua ligação com a terra. Isso é comum nos precários barracos do acampamento com o cultivo de diversas flores, objetivando embelezar e trazer um pouco de alegria a um espaço praticamente inóspito, como se fosse elaborada pelas arquitetas de conhecimento vernacular para um paisagismo externo ligado ao bem-estar no acampamento.

Imagem 02 – Flores ornamentais nos barracos do Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2014.



Fonte: Coimbra (2014).

Todas as informações destas flores, gravadas no procedimento de entrevista, foram transcritas, mantendo a linguagem usada e respeitando, assim, a fala das acampadas como ela é, fruto de suas experiências cotidianas e região de origem. Codeceira (2012), espelhando-se na obra de Marcos Bagno, 'A Língua de Eulália', afirma que:

a língua portuguesa é falada de diferentes formas por homens e mulheres, crianças e adolescente, por uma pessoa analfabeta ou alfabetizada, por uma pessoa com ensino fundamental e superior. [...] são variedades geográficas, de gênero, socioeconômicos, etárias, nível de educação, urbanas, rurais. Nenhuma das variedades é superior a outra (p. 82-83).

Cada indivíduo e sua coletividade apresenta linguagem própria. Assim sendo, foi respeitado o português não padrão das acampadas, que também faz parte da maioria da população brasileira que não é privilegiada com os padrões estabelecidos nas instituições de ensino que atendem as minorias. Acaso fizesse a transformação para a linguagem padrão, por si só seria inadequada, já que afastaria o espaço de fala das acampadas que se mostra coerente com a sua realidade.

O estabelecimento de uma trajetória de aplicação dos questionários e realização das entrevistas promoveu o desenvolvimento da pesquisa. Este processo transcendeu a reunião das informações e dos dados através da tabulação e a consequente elaboração dos gráficos, tabelas, quadros e textos transcritos que levaram as descrições, interpretações e análises compiladas no presente trabalho.

Para complementar e apoiar a construção do trabalho acadêmico, foi usado o diário de campo para anotar as informações advindas das trocas de experiências do processo de pesquisa para que as observações, ideias e percepções não se perdessem ao longo do caminho. Salienta-se que foi necessária muita disciplina, já que o cansaço das longas horas da investigação científica se mostrava um inimigo persistente e desencorajador.

“O diário de campo é mais do que um simples registro de fatos; ele reflete a memória do pesquisador para que as informações sejam analisadas em profundidade” (SOTRATTI; MARAFON, 2013, p. 197). Destarte, muitas informações valiosas de apoio à construção vieram de momentos específicos nos quais não estava realizando as entrevistas ou aplicando os questionários, mostrando-se nos momentos de convivência com as acampadas ou após a gravação das entrevistas.

Os caminhos percorridos pelas histórias de vida dessas guerreiras que lutam não só pela terra, mas para que através dela possam ter dignidade, mostraram-se complexos e fragmentados. As leituras, os parágrafos, a tensão teórico-metodológica e conceitual e a estruturação dos capítulos remetem à ideia de construção, isto é, planejar, juntar pequenas partes e transformar em algo maior, fazer e refazer se for necessário para chegar ao ápice, mesmo sabendo que sempre podemos fazer mais uma parede, um cômodo ou toda a edificação. O importante, no entanto, é ter referência do que se construiu e o que se trouxe de aprendizado.

A construção da dissertação implicou metamorfoses dolorosas e complicadas, mas necessárias para que o aprendizado ligado à geografia continue seu percurso de desenvolvimento e, junto, traga processos contagiantes, irreverentes e marcantes para aquela(e)s que fazem essa ciência e a torna tão gratificante.

Os caminhos percorridos mostraram, também, uma construção como ser humano que aprende com as pluralidades das pessoas, tempos e espaços, nem sempre visibilizados pela sociedade. Dessa forma, caminha-se pelas diversas probabilidades de leituras de mundo.

Este capítulo, portanto, buscou explorar muito mais que mostrar os caminhos da construção e reconstrução. O aporte teórico-metodológico trouxe a construção de caminhos humanos mais significativos daquelas que vivem em situação de vulnerabilidade em territórios rurais colocados às margens – como os acampamentos –, mas também para a ciência geográfica que apresenta um caráter interpretativo do dinamismo entre o mundo real, o sujeito e sua relação de

interdependência, que a cada dia leva a uma evolução epistemológica ligada aos desdobramentos da geografia, como a agrária e a de gênero. Neste contexto, as mulheres assumem o papel de arquitetas na construção dos territórios materiais e culturais, instaurando a necessidade de identificar quem são elas e suas situações perante as ações e relações de gênero estabelecidas.

CAPÍTULO 3

[...] na tentativa de expressar e agarrar um mundo onde tudo está impregnado de seu contrário, um mundo onde 'tudo o que é sólido desmancha no ar'. Essa voz ressoa ao mesmo tempo como autodescoberta e autotripúdio, como auto-satisfação e auto-incerteza. É uma voz que conhece a dor e o terror, mas acredita na sua capacidade de ser bem-sucedida. Graves perigos estão em toda a parte e podem eclodir a qualquer momento, porém nem ferimento mais profundo pode deter o fluxo e refluxo de sua energia (BERMAN, 1986, p.17).

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O PERFIL DAS MULHERES ACAMPADAS NA TRAJETÓRIA DE CONSTITUIÇÃO DO ARRAIAL DA VITÓRIA

Este capítulo tem por finalidade identificar quem são as mulheres acampadas na trajetória de constituição do Arraial da Vitória através do seu perfil, envolvendo a situação socioeconômica familiar, a composição da relação marital, a condição de apropriação da terra e habitação, além das relações de gênero que estabelecem a situação feminina nesse espaço de transição. Na primeira seção é traçado o perfil socioeconômico das mulheres acampadas, demonstrando quem são as guerreiras que lutam a cada dia pelo sonho de materialização do território. Na segunda seção é exposta a situação feminina frente a essa batalha que oferece dificuldades, mas também desafios para a superação de limites ditados pela sociedade que, há muito tempo, não reconhece sua força de trilhar e construir seus próprios caminhos.

3.1. Perfil Socioeconômico das Mulheres Acampadas no Arraial da Vitória

Neste início de século, as mulheres ainda enfrentam muitas barreiras em sobrepor o espaço privado balizado pelo julgamento construído como sendo o único que deveria ocupar. Assim, agarram-se às conquistas do século XX em direção ao espaço público, como o direito ao voto, o acesso à educação superior, a conquista do poder político, entre outros, que só tiveram êxito através da luta do Movimento Feminista pelos seus ideais, com vistas a afirmar um novo capítulo na história das

mulheres e na geografia dos diferentes espaços que sempre ocuparam, mas nos quais, geralmente, eram invisibilizadas.

As barreiras sociais e econômicas impostas pelo domínio masculino são paradigmas difíceis de serem vencidos e, apesar dos avanços conquistados, ainda há muitos obstáculos a se superar, principalmente em relação ao machismo existente nos espaços rurais que tenta colocar a mulher na cápsula do privado e dificultar a sua dispersão para o espaço público.

3.1.1. A mulher rural e o movimento de conservação das raízes culturais

O número de habitantes no Brasil no último censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), era de 190 milhões, divididos em, aproximadamente, 97 milhões de mulheres (51% da população) e 93 milhões de homens (49% da população) que se distribuem em áreas urbanas (84%) e rurais (16%).

A predominância das mulheres, no Brasil, e a diminuição das pessoas que moram na zona rural nos faz refletir sobre como as mulheres, que vivem nos territórios rurais, abrigam histórias de luta para vencer diversos obstáculos, principalmente as barreiras impostas pela soberania masculina. As que vivem em acampamentos rurais ainda têm que carregar o peso da exclusão destes espaços marginalizados pela sociedade e pelo Estado, que privilegiam as grandes fazendas do agronegócio como o baluarte da economia. O que, no entanto, só clarifica a representatividade do domínio do capital na produção de aparências geográficas no território, como se fosse o remédio dos males do país. Contrário a esse cenário, está a ação dos movimentos sociais e a decisão de formar acampamento pelo direito à terra, à conservação da cultura camponesa e à importância da agricultura familiar hoje no Brasil.

No Estado de Rondônia e no município de Ariquemes, o percentual de divisão da população por sexo se inverte em relação ao brasileiro, com a quantidade de homens (793.224, ou seja, 51%) maior que das mulheres (767.277, ou seja, 49%), tendo Rondônia uma população total de 1.560.501. Em Ariquemes a diferença é de somente 722 homens (45.538) a mais que as mulheres (44.816), com uma população absoluta de 90.354, segundo o Censo 2010 realizado pelo IBGE (2011).

Saber quem são as guerreiras do Acampamento Arraial da Vitória em Ariquemes-Rondônia é certificar que fazem parte da maioria da população brasileira

que, geralmente, é velada pela sociedade, até mesmo pela ciência que prioriza o masculino. E, acima de tudo, é reconhecer a sua ação frente à precariedade vivida nos espaços de luta, dando visibilidade a grupos vulneráveis que quase sempre são desprezados pelo acesso desigual aos bens sociais.

Como vimos no capítulo anterior, Rondônia, no processo de colonização, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, recebeu migrantes que sonhavam em possuir um pedaço de terra para plantar. Na maioria das vezes, esses migrantes já tinham sofrido a desterritorialização nos seus lugares de origem e encontraram novos desafios na dinâmica de conseguir o que esperavam, ou seja, uma nova possibilidade de uma reterritorialização.

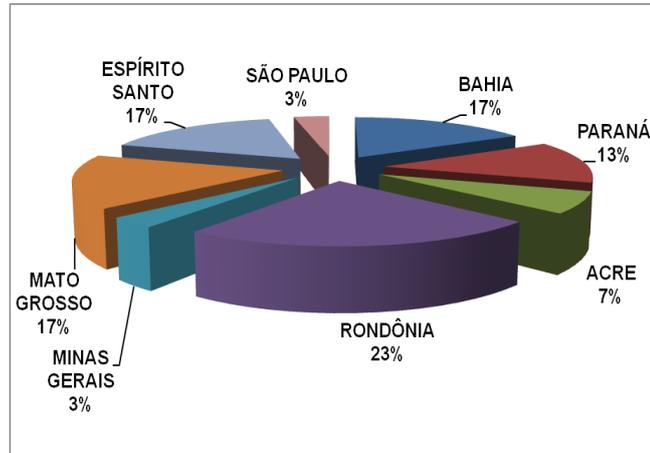
Nem sempre as expectativas foram concretizadas e a desilusão foi adicionada a sua carga de sofrimento. *“Quando eu morava em São Paulo eu pensava que Rondônia não era assim não, que aqui ia ser bem melhor. Acampar não é fácil”* (BOUVARDIA, entrevista em 25/04/2014).

As mulheres vinham com a família ou a formavam com oriundos de estados que já conheciam bem a realidade dos poderes dados aos latifúndios e a denegação a direitos daqueles que tinham pouco ou que não tinham a terra. Assim, a conexão com a terra é fruto da trajetória e da experiência com a agricultura obtida em seus respectivos locais de origem.

“Sempre eu convivi no lote, eu nunca convivi na rua, sempre eu plantava pros outros, eu plantava café, carpia, trabalhava de diárias, né. Tinha um sonho de um dia ter o meu pra plantar as coisas que eu gosto, ter minhas criação. Nunca tive condições, e trabalhar no que é dos outros é difícil. Gosto muito de plantar, gosto de fazer horta.” (KALANCHOES, entrevista em 07/05/2014)

Quando há a ligação com a terra, esses traços se propagam e as levam a regiões onde oferecem atrativos vinculados ao campo, como forma de buscar algo novo, mas, ao mesmo tempo, guardar seus aprendizados culturais como a linguagem, a vestimenta, a gastronomia, entre outros.

Gráfico 02 – Naturalidade das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.

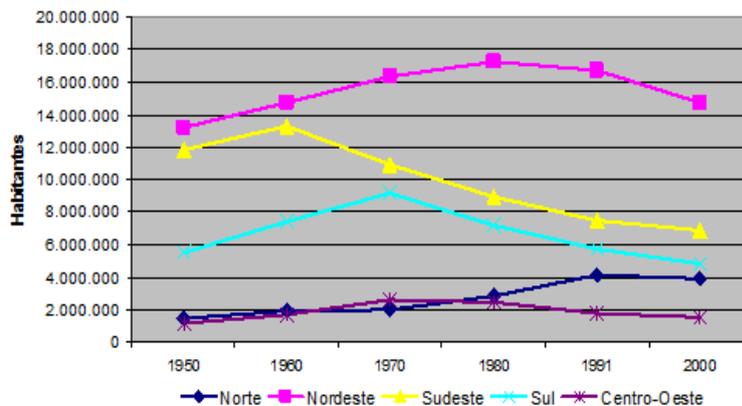


Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

O gráfico 02 mostra que 77%, ou seja, a maioria das 30 mulheres pesquisadas nasceu em distintos estados brasileiros. São cidadãs que deixaram seus lugares de origem para fazer parte não somente do Acampamento Arraial da Vitória, mas da história e colonização do Estado de Rondônia, vivendo o ciclo econômico da expansão da agropecuária.

A mescla de estados, que contempla todas as regiões brasileiras, mostra a corrida em ocupar as terras da Amazônia, incentivadas pelo Estado, mas que oferecia vantagens e continua oferecendo aos detentores do capital e a não priorização das famílias de pequenos agricultores.

Gráfico 03 – Evolução da população rural regional – 1950-2000.



Fonte: Girardi (2008, p. 163).

O gráfico organizado por Girardi mostra que a região Norte, na segunda metade do século XX, foi a única do Brasil que apresentou um crescimento

progressivo da população rural, principalmente de 1970 a 1991. Todas as outras regiões tiveram diminuição na sua população, com destaque para a região Sudeste que, a partir de 1960, perdeu habitantes para outras regiões, em especial para a Norte que abrigou muitos deles.

A naturalidade das acampadas, representada no gráfico 02, mostra que a região Sul é a menos representativa ao passo que a Norte apresenta maior destaque dos nascimentos das acampadas, principalmente as mais jovens. Já o Sudeste vem logo em seguida, destacando-se o Estado do Espírito Santo. Acompanhando o mesmo percentual estão a Bahia e o Mato Grosso, respectivamente, Nordeste e Centro-Oeste. Esta última região, que era recebedora de migrantes, a partir da década de 1970 começou a perdê-los, enquanto o Norte e, especificamente, Rondônia ganhava população de todas as regiões brasileiras, conforme pode ser observado no gráfico 03.

Segundo o Censo de 2010 do IBGE, 14,5%, ou seja, 26,3 milhões de pessoas moravam em outro Estado. Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Paraná foram os estados com maior volume de população natural que foi morar em outras unidades da federação, o que se entrelaça com os resultados apresentados no gráfico 02, da naturalidade das mulheres acampadas que migraram para Rondônia. Ainda de acordo com o censo, em Rondônia, as taxas líquidas de migração foram positivas, porém menos expressivas, sendo que a migração por sexo gerou entrada preponderante de homens na população. O resultado foi uma população com mais homens em relação aquelas na ausência de migração.

Os motivos do declínio da população rural em algumas regiões e o avanço em outras, segundo Girardi (2008, p. 162) é “a modernização da agricultura, o extremo parcelamento da terra no campesinato do Sul e o avanço da fronteira agropecuária no Centro-Oeste e no Norte conferiram complexidade à evolução da população rural no país”. Nesse processo, as mulheres e suas famílias se deslocaram para a região Norte em busca de terra para que a tradição permanecesse enraizada em sua trajetória de vida ligada ao campo, já que 73% delas nasceram na área rural e somente 27% nasceram na zona urbana, sendo um fator preponderante na busca, simplesmente, pela sobrevivência.

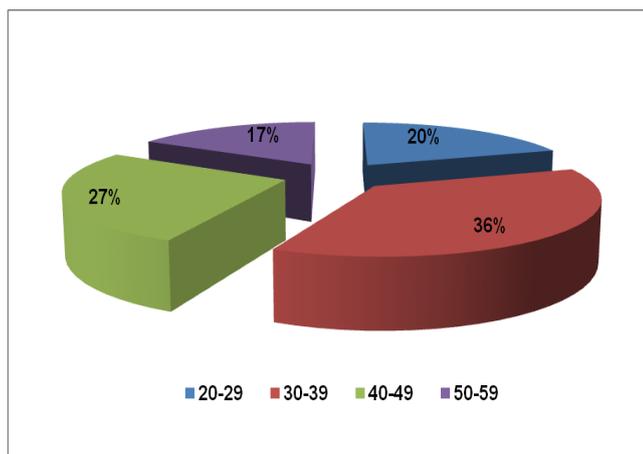
3.1.2. A mulher acampada e seus retratos de vida

As mulheres do Acampamento Arraial da Vitória representam a força diante de territórios problemáticos e enfadonhos, que lhes sugam energias cotidianamente na busca pela superação das dificuldades apresentadas nos acampamentos. Contudo, ao mesmo tempo, esses territórios oferecem perspectivas de melhorias vindouras através do assentamento.

Elas estão inseridas na faixa etária economicamente ativa. Como podemos observar no gráfico 04, o maior percentual está entre as mulheres da faixa entre 30 a 39 anos, seguida das que estão entre 40 a 49 anos. São aquelas que acompanharam pai e mãe, na busca por terras, na migração para Rondônia, visando plantar e criar animais nas décadas de 1970 e 1980, iludidas com a imensa área territorial do Estado e a terra fértil que sustentava parte da majestosa hileia amazônica; mal sabiam as famílias de colonos que era a própria floresta que trazia os nutrientes e que se a retirassem ficaria deficitária. “Mas se a qualidade dos solos foi elemento decisivo, não se sabe se foi por conta dela ou da ideia que os responsáveis tinham – e à decisão que resultou – que se deve atribuir à originalidade do desenvolvimento da região” (THÉRY, 2012, p. 79).

A faixa etária de 50 a 59 anos foi a menos representativa, porém é bastante significativa na configuração do espaço, na medida em que desbravaram a floresta junto com a família (avô, avó, pai, mãe, irmãos ou até mesmo os esposos, filhos e filhas) na busca de aumentar a área dos minifúndios que possuíam nos seus estados de origem, principalmente da região Centro-Sul do país. Ou, então, para a concretização do território para as famílias que nunca possuíram, vislumbrando nos movimentos sociais a alternativa para o êxito à terra, consolidando, desta forma, uma parte importante da formação do território rondoniense.

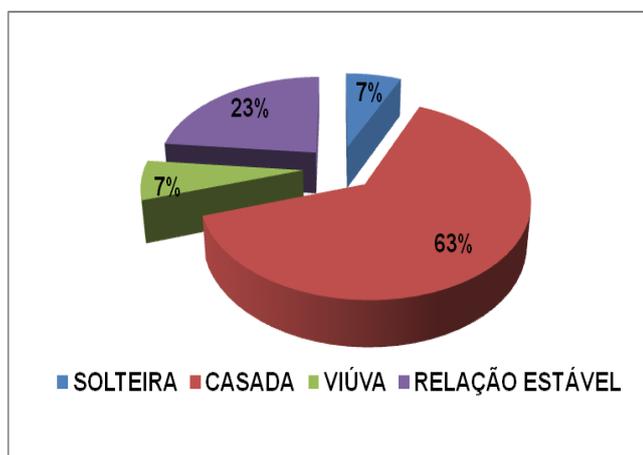
Gráfico 04 – Faixa etária das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

A política militar invasiva implantada para ocupar o território, apesar de fastidiosa e incoerente com a cultura dos que já viviam na região, trouxe esperança para o futuro das filhas de Rondônia, as acampadas mais jovens, filhas ou netas de quem possui conexão com a terra ou se casaram e acompanharam os esposos na luta pelo sonho da terra.

Gráfico 05 – Situação marital das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

Prevaecem no acampamento mulheres que vivem com seus maridos ou companheiros, com um percentual de 86%, das quais 63% são casadas e 23% estão em relação estável que, embora possuam uma união duradoura, não constituem casamento civil ou religioso.

As que são viúvas e solteiras são a minoria. Uma das viúvas perdeu o esposo antes de ingressar no acampamento e a outra perdeu o esposo quando já morava no antigo Acampamento São Francisco, prosseguindo a luta com seu único filho. As solteiras possuem filhos, alguns já adultos, e uma possui um recém-nascido, destacando-se na busca por estratégias para suprir as necessidades da família.

Tabela 02 – Número de filhos por idade das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória – Ariquemes/RO.

IDADE	Nº. DE FILHOS							TOTAL
	0	01	02	03	04	05	06	
20-29	01	01	04	-----	-----	-----	-----	06
30-39	01	-----	03	04	03	-----	-----	11
40-49	-----	02	01	02	02	01	-----	08
50-59	-----	01	01	01	-----	01	01	05
TOTAL	02	04	09	07	05	02	01	30

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

Metade das acampadas possui de 0 a 2 filhos (geralmente as mais jovens, de 20 a 39 anos), 40% possuem de 3 a 4 filhos (são as de 30 a 49 anos), sendo os menores percentuais das que possuem de 5 a 6 filhos, representando 10%, sendo as que têm mais idade, geralmente de 50 a 59 anos.

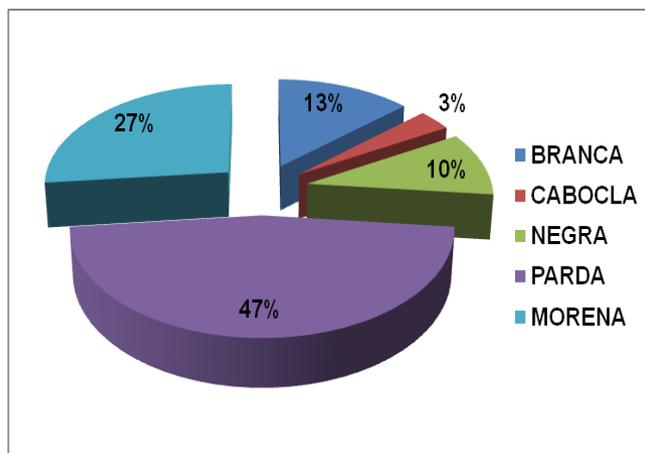
As mulheres do Acampamento Arraial da Vitória possuem uma média de 2,63 filhos. Segundo o Censo 2010 realizado pelo IBGE, esta taxa de fecundidade é superior à média da região Norte, que é de 2,47 filhos, e também superior à média brasileira (de 1,9 filhos) e que vem decrescendo nas últimas décadas em todas as regiões brasileiras.

A diminuição do número de filhos está ligada a situação educacional das mulheres, pois quanto maior a escolaridade, menor o número de filhos. No entanto, apesar das mulheres acampadas terem pouca escolaridade, as taxas de fecundidade vêm caindo, embora ainda esteja superior à média nacional.

Um motivo de muita dúvida é quando se pergunta a cor ou etnia (raça pelo IBGE) para um cidadão ou uma cidadã, pois o Brasil é um país de misturas. Entre as acampadas tem o destaque das que se consideram pardas, acompanhadas pelas que se acham morenas, num total de quase 2/3 das pesquisadas, ou seja, 74%. As que se consideram brancas ficam na terceira posição, seguidas pelas que se consideram negras e as caboclas. Apresentam, nesse contexto, algumas

diferenciações em relação à realidade brasileira que, de acordo com o censo de 2010, quase metade da população se considera branca (47,7%), seguidos dos pardos (43,1%), dos pretos (7,6%), dos amarelos (1,14%) e dos indígenas (0,4%).

Gráfico 06 – Cor/etnia das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

No Brasil, os índices de preconceito ainda são expressivos em relação à etnia e demandam, todos os anos, campanhas contra esse mal. Com a proeminência no acampamento das pardas, morenas e com um percentual maior de negras em relação à média brasileira, elas ficam cada vez mais à mercê da discriminação, não somente étnica, mas também social e econômica, similar ao que acontece em outros territórios excluídos da sociedade.

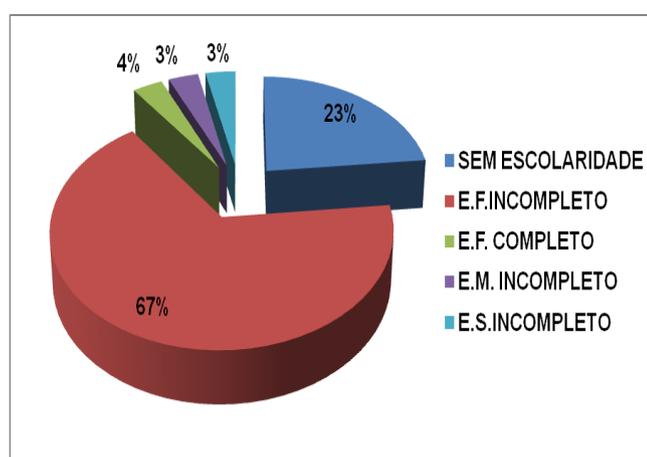
Mesmo que a Constituição Brasileira, no seu Capítulo I, Art. 5º diga que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (2008, p. 15), alguns esquecem que somos um país de misturas. Neste sentido, mesmo sendo lei, infelizmente, ainda há pesos e medidas que requerem luta pela maioria da população, principalmente em se tratando das mulheres e a construção de seus territórios através da luta pela terra.

3.1.3 A mulher acampada e a escolaridade

No Brasil, as taxas de analfabetismo vêm diminuindo a cada censo. De acordo com o de 2010, os homens apresentam uma taxa de 9,8%, enquanto a das mulheres é de 9,1%. As mulheres do Acampamento Arraial da Vitória apresentam

um percentual bem superior, de 23%, o que mostra que o acesso à educação entre as que estão nos movimentos de luta pela terra e reforma agrária é preocupante e requer medidas por parte do Estado. Percentual grande (67%) também é apresentado por aquelas que pararam nas primeiras séries do Ensino Fundamental e não o terminaram. Isso vem ao encontro do relato da acampada Violeta: “o mudar de um lugar pra outro, o trabalho e o casamento cedo, me tiraram da escola, mas eu sei assinar o nome e mais umas coisinhas” (entrevista em 25/04/2014).

Gráfico 07 – Escolaridade das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

É o espelho da trajetória de peleja, como disse a acampada Violeta, por “*um lugarzinho para chamar de meu*”, ou seja, a concretização da terra do assentamento. Afirma-se, assim, que a maioria das acampadas tem pouca escolaridade, o que mostra não somente a situação educacional, mas as condições sociais de precariedade daquelas que vivem às margens da sociedade e que não são visibilizadas pelo poder público.

O pequeno percentual restante é representado por algumas que avançaram um pouco mais nos estudos: uma terminou o ensino fundamental, que é uma das mais jovens do acampamento e a outra que não concluiu o ensino médio para trabalhar e criar os 4 filhos, mesmo sendo solteira e mãe com apenas 17 anos. Somente uma começou a fazer curso superior em Contabilidade, mas a vida à direcionou para outros caminhos, junto com o esposo que é o líder do acampamento.

Uma das grandes preocupações dessas batalhadoras é que seus filhos, filhas, netos e netas não carreguem o fardo da pouca escolaridade e que consigam

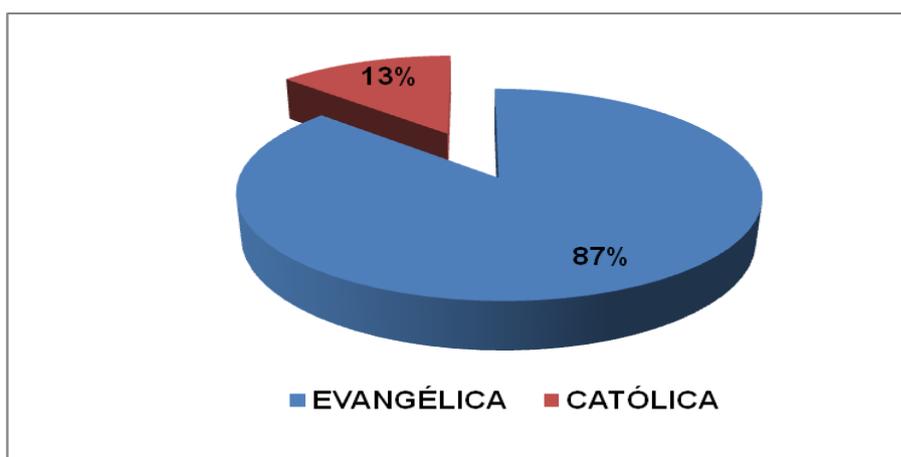
se encaixar nos percentuais apresentados no Brasil, pelo censo de 2010: 97% das crianças de 7 a 14 anos estão na escola. Ainda, esperam que ele(a)s não façam parte dos aproximados 18 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever.

3.1.4. A mulher acampada e a religiosidade

A fé se apresenta como um elo entre criador e criatura, o sustentáculo e a esperança de dias melhores dentro do pequeno território, com escassez de quase tudo. As palavras da acampada Azaléia mostram bem essa ligação:

“Temos que colocar Deus à frente para que ele dê nossas terra de volta, querer nossa terra pra construir nosso barraquinho, para plantar nossa mandioca, nossa banana e não precisar morar assim... (silêncio)... em acampamento.” (entrevista em 25/04/2014)

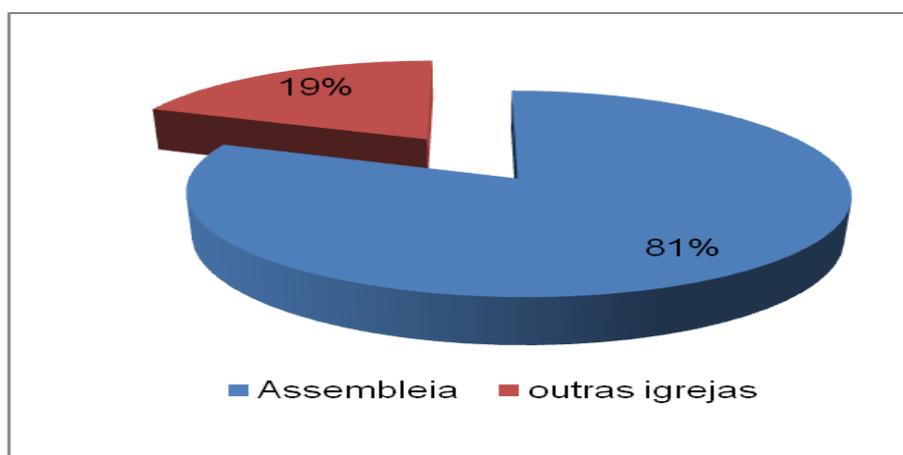
Gráfico 08 – Religião das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

As mulheres do Acampamento Arraial da Vitória trouxeram informações religiosas de onde nasceram ou da sua trajetória de vida, e promoveram novas representações no dia-a-dia. Como podemos observar, poucas praticam a religião Católica, e dessas, a maioria é pouco participante, com somente uma que tem muita participação.

Gráfico 09 – Igrejas frequentadas pelas mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

O acampamento mantém um equilíbrio religioso e é ligado, predominantemente, a uma igreja, também representando o avanço das igrejas evangélicas em Rondônia e no Brasil. Todavia, ainda existe a prevalência de mais da metade da população que faz parte da Igreja Católica Apostólica Romana.

A maioria (53%) participa sempre dos encontros religiosos na igreja, geralmente as evangélicas, e o restante frequenta pouco, já que a maioria das igrejas se encontram distantes do acampamento. A Igreja Assembleia de Deus, que a maioria frequenta, está localizada numa estrada sem pavimentação, o que dificulta o acesso e a assiduidade nos cultos religiosos.

Embora haja predominância, entre as acampadas, pela referida igreja, existe uma contradição religiosa com as lutas sociais, já que questões como as de gênero nem sempre são discutidas e, quando ocorrem, é em desfavor das mulheres, principalmente ao ocupar cargos na igreja. Bandini assim pondera:

a cúpula religiosa da Assembleia de Deus, predominantemente, masculina tem resistido às mudanças das identidades femininas. Sua estrutura de poder é legitimada e reproduzida pelas relações de parentesco, ou seja, o espaço não é democrático e o acesso não é igual a todas/os. As mulheres filhas, esposas, noras ou irmãs de líderes têm mais facilidade de conquistar o próprio nome do que as demais mulheres da igreja (2009, p. 235).

As mulheres pesquisadas, apesar de realizarem vários trabalhos na igreja, não ocupam cargos de destaque na cúpula religiosa, como pastora ou missionárias. No que se refere à participação na luta pela terra, os agentes pastorais não são envolvidos diretamente com a causa, como os da igreja católica que apoiam e

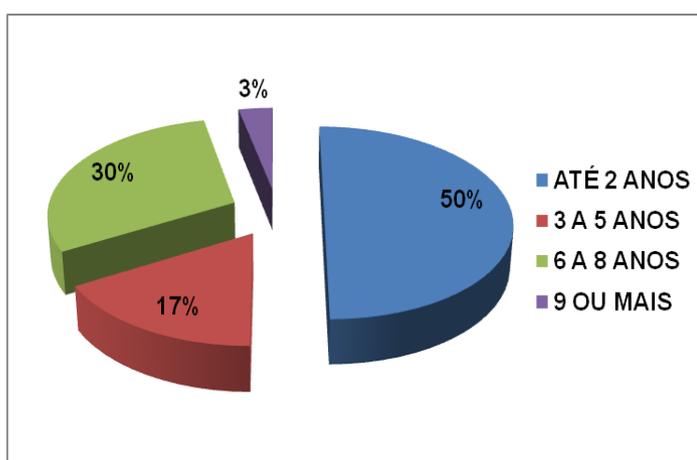
mediam os conflitos no campo, passando, muitas vezes, por históricos de violência, como no caso da missionária Dorothy Stang, no Pará. Porém, mesmo não participando da linha de frente, oferecem aos membros da igreja palavras de esperança e paz para os momentos de discussões acalorados em busca dos direitos que fazem parte do Acampamento Arraial da Vitória.

Sendo assim, independente da denominação religiosa, a religião oferece serenidade nos momentos difíceis de luta pela terra e reforma agrária, até porque eles podem durar muito tempo, como os três anos completados em 2015 do Acampamento Arraial da Vitória.

3.1.5 Tempo de luta e acesso à informação

Metade das mulheres pesquisadas considera que estão na luta pela terra até dois anos, quando foram despejadas do antigo Acampamento São Francisco. Mas, como não o consideravam um acampamento, o tempo descrito é após a saída e ocupação da área da Chácara Bom Jardim, concretizando o Acampamento Arraial da Vitória.

Gráfico 10 – Tempo de luta pela terra das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

As demais consideram, também, o tempo que ficaram acampadas no São Francisco, geralmente fazendo parte do segundo e terceiro grupos que ocuparam ou compraram um pedaço de terra no Acampamento São Francisco, antigo Arraial da Vitória. O menor percentual são daquelas que possuem mais de nove anos e enfrentam todas as dificuldades oferecidas pelos territórios de acampamentos.

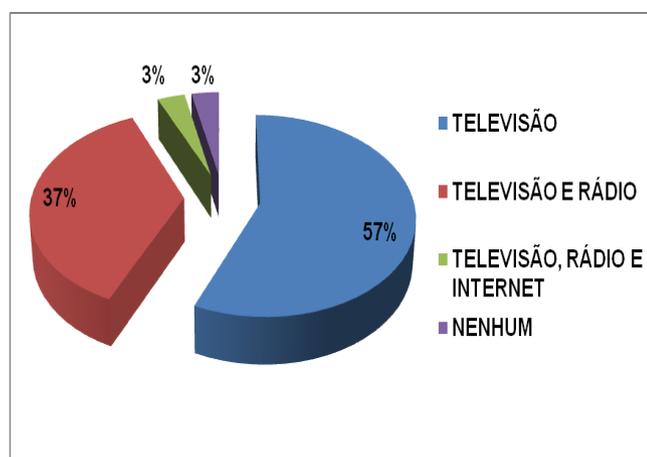
Todavia, o tempo de luta pode ser expresso de maneira muito mais ampla, ou seja, desde o nascimento dessas guerreiras, já que as ligações com a terra, normalmente, têm sua idade. Elas vivenciaram os velhos paradigmas de exploração dos latifundiários em desfavor dos camponeses ou, como também podemos referir, dos ricos explorando os pobres. Assim, a mulher faz parte dessa massa e, ainda que ocupe um lugar mais ínfimo que o dos homens acampados (os quais ocupam papéis ditos superiores), também precisam conviver com os privilegiados sobrepondo os que pouco têm.

Na atualidade, a informação é vista como a chave do desenvolvimento da população e das nações, mesmo que nem todas as pessoas tenham acesso a ela ou, se têm, nem sempre é como deveria. Através dela podem sonhar, mesmo que sua realidade seja muito diferente dos exarcebados proclames capitalistas, não somente locais, mas globais. Como discorre Morin:

doravante, o conjunto planetário, está costurado e recosturado por miríades de intercomunicações, interconexões, interdeterminações, interdependências, interretroações não somente técnicas, econômicas, informáticas, ideológicas, culturais, mas também biológicas. (...) E, pela primeira vez, diante dos monitores televisivos, o planeta se contempla a si mesmo, visto da lua (2012, p. 37).

Se nestes alinhavos o globo parece ser mais unido, vale pensar se todos os indivíduos se sentem pertencentes a esse planeta visto da lua e contemplado nos monitores televisivos, já que, para alguns, sobram as migalhas tecnológicas que se tornam pequenas diante das inovações que entrelaçam o planeta.

Gráfico 11 – Acesso à informação das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

A maior parte das acampadas (97%) usa a televisão para acompanhar as notícias ou informações externas da realidade vivida, porém não são todas que possuem o aparelho, bem como nem todas têm energia elétrica, assistindo a programação na televisão coletiva instalada no barracão central do acampamento. As que utilizam internet são muito poucas diante do avanço que a internet está alcançando no Brasil e no mundo, mas que, ainda, é distante do cotidiano das que têm falta de quase tudo, até mesmo alimentação. Também são poucas as que não têm acesso a nenhum meio de comunicação, o que pode ocorrer, muitas vezes, em função da renda que é insuficiente até mesmo para as necessidades básicas.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), feita pelo IBGE, alusiva ao ano de 2011 e divulgada em 2013, refere o crescimento do uso do aparelho celular na faixa de 69% do total da população brasileira. Aponta, também, que as mulheres desbancaram os homens na compra e uso do aparelho com 69,5% contra 68,7%. Esse resultado é bem diferente daquele apresentado no ano de 2005, com 38,2% entre os homens e 35,4% entre as mulheres.

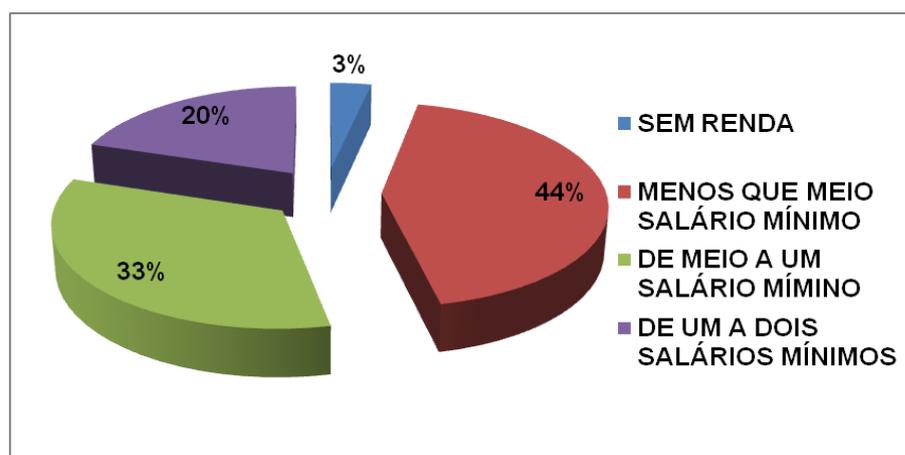
As mulheres do Acampamento Arraial da Vitória, apesar da pouca renda e da baixa escolaridade, também acompanharam o crescimento do uso do aparelho celular, uma vez que 60% delas usam esta tecnologia, principalmente, para se comunicarem com os familiares e amigos, mas também para questões de trabalho.

3.1.6 Renda-se a quase nada: o sofrimento das mulheres acampadas

Quando se vive num sistema capitalista que divide a sociedade nos que têm ou não têm, nos que podem ou não podem, é inerente avaliar a renda para saber quem é a pessoa, não que isso seja mais importante do que sua essência e sua experiência de vida, mas cumpre o papel mantenedor do que é primordial para a sobrevivência.

Reis e Ramos (1993, p. 1) esclarecem que o Brasil se destacava, naquela época, “no cenário mundial pela elevada desigualdade na distribuição de renda, o que assume uma conotação particularmente perversa em face os níveis relativamente baixos de renda per capita no país”. Atualmente, a penúria ainda continua entre a população brasileira e, quando se trata das questões de gênero, isso se agrava em decorrência do tratamento desigual das condições do trabalho feminino e o valor pago por ele.

Gráfico 12 – Renda familiar do Acampamento Arraial da Vitória.

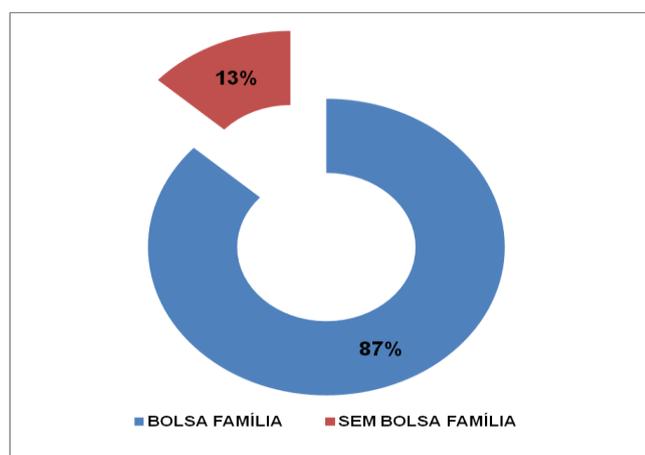


Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

A renda familiar no Acampamento Arraial da Vitória é muito baixa, como pode-se observar no gráfico 12, uma vez que 80% ganham até um salário mínimo. Os dados mostram a insegurança sentida pelas batalhadoras que veem na concentração de renda do país um de seus grandes problemas, ou seja, o dinheiro nas mãos de poucos, enquanto grande parcela da população tenta sobreviver com muito pouco.

“A política de salário mínimo tem por objetivo promover a equidade social e econômica, procurando assegurar, legalmente, níveis de rendimento e consumo minimamente satisfatórios aos trabalhadores e suas famílias” (REIS; RAMOS, 1993, p. 2). No entanto, para as acampadas e sua geração que não têm acesso nem ao mínimo de renda, ele funciona como um ato evulsivo da sua dignidade. Assim, mesmo sendo um dos 20 menores salários mínimos do globo, grande parte dos brasileiros e brasileiras vive com muito menos, bem como sobrevive com as políticas de transferência de renda implantadas pelo governo, como o Programa de Auxílio Social e Econômico Bolsa Família, recebido por 87% das pesquisadas.

Gráfico 13 – Recebimento de bolsa família entre as mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

Com o percentual exposto no gráfico 12, observa-se que o valor ultrapassa os 80% que tem renda de até um salário mínimo e se encaixa, como podemos ver, no mesmo gráfico, a uma parcela dos 20% que ganham de 1 a 2 salários, ou seja, 7%, completando os 87% notórios. Nessa parcela percentual entram as famílias que possuem renda mensal entre R\$77,01 e R\$154,00 e ingressaram no Programa Bolsa Família por possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos, gestantes ou nutrizes¹⁶. Já as que possuem renda inferior à exposta têm direito ao bolsa família, pois se encaixam na extrema pobreza.

As famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza nem sempre têm acesso a informações de como conseguir o auxílio, pois, como verificamos no gráfico 11, somente 3% das acampadas têm acesso à internet, local onde está a maioria das informações sobre estes direitos. Nesta conjuntura, não se pode negar que a maior parte das acampadas e sua prole tem sua situação amenizada com o valor recebido: 35 reais mensais para crianças e adolescentes até 15 anos, até o limite de 175 reais, e de 42 reais mensais até 17 anos, até o limite mensal de 84 reais por família.

O acesso ao trabalho, principalmente àqueles ligados ao campo, seria a alternativa para mitigar os transtornos ocasionados pela precariedade dos territórios dos acampamentos, melhorando, consideravelmente, a vida das mulheres, de seus familiares e de toda a coletividade.

¹⁶Mãe que amamenta.

3.1.7 Lar amargo, lar provisório

Quando nos referimos ao lar, comumente a imagem que vem à mente é um lugar de aconchego e proteção onde podemos ter momentos de descanso junto à família. Porém, nem todas as pessoas têm o privilégio de ter uma acomodação digna.

Imagem 03 – Parte externa dos barracos.

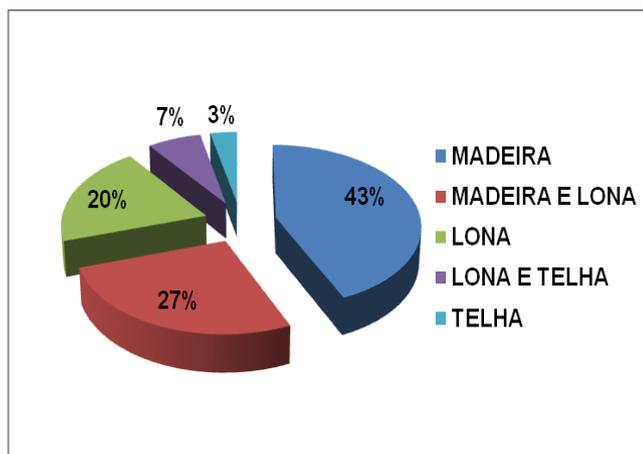


Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2014. Fonte: Coimbra (2014).

Quando se resolve reivindicar pela terra, aos poucos, os barracos de lona e madeira na beira das estradas dão forma aos acampamentos rurais junto a improvisada infraestrutura.

No acampamento Arraial da Vitória os barracos são precários, o piso é de chão batido, a cobertura é uma mescla de madeira, lona e telha de amianto, o que aumenta a insalubridade do local. *“Falar bem a verdade é tudo bem ruim pra quem nunca passou por essa experiência. A questão da moradia é difícil, porque se não tiver bem tampado aí vem a chuva e molha tudo”* (BEGÔNIA, entrevista em 24/04/2014).

Gráfico 14 – Material do barraco no Acampamento Arraial da Vitória.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

A maior parte (90%) dessas edificações é construída com madeira e lona plástica. Estes materiais potencializam o calor, especialmente na época de estiagem em Rondônia, o que se torna insuportável para as mulheres que ficam a maior parte do tempo nos barracos com seus filhos e filhas.

No período chuvoso, os transtornos ocorrem ainda com mais intensidade devido à grande quantidade de água que entra nos barracos (que têm paredes de tábuas e lona), ocasionando a deterioração dos poucos móveis que ainda restam do antigo Acampamento São Francisco. *“Olhar pro lado e olhar pro outro e vê lona e mais nada. Você vê suas coisas acabando e acaba mesmo, né? E não poder fazer nada. Fica úmido o chão e não seca, aí vai destruindo as coisas”* (BERTALHA, entrevista em 25/04/2014).

O problema se torna ainda mais difícil com a disposição das tábuas dos barracos que são colocadas de forma que ficam brechas¹⁷ ou nos estragos das lonas, contribuindo para a falta de privacidade, como relata Hortência: *“inclusive você sabe que os barraquinhos não são apropriados. Privacidade então! As crianças podem tá cuidando da gente quando tá trocando de roupa”* (entrevista em 07/05/2014). Além da precariedade dos barracos, surge o desejo pelo espaço próprio em que possam ter laços coletivos e onde cada família possa desenvolver suas atividades cotidianas sem interferências. Em relação a isso, Gardênia discorre: *“a gente não tem muita privacidade. Queria ter um cantinho pra cada um”* (entrevista em 23/04/2014), ou como relata Tulipa: *“aqui a gente não tem liberdade pra nada, né. No banheiro, no dia-a-dia a gente não tem liberdade pra fazer nada. Os meninos*

¹⁷Chamadas pelas mulheres de gretas.

fala alguma coisa aí as pessoas reclamam, aí tem que ficar corrigindo os meninos, não é nada fácil (entrevista em 23/04/2014).

A falta de liberdade ou privacidade, relatadas por Tulipa, Gardênia e Hortência, atrapalham a intimidade da família e causam constrangimento na troca de roupas, já que no acampamento existem seis homens solteiros e a maioria das mulheres é casada ou tem união estável. Isso ocasiona uma série de contratemplos e consequentes atritos, não só com os solteiros, mas também com os casados e entre as mulheres, principalmente por causa dos filhos e filhas.

O tamanho dos barracos geralmente é de acordo com os componentes da família, variando de 8 a 38 m², com prevalência dos de 8 a 12 m² para as famílias menores, compostas por um casal, e os de 28 a 37 m² para as maiores, que têm de 2 a 3 filhos. Destes, 60% apresentam divisão de cômodos que vai de 2 a 5, representando quartos, cozinha e sala, geralmente, e são divididos por madeiras, móveis, telhas e tecidos. Os outros 40% têm uma peça única que comporta os poucos móveis que sobraram dos movimentos de luta pela terra.

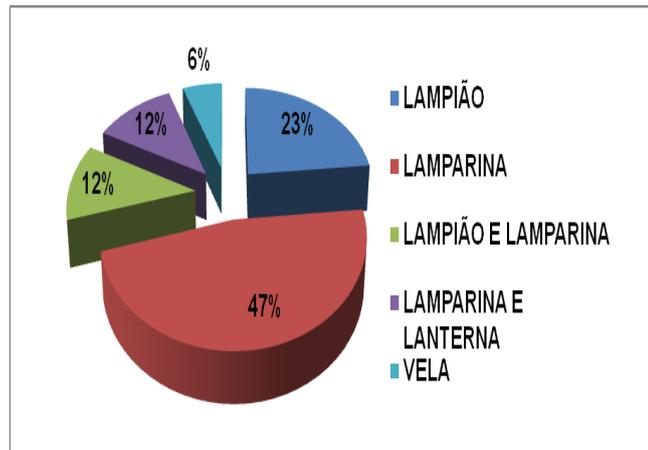
Imagem 04 – Parte interna dos barracos.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2014. Fonte: Coimbra (2014).

A maioria das residências improvisadas não tem energia elétrica (57% delas), o que torna a sobrevivência no acampamento ainda mais problemática.

Gráfico 15 – Formas de iluminação alternativas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

A ausência de energia elétrica é um agravante que pode causar acidentes, visto que a maioria das famílias usa lamparinas e lampiões, com pouco uso de velas e lanternas. Como afirma Margarida: *“ahhhhh, a dificuldade é muita. Começa na casa, a casa é escura, não tem conforto, mas dá pra passar lutando”* (entrevista em 17/05/2014). Mesmo com a precariedade do barraco, ela ainda o considera como uma casa, ou seja, o apoio e proteção para os momentos difíceis.

Imagem 05 – Parte interna dos barracos e a iluminação alternativa.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2013. Fonte: Coimbra et al. (2013).

Segundo o IBGE (Censo 2010), a iluminação elétrica está presente em quase todos os domicílios brasileiros (97,8%). No entanto, apenas 43% das acampadas contam com o benefício da eletricidade sendo daqueles(as) que trabalham em sítios e fazendas vizinhas e que recebem diárias fixas. Um dos barracos que possui essa regalia é o salão de convivência, que possui uma televisão onde a maioria se reúne

para ter um pouco de diversão, contando, também, com máquinas de lavar que vieram do antigo acampamento. Assim, as mulheres se revezam para lavar as roupas de suas famílias, servindo, ainda, para reuniões dos acampados.

Imagem 06 – Anoitecer no acampamento e a iluminação elétrica.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2014. Fonte: Coimbra (2014).

A falta de saneamento básico é um problema que se reflete no que há de mais precioso para as mulheres e suas famílias: a saúde.

De acordo com o censo 2010, realizado pelo IBGE (2011), somente 67,2% dos domicílios brasileiros possuem o esgotamento sanitário. No acampamento, o escoamento do esgoto é problemático, existindo uma fossa seca que as mulheres chamam de “mictório”¹⁸ e que transborda, principalmente no período das chuvas que ocorre em Rondônia entre os meses de setembro-abril. Isso causa mau cheiro, atrai insetos e roedores e gera uma série de doenças – principalmente as verminoses e as infecções intestinais.

A fossa é insuficiente para as acampadas e suas famílias, que fazem filas para sua utilização. Aliás, as filas são comuns no acampamento, que só tem um mictório, um lavatório e uma pia, os quais são de uso coletivo. Gardênia desabafa a dificuldade das filas:

¹⁸Casinha de proteção e abrigo do usuário, feita de cobertura de telha e tábuas nas laterais e piso que apresenta um pequeno orifício para depositar as fezes e urina no solo, escavado sem uso de proteção e sem o uso de descarga d’água (COIMBRA et al., 2013).

“Querida ter um cantinho, uma pia pra não ficar amontoado, pra não ficar na fila. Às vezes, uma tem que ficar esperando uma pela outra, pois só tem uma pia só. Banho, quando vai tomar banho, todo mundo quer tomar banho, aí começa uma fila ali, tem que ficar esperando. Aí os que chega cansado ou cansada do serviço, toma banho mais tarde pra não ficar na fila.” (entrevista em 23/04/2014)

As filas, muitas vezes, são motivos de atritos e revolta com a situação precária vivida nos acampamentos rurais. Dividir o que já é insuficiente é motivo de tristeza para os indivíduos que têm a necessidade de viver nesses espaços.

Imagem 07 – Mulheres na fila para usar o mictório.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2013. Fonte: Coimbra (2013).

De todas as dificuldades do acampamento, o uso do mictório é o que oferece maior preocupação entre as acampadas, como se pode observar nos relatos:

“Enjoada desses banheiro vei, você entra pra tomar banho e uma hora dessas... (pausa)... não aguenta o fedor que sobe do banheiro, entra no mictório, tá quase caindo. Ele vai cair com uma pessoa lá dentro... (risos)... Agora tá feio mesmo!” (AMARILIS, entrevista em 23/04/2014)

“O banho é onde todo mundo usa, o esgoto que não tem, a questão da fossa e o banheiro que usa que é bem precário, é tanto que tá até caindo. O povo tá até com medo de afundar lá dentro... (risos)... é bem difícil, é um só pra todos.” (BEGÔNIA, entrevista em 24/04/2014)

“O mau cheiro do banheiro, tem uns dois anos que tá feio. Já falei pra vizinha, quando usar o banheiro é bom levar uma corda e amarrar na cerca pra não cair e atolar na merda.” (BOUVARDIA, entrevista em 25/04/2014).

“Os banheiros, menina, o mictório aqui, é um sufoco aqui. As mães sofre, quem tem os filhos grande também sofre, as pessoas mais idosas, principalmente pras mulher, porque os homens vão procurar um banheiro pra eles, agora as mulher sofre.” (AZALÉIA, entrevista em 25/04/2014)

Quase todos os resíduos advindos da lavagem de louças e roupas têm como destino uma fossa improvisada, em 93% das residências. A água contaminada do

uso doméstico da única pia, tanque e banheiro utilizados para o banho, chamado pelas mulheres de lavatório¹⁹, enchem muito fáceis, não só de água, mas de restos de alimentos que vêm da pia e que todas as pessoas do acampamento usam, tornando o lugar mal cheiroso e impróprio para o banho. Quando chega no ponto de saturação, escorre pelo acampamento, onde adultos e crianças passam e brincam, sendo levado novamente para a represa que, mais uma vez, é contaminada, o que equivale aos outros 7% do destino.

Imagem 08 – Água contaminada resultante do lavatório e da pia.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2013. Fonte: Coimbra et al. (2013).

Imagem 09 – Mulher acampada utilizando a pia próximo ao lavatório.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2013. Fonte: Coimbra (2013).

¹⁹Casinha de proteção e abrigo do usuário, feita de cobertura de telha, lona e tábuas nas laterais e piso também de tábuas com brechas, sobre um buraco que serve de depósito da água do banho (COIMBRA et al., 2013).

A prefeitura não recolhe e nem oferece uma correta destinação para o lixo que se espalha pelo acampamento, já que 53% das acampadas jogam diretamente no solo e as outras 47% queimam o lixo, evitando seu acúmulo. Contudo, esta destinação polui a atmosfera, agravando ainda mais os problemas respiratórios.

O lixo contribui na atração de vários animais causadores de doenças, como os insetos. Com as precipitações pluviométricas, os resíduos sólidos são levados para a represa, que aprovisiona o acampamento com água e peixes, serve para alimentação e, também, para poucos momentos de lazer das mulheres acampadas: a pescaria.

De 2013 para 2014 ocorreu uma mudança na captação de água, uma vez que, antes, o acampamento era abastecido com água vinda da represa contaminada. Em função do avanço das doenças, eles fizeram um acordo com o proprietário da Chácara que cedeu a área para a formação do acampamento, e todas as mulheres e suas famílias, agora, obtêm água de poço e usam cloro no seu tratamento, sendo que 6% delas ainda acrescentam a filtragem. Assim, a preparação de alimentos é com água potável.

Imagem 10 – Fogão à lenha para preparação de alimentos.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2014. Fonte: Coimbra (2014).

O fogão à lenha faz parte da cultura do espaço rural. A preparação dos alimentos, geralmente, começa bem cedo e com o cozimento mais lento que,

segundo as acampadas, serve para realçar o sabor dos alimentos. Enquanto na zona urbana as pessoas optam pela praticidade e pela diminuição do tempo de cozimento, com o uso cada vez maior da panela de pressão, no acampamento o uso do tempo é bem diferente e a panela fica longas horas no fogão conservando a temperatura do alimento. O almoço é servido por volta das 10 ou 11 horas da manhã, pois os componentes da família levantam muito cedo para trabalhar ou estudar.

Todavia, a maioria das famílias acampadas também possui e faz uso do fogão a gás para a preparação das refeições, intercalando com o fogão à lenha para diminuir o gasto com a compra de gás.

A vontade de sair da realidade precária dos acampamentos leva as mulheres ao enfrentamento diário de tantos problemas. Porém, quando decidem ser acampadas é necessário se preparar para as condições difíceis que estarão a caminho.

Imagem 11 – Identidades coletivas e o cotidiano.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2013. Fonte: Coimbra (2013).

No acampamento é necessário pensar no grupo, não só no individual, pois “o cotidiano das relações no acampamento caracteriza-se pela precariedade no modo de vida e pela criação de identidades coletivas e laços de solidariedade horizontal” (GARCIA, 2004, p. 76). Porém, mesmo que tenha a criação de identidades coletivas e laços de solidariedade, como assegura Garcia, nos acampamentos o cotidiano é também regrado de desapontamentos em decorrência da precariedade dos modos de vida, como alega Margarida:

“Não é bom porque assim, a gente não tem um quintal fechado, só pra você, sabe, você tem que compartilhar tudo com o vizinho que tá ali, aí você tá em um lugar que não tá arrumado, tem dia que você fala que tá nervosa, né, fala alguma coisa, né, ofende os outros. Isso é difícil.” (entrevista em 17/05/2014)

“Mulher de acampamento sofre com os barracos que são colados um no outro, banheiro, água, nem todo mundo é igual na limpeza, não é mesmo, como se morasse numa vila e a união é muito pouca” (ÍRIS, entrevista em 17/05/2014). Embora a luta seja pelo mesmo ideal, nem todos têm o mesmo comportamento, afinal as pessoas são diferentes e quando dividem um espaço pequeno é comum que nas relações estabelecidas cada um tenha seu papel nos momentos de luta pela terra. Para o enfrentamento, foi necessária a organização do grupo, onde as mulheres ajudaram a implantar normas de convivência, já que o espaço da chácara é muito pequeno para as 63 famílias.

3.2 Situação Feminina na Constituição do Arraial da Vitória

Ao longo da história, a situação feminina na constituição de territórios, infelizmente, sempre foi negligenciada pelo descaso do seu real papel e pelo prevailecimento do masculino.

Atualmente, a mulher constrói espaços, como o Acampamento Arraial da Vitória, mas ainda vivencia a impregnação da discriminação e do pejoramento do seu trabalho. Isso porque a sociedade guarda as mazelas de décadas anteriores que a limitavam, simplesmente, à mola propulsora da família, dos cuidados e zelos pelo ambiente doméstico e filhos. Este lugar de destaque, a mulher sempre ocupou de fato, mas esqueceram de realçar as outras inúmeras atividades que desempenhavam, como sua participação nas igrejas, escolas, mercado de trabalho, sustento de si própria e da família. Tampouco, a colocavam como aquela que exercia qualquer tipo de poder.

“As mulheres viviam ‘nas margens’ do poder cujos centros eram ocupados por homens. Na maioria dos sistemas políticos, as relações hierárquicas de gênero reproduzem-se na herança social das sociedades contemporâneas” (BLAY, 2001, p. 3). A inquietude das mulheres, a partir dos anos 1960, trouxe ânimo para o

afloramento dessa mulher que sempre existiu, mas que sempre foi camuflada atrás dos homens que, historicamente, ocuparam lugar de destaque.

No Acampamento Arraial da Vitória as raízes histórico-culturais ainda enlaçam alguns dos movimentos das mulheres em busca de sua autonomia, pois, como pondera Saffioti (1969, p. 195), “a família no meio rural brasileiro conserva, pois, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial”. No entanto, os papéis femininos, ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI, sofreram alterações graças ao ímpeto da mulher em reivindicar seus direitos, até mesmo as do meio rural, onde o machismo ainda é mais evidente.

Desvincular das tradições ligadas ao campo não é a intenção das pesquisadas, pois o sonho de lidar com a terra, trazendo o que ela tem a oferecer, é a direção mais plausível para o modo de existência pautado nas experiências adquiridas. A acampada Rosa relata bem os sentimentos de ligação com a terra: “*quero vê se nós consegue essa terra e vai plantar igual tinha lá, nos sobrevivia do que tinha lá de dentro, tinha mandioca, tinha inhame, abacaxi, que nós tudo trazia pra rua e vendia e agora nós tamo afim de ganhar essas terras porque nós quer trabalhar*” (entrevista em 24/04/2014). Ou, como afirma Bouvardia: “*se a gente tivesse a terra não tava passando dificuldade. Tem dia que a gente procura uma banana e não acha, tem que pagar 5 ou 6 reais, coisa que nem sempre a gente tem, sendo que lá pra trás a gente deixou e deve tá estragando*” (entrevista em 25/04/2014), mas, ao mesmo tempo, existe o desejo de se desvincular das amarras que as impedem de conseguir seus territórios.

Na mulher, o sentimento de perda ligado ao despejo se mostra bastante intenso, pois na sua luta cotidiana no espaço privado do barraco as dificuldades se mostram latentes, já que afetam todos, mas principalmente os filhos e filhas. Isso lhe traz sofrimento e angústia, pois de todos os papéis que as mulheres desempenham com garra e determinação, o papel de mãe no cuidado com filhos e filhas é o que ela exerce com mais carinho e vontade de sobrepor os desafios lançados, como a situação de acampar e viver com muito pouco.

O austero acampamento rural demonstra seus lados cruéis em desfavor de todas as pessoas que apresentam a audácia de sua formação, não escolhendo entre mulheres, homens, crianças, jovens, cor de pele, religião e traços culturais, mas avassala até mesmo as mais destemidas das criaturas à condição de pobreza.

Ao mesmo tempo, sempre emerge o auspício de um futuro melhor, como se a esperança fosse o horizonte que se avista e almeja.

3.2.1 Uma “estranha” no ninho capitalista e as doenças como consequência

As questões de gênero se intensificam no processo do acampamento, onde os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres funcionam como um cabo de guerra. Assim, a representação de força esteve sempre alçada pelo masculino, que realmente teve a tarefa árdua de desbravar os rincões da Amazônia. Todavia, não se deve esquecer que junto estava a mulher como pilar de sustentação da família e de permanência do homem na terra, apresentando os mesmos ideais e lutas. Como argumenta Begônia: *“ser acampada é pessoa guerreira, né? Tá lutando por um ideal, o que a gente mais necessita é a terra. Pra mim uma mulher guerreira é essa que luta junto com o esposo e filhos sem medir as consequências que vem né?”* (entrevista em 24/04/2014).

Como afirma a colaboradora da pesquisa, a mulher se une ao esposo, participando de todas as etapas e momentos do acampamento, mesmo que tenha que passar por situações que, para qualquer ser humano, são motivos de dor e de sofrimento. Uma das consequências que, veementemente, aparecem na maioria dos relatos é a humilhação sofrida no território de acampamento:

“A gente se sente muito humilhada aqui e eu não achava que ser acampada era uma coisa dessa, essa humilhação. Aí o pessoal passa e fica xingando de sem-terra filha da puta e nós não somos, somos trabalhador. O que a gente tem a gente trabalha para conseguir e daí as pessoas passa humilhando a gente. Isso tudo leva a gente a uma depressão, sabe.” (GARDÊNIA, entrevista em 23/04/2014)

“Tem gente que chega aqui e ainda fica tirando o sarro e tem gente que passa e ainda fica zombando do povo que tá aqui. Nunca viveu isso, quem tem seu pedacinho de terra, não sabe o que é e nunca viveu assim. Eu me sinto humilhada, apesar da gente não ter pra onde ir, pro que é da gente. A gente tá aqui porque a gente precisa, mas é uma humilhação demais, porque ninguém tá aqui porque quer e ninguém tá aqui porque tem vontade de fazer um acampamento, tá aqui porque precisa. Realmente precisa da terra pra plantar.” (VIOLETA, entrevista em 25/04/2014)

“É humilhação muito grande pra gente até a pessoa entrar na terra, fica numa depressão, ficar pensando em tanta coisa que a gente tinha e ficar do jeito que a gente tá hoje.” (DÁLIA, entrevista em 26/04/2014)

“É muita humilhação... (pausa)... você tinha tudo e você se resumir a nada, entendeu?... a mendigar, porque os que vivem aqui, ficam 30 dias ou mais pra chegar uma cesta que não vem completa, o feijão não dá para comer. A gente ainda coloca as mãos pro céu e agradecer que vem um arroz bom, açúcar, um óleo, uma farinha e um leite. Um básico que dá pra duas

peças passar 30 dias muito mal. É humilhante, é coisa de miséria.
(ANGÉLICA, entrevista em 08/05/2014)

A humilhação mostra todas as suas faces em diversas ocasiões do cotidiano das acampadas, sendo o preconceito uma das raízes para que ela se perpetue. A sociedade conservadora rondoniense e o Estado são os verdadeiros aprisionadores do invólucro de sofrimento que as mulheres criticam com seus relatos.

Ao reivindicar os seus direitos, as mulheres do Acampamento Arraial da Vitória sofrem e tornam-se vítimas de parte da sociedade da zona urbana que as enxerga como pessoas que não têm o que fazer e que querem usufruir o que não as pertencem, mas também da zona rural que têm receio de perder suas terras e as marginalizam. Por sorte, não são todas as pessoas que comungam destes pensamentos e veem, através das suas atitudes, cidadãs que lutam pelo que é de direito: a terra para plantar e criar seus filhos.

Para quem expressa palavras ofensivas isso é uma maneira de atingir as pessoas que consideram inferiores com sua raiva sempre a ponto de ebulição, muitas vezes sem conhecer verdadeiramente os reais motivos, só repetindo o que escutou sem buscar aprofundamento. Já as que ouvem se tornam vítimas da violência psicológica, desencadeando várias doenças, como a depressão relatada pelas acampadas Gardênia e Dália. Esta é uma doença que vem crescendo nas estatísticas, mas continua sendo pouco acreditada pela sociedade que não raramente a interpreta como uma tristeza passageira. Se isso acontece mesmo em camadas mais privilegiadas economicamente, imagina para aquelas que não se dão nem ao direito de ficarem tristes, muito menos saber os motivos que a levaram a essa condição.

“Todas as sociedades produzem seus estranhos” (TAVARES, 2010, p. 45). Para os parâmetros da sociedade capitalista que prioriza o consumo como uma lei, é como se mulher acampada não fizesse parte deste mundo, já que “a partir do momento em que temos um discurso que prioriza e privilegia determinadas formas de conduta e modos de ser e estar no mundo, estamos diante de um cenário predeterminado que os indivíduos são impelidos a ocupar” (TAVARES, 2010, p. 45-46).

A mulher acampada, neste contexto, encaixa-se em dois tipos de estranhamentos: de gênero e de classe. O primeiro se caracteriza quando o homem é privilegiado, colocando-o no papel principal de todas as relações interpessoais e,

essas configurações simbólicas, invadem a sociedade como um todo, restando à mulher a luta por se libertar de tais nós sociais. Já o estranhamento de classe se caracteriza pela não aceitação das que não fazem parte da “nata” da sociedade, ou seja, as que não possuem condições financeiras para o consumo de tudo que é produzido pelo sistema capitalista. Assim, nesse mar de exclusão, preconceitos e invisibilidades:

podemos compreender que esses “estranhos”, produzidos no âmago das condições sociais, representam uma parcela de fracassados e incapazes. Ao mesmo tempo em que sua existência é precondição para a possibilidade de existência das elites, esses excluídos são identificados pelos signos do fracasso social. São, por assim dizer, a vergonha do ideal de sucesso espetacular, esses que devem ser escondidos do palco social, pois sua simples presença incomoda as classes dominantes, é uma presença ameaçadora, representantes-símbolo da miséria e da falta de sorte (TAVARES, 2010, p. 47).

Ao incomodar os dominantes, tornam-se alvo de bombardeios preconceituosos vindo de todos os lados que lhe sugam as energias de permanecer na frente de batalha e enxergar a importância de seus ideais, tornando-se estranhas no ninho capitalista que constrói padrões para gênero, classes e até mesmo de felicidade. Chegam a questionar o inquestionável: *“muita humilhação, as pessoas olha e vê a gente diferente assim: vocês moram naqueles barraquinhos na beira da estrada? É ali mesmo que vocês veve (vive)?”* (FRÉSIA, entrevista em 17/05/2014, grifo nosso).

Caso não se encaixem, são excluídas, vindo a apresentar momentos de desânimos ou até mesmo a depressão, que é um mal que leva a várias outras doenças, margeando distintos espaços, podendo acometer, principalmente, pessoas fragilizadas por situação de estresse e incertezas, como as mulheres de acampamento.

Embora a característica mais típica dos estados depressivos seja a proeminência dos sentimentos de tristeza ou vazio, nem todos os pacientes relatam a sensação subjetiva de tristeza. Muitos referem, sobretudo, a perda da capacidade de experimentar prazer nas atividades em geral e a redução do interesse pelo ambiente. Frequentemente associa-se à sensação de fadiga ou perda de energia, caracterizada pela queixa de cansaço exagerado (DEL PORTO, 1999).

Ainda que não se possa afirmar que a causa da depressão das acampadas seja somente pelo motivo do preconceito instalado, ou seja, o sentimento de serem rejeitadas por parte de outras pessoas, afinal não faltam motivos em territórios tão

precários, é recorrente nos relatos as palavras humilhação e depressão, até mesmo quando querem fazer o bem para a coletividade. A fala de Íris ajuda a exemplificar:

“Já me deu depressão e muito ataque de nervo, por causa dessa coisa, das conversinhas, falar que eu tava fazendo média com a liderança, fazendo isso e aquilo. E não é assim, é bom entender o outro quando quer ajudar, isso, se já não bastasse à humilhação sofrida!” (entrevista em 17/05/2014).

“O gênero, enquanto determinante da saúde ou da doença, apresenta relações estreitas com os fatores genéticos, psicológicos, comportamentais e sociais” (MARMOT et al., 1984 apud NOGUEIRA, 2008, p. 38). Assim, o complexo e variado conjunto de fatores socioambientais se misturam com os individuais num certo tempo e espaço para estabelecer territórios de vida, como os de acampamentos que, geralmente, condicionam doenças para a população inserida.

Neste contexto, Remoaldo e Nogueira (2012, p. 21) discorrem que “o estatuto socioeconômico, o gênero, a etnia, os comportamentos e estilos de vida, influenciam a saúde individual. Mas o indivíduo não existe fora de um espaço e não pode ser entendido senão por referência ao(s) seu(s) espaço(s)”.

As doenças apresentadas pelas acampadas estão interligadas com o espaço do acampamento pesquisado, como podemos observar no quadro abaixo.

Tabela 03 – Doenças que se destacaram entre as mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.

ORDEM DE DESTAQUE	DOENÇA	PORCENTAGEM DAS MULHERES
1^a	Verminose	57%
2^a	Infecção vaginal	40%
3^a	Hipertensão	13%
4^a	Infecção respiratória	10%
5^a	Diabetes e problemas renais	07%
6^a	Outras (colesterol, bursite, artrose e coluna)	03%

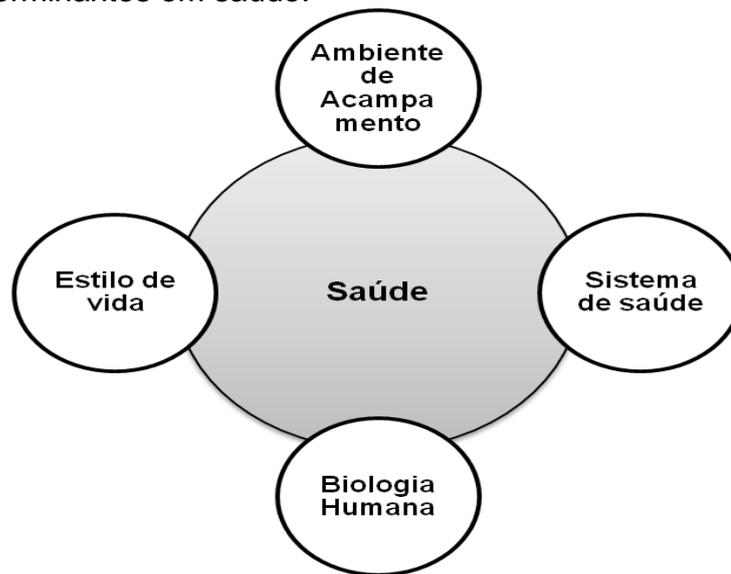
Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

Convém ressaltar que 23% das acampadas disseram não ter sofrido com nenhuma doença durante o período do acampamento e 77% relataram ter uma ou mais doenças durante a trajetória do mesmo.

Dentre as doenças que as colaboradoras da pesquisa apresentaram no período que fazem parte do acampamento, a que se destacou, em mais da metade delas, são as verminoses, produto das precárias condições estruturais do

Acampamento Arraial da Vitória. Estas precárias condições abrem caminho para as outras doenças que as afetam, como as que tiveram infecção vaginal (40%) e ainda agravaram algumas outras como a hipertensão, a infecção respiratória, a diabetes e os problemas renais, entre outros, como se pode observar na tabela 3. Com este panorama, “os resultados em saúde parecem, pois, depender de quem se é e do lugar onde se vive” (NOGUEIRA, 2008, p. 35).

Figura 05 – Determinantes em saúde.



Fonte: Adaptado de Nogueira e Remoaldo (2010, p. 29). Organização: Coimbra (2015).

A saúde é uma interconexão de fatores que partem do próprio indivíduo, através da biologia humana e de seu estilo de vida, os quais são influenciados pelos fatores do ambiente em que vivem, como o acampamento aqui retratado. O sistema de saúde utilizado nestes territórios, geralmente, vem dos serviços públicos, em função da falta de recursos financeiros das mulheres.

A acampada Íris expõe as dificuldades enfrentadas quando se precisa fazer exames ou consultas:

“uma consulta que às vez a gente precisa, é difícil, tem coisa que consegue rápido e tem coisas que não consegue, como uns exames. Tenho uns lá que demora 2 mês e quando é grave, de coração e exame de cabeça, eles mandam pro particular. Outros exames bobos a gente espera, mas se for de coração eles nem agenda. Estou esperando mesmo uma mamografia, aí eu tenho que ir no dia 5 e já tem 2 mês, mas tem que ser uma coisa que não tem muita pressa, se fosse uma operação, tinha que ser pago, né. Tem que pagar de alguma forma e quando a gente não tem dinheiro, como a gente faz? Tem que ficar pedindo a ajuda de um, uma ajuda de outro, até chegar aquele valor pra fazer particular.” (entrevista em 17/05/2014)

A necessidade de tratamento de doenças é uma preocupação para as acampadas, pois nem sempre conseguem atendimento e, quando conseguem, é bastante demorado, o que causa ansiedade, o agravamento da doença e a geração de outras, principalmente quando não possuem a renda imprescindível para o tratamento e nem a saúde indispensável para trabalhar e obter a renda.

A acampada Gardênia trava uma batalha diária com a situação precária do acampamento e a insuficiência renal crônica que a acomete, já tendo passado pela experiência dolorosa da hemodiálise e suas consequências.

“Tenho dificuldade de ir pra Porto Velho. Todo mês tem que tá em Porto Velho né, pra fazer os exames mensais, fazer hemodiálise, mas agora tô parada pra fazer os exames, pra ver como tá a creatinina e a ureia. Tem a dificuldade dos remédios, às vezes ataca, pois aqui é quente demais e às vezes desmaio. Esses dias fui dar água pros porco e quase caí lá, se não fosse os vizinhos, pois aqui é muito quente e tenho que beber muito líquido, pois aqui debaixo de lona, telha e barraco baixo é muito quente.”
(GARDÊNIA, entrevista em 23/04/2014)

Os poucos momentos em que transparece tristeza em sua face é quando fala sobre a doença e as tentativas frustradas em ser mãe, mesmo que o assunto não seja muito exposto. Apesar dos problemas enfrentados, é uma pessoa de bem com a vida, prestativa, simpática com todos e muito ativa. Realiza diversas atividades dentro e fora do acampamento, apesar de dizer que não trabalha fora do mesmo.

A mistura de angústia e fé como acalento da esperança sempre se cruzam ao se falar sobre a dura realidade.

“A luta não é boa, né?! Morar debaixo de lona, o trem não é fácil, a quentura prejudica os rins e tem que ficar olhando o movimento, ficar um pouco debaixo da lona, um pouco debaixo da árvore para refrescar um pouco. A luta aqui é grande, a gente espera em Deus que a gente recebe a terra para viver mais sossegado.” (CRISÂNTEMO, entrevista em 07/05/2014)

A média da temperatura em Rondônia é de 26°C, o que já é bastante quente. No entanto, no verão amazônico, pode chegar a 40°C ou mais, sendo difícil até para quem tem uma habitação estruturada, imagina para os que não têm condições apropriadas de moradia.

Orquídea sofre com a diabetes e quase perdeu a perna pelas circunstâncias vividas no acampamento. Teve que sair por um tempo para se recuperar, mas depois retornou, como em outras oportunidades em que o esposo e ela tiveram de trabalhar em lugares distantes.

“Fiquei sofrendo porque era de lona e quando era umas 10 ou 11 hora ninguém aguentava ficar no barraco, porque em tempo quente quem ia aguentar ficar num lugar que era cercado e coberto de lona? Ainda agravou mais o meu problema que eu peguei ter no sangue por causa do diabete, a minha perna arruinou, meio dia eu tava ali na casa da vizinha coberta de febre esperando ele chegar, esperando ele levar... a minha perna ficou desse tamanho... pretinha, pretinha, a pele dessa coxa até o dedo caiu todinha, todinha, rachou todinha por causa da febre. Aí fiquei uns dias fora pra depois voltar de novo.” (ORQUÍDEA, entrevista em 23/04/2014)

Algumas acampadas sofrem com várias doenças, como Bromélia que tem artrose, hipertensão, diabetes e crises de infecções respiratórias. Ela diz: *“tenho muita fé e muitas doenças, mas nenhuma terra para plantar. Mas Deus vai ajudar!”*.

As doenças se agravam, ainda mais, com os materiais utilizados na construção dos barracos e o clima quente e úmido, caracterizado por uma estação seca bem marcada que inicia em abril e, em junho, julho e agosto, atinge os mais baixos índices de umidade e as chuvas que só voltam a partir de setembro, para atingir o máximo de janeiro a março (THÉRY, 2012). Assim, Rondônia é marcada com um período de estiagem e um chuvoso, muita poeira ou muita umidade que fazem as doenças respiratórias se tornarem muito presentes, além de contribuírem para o avanço de outras.

Por ficarem mais tempo nos espaços privados dos barracos de lona dos acampamentos rurais, as mulheres têm uma chance bem maior de sofrer com algumas doenças do que os homens, os quais percorrem mais os (pelos) espaços públicos, afastando-os um pouco da chance de serem reconhecidos como sem-terra e serem aterrorizados pelo preconceito. Mesmo que não fiquem totalmente imunes a este mal, haja vista que atos injuriantes ocorrem em vários espaços, porém são maiores no acampamento. Ainda, as outras doenças são oriundas das condições de infraestrutura e insalubridade do seu local de moradia.

É relevante ponderar que, ao serem indagadas sobre as doenças que apresentaram durante o período do Acampamento Arraial da Vitória, nenhuma respondeu que estava com depressão. Portanto, ela é uma doença silenciosa que as pessoas têm dificuldade de expressar ou vergonha de confirmar, já que a sociedade a aborda com pouca importância ou não a considera como uma doença, até mesmo as acampadas.

3.2.2 O silêncio que ecoa na alma

Mesmo no silêncio, muitas coisas podem ser ditas. Pode aparecer por decorrência do medo ou apenas uma forma de demonstrar indignação por sua condição social.

Bordo (1997, p. 27) acrescenta que “feministas americanas e francesas têm igualmente captado uma linguagem de protesto expressada pela histérica, mesmo ou talvez especialmente quando permanece muda”. Seria uma forma de demonstração do descontentamento da sua condição ligada ao patriarcado ou à forma como a sociedade constrói e pré-determina suas atitudes.

a mudez das mulheres históricas e sua volta ao nível da pura, primária expressividade corporal, têm sido interpretadas como rejeição da ordem simbólica do patriarcado e recuperação de um mundo perdido de valor semiótico materno. Mas, ao mesmo tempo, a mudez é obviamente a condição da mulher silenciosa, que não se queixa – um ideal da cultura patriarcal. Afirmar a condição asfixiante da voz feminina através da própria falta de voz, isto é, usando a linguagem da feminidade para contestar as condições do mundo feminino, sempre envolverá ambiguidades desse tipo. [...] Evidentemente, esses dilemas são vividos de forma diferente, dependendo da classe, da idade de outros aspectos da situação das mulheres (BORDO, 1997, p. 29).

Aquilo que não é colocado pra fora do corpo angustiado e sofrido pode ser transformado em um revolvimento da própria consciência de ser mulher e de suas atitudes frente à construção social de gênero, que foi e de como será depois de suas ações, pressupondo que seu silêncio pode se transformar em patologias. Bordo afirma que a histeria²⁰, a agorafobia²¹ e a anorexia²² são as principais doenças que afetam as classes média e média-alta. “As patologias de protesto feminino funcionam paradoxalmente como se estivessem de conluio com as condições

²⁰A histeria é uma forma de neurose caracterizada por exagero teatral das reações emocionais e pela conversão de conflitos psíquicos em sintomas físicos. Disponível em: <http://www.abc.med.br/>. Acesso em 1º abr. 2015.

²¹A agorafobia é um distúrbio de ansiedade que, na maioria das vezes, está associado às crises de pânico. Formada por dois radicais gregos – ágora, nome dado às praças onde se realizavam trocas de mercadorias ou reuniões do povo e fobos, que quer dizer medo, – inicialmente, a palavra era empregada para indicar o medo que as pessoas sentiam em lugares abertos. Hoje, o significado é muito mais amplo. Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Psiquiatra Americana (DSM-IV), a palavra é usada para definir comportamentos de esquiva, que aparecem quando a pessoa se encontra em situações ou locais dos quais seria difícil ou embaraçoso escapar ou mesmo receber socorro se algo de errado acontecesse. Nos casos mais graves, a agorafobia compromete a vida social e profissional dos pacientes. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/>. Acesso em 1º abr. 2015.

²²Anorexia é uma doença cujos sintomas são terrível medo de engordar e recusa em alimentar-se. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 1º abr. 2015.

culturais que as produzem, reproduzindo ao invés de transformar justamente aquilo que provoca protesto” (BORDO, 1997, p. 30).

A autora não argumenta sobre as patologias das classes menos favorecidas economicamente, como é o caso da pesquisa em pauta, porém a expressão corporal das acampadas – até mesmo no silêncio – evidencia a busca de superar o controle social das regras impostas ao corpo feminino e, ao mesmo tempo, uma maneira de conservar aquilo que a levou a protestar com o seu silêncio.

Embora não se tenha feito uma análise mais apurada, na pesquisa, sobre as patologias desencadeadas pela mudez, ela pode levar à depressão que é muito comum no acampamento, assim como os silêncios. A possível doença não é uma afirmativa, porém ela pode abrir portas e potencializar uma nova pesquisa para a comprovação.

Quanto mais a mudez prevalece, mais a cultura patriarcal se dissemina no seio da sociedade que a produziu, principalmente nos territórios rurais dos acampamentos. Margarida esclarece essa posição: *“não falo nada... ahhh meu marido é muito enjoado, (pausa) não posso falar nada não... (risos)... eu fico quieta... (risos)... às vezes tem muita coisa que quero falar, mas... (risos)... (entrevista em 17/05/2014), ou como Frésia pondera: “nunca falei na reunião, porque às vezes não tem oportunidade pra gente falar coisa na reunião. Os homens que falam, falam, não dá oportunidade pra mulheres falar alguma coisa, então a gente não fala nada” (entrevista em 17/05/2014).*

Todas as mulheres participam das reuniões, mas a maioria deixa a fala para os homens: *“quando ele não tá eu vou, quando ele tá nós vamos os dois, mas eu não falo não, eu deixo mais é pros homem” (ORQUÍDEA, entrevista em 23/04/2014).* E algumas acreditam que eles possuem maior capacidade para se expressar e se autodiscriminam, como afirma Aquilégia: *“não falo, deixo mais ao critério dele, eu acho melhor ele” (entrevista em 07/05/2014).*

Nem sempre as questões de gênero são as únicas que influenciam, mas também as questões de classes e as hierarquias criadas nos movimentos sociais de luta pela terra, como discorre Angélica:

“A gente não fala porque a gente não é... é assim, a gente respeita muito o líder que é muito pacífico, todos pacíficos. Todo mundo fica nervoso, irritado, mas tudo longe do líder, mas quando tá junto a gente procura mais ouvir. A gente tem direito de falar, em expor os nosso sentimentos, os nosso prejuízos, não faz bem guardar, eu sei bem isso. Não é porque sou mulher,

é porque nosso líder quer que a gente aceite tudo, porque ele é uma pessoa que vem a longos anos com intimidade com a política e com o pessoal do INCRA e nós somos aqueles lá de baixo que temos só que ouvir. Não podemos reivindicar. Reclamamos, falamos, conversamos fora, mas chega na hora das reuniões, se a gente for expor, vira debate, daí dá conflito. Mas se a gente for fazer uma reivindicação aqui ou em Porto Velho, vai ficar todo mundo mudinho, só vai falar uns 4 ou 5. Fiquei olhando na televisão a manifestação do MST, ali sim, às vez eles fazem coisas que a gente não concorda, mas só que eles se reúnem e juntos vão até para outro município e coloca pra fazer pressão e nós não tá conseguindo fazer isso.” (entrevista em 08/05/2014)

Neste contexto, a aflição do silêncio relatada por Angélica vem da desunião da coletividade e das crises que assolam os acampamentos independentes, como o Arraial da Vitória, diante da morosidade em conseguir a terra para plantar e viver com a família. Seu relato mostra que nem sempre a mudez fica só com as mulheres, mas também com os homens pela sua posição hierárquica no movimento e na sociedade de classes.

Para algumas, quando não são ouvidas, forma um bloqueio, como Rosa diz: *“é muita coisa que a gente vê errado aqui também e a gente tem vontade de falar, mas é melhor ficar quieta, pois mexer com gente você sabe como é. Por isso falei uma vez, mas acho que não fui ouvida”* (entrevista em 24/04/2014). Em outras, nem a possibilidade de não ser ouvida ou acompanhada as impedem de expressar o que consideram injustiças contra as mulheres e a coletividade. Surge, assim, o desejo de subversão dos entraves vividos nos territórios que representam as reivindicações não só de homens, mas também das mulheres.

“Sempre tem reunião aqui no barracão. Falo de vez enquanto, quando sobra e eles deixam falar, né, às vez até quando tratar de um assunto que a gente não tem coragem, sempre tem que ter umas pra falar, né? É onde a gente entra e quando a gente começa, as outras esconde e fica com medo. Teve duas reunião que teve, que nós falemo, né. Aí eu brinquei, a gente tem que ir lá na frente porque é preciso falar, vamo borá. Aí quando eu cheguei lá na frente que olhei pra trás, olhei e... (risos)... aí eu disse não é justo, deixou eu na boca de fumo... (risos)... tava sozinha. Eu falo da questão das pessoas que não querem compartilhar, porque saíram para trabalhar fora, aí não vem. (...) Uns tá sofrendo mais que os outro. Sobre convivência a gente também fala, mas agora tá mais calmo, porque tem pouquinha gente, mas quando tinha mais, quando era um alvoroço danado, dava muita polêmica, muita fofoca, agora não, tá mais tranquilo.” (BEGÔNIA, entrevista em 24/04/2014)

Se o poder nasce das relações de um grupo social e, na maioria das vezes, só existe quando é permitido, para permanecer com o status, a repressão da linguagem é comumente usada. Porém, algumas mulheres mesmo com receio do novo desafio, lançam-se em meio à liderança que se esconde dentro delas mesmas.

É a maneira de reivindicar não só seus problemas, mas também os do grupo a que pertencem.

“As mulheres falam da situação precária que tá aqui, que quer ir logo pra terra, lugar pra plantar e criar as criação, ter mais dignidade um pouco. A maioria fala, mas no meu pensar não escutam muito” (GUARDÊNIA, entrevista em 23/04/2014). O que fica é a pergunta: é melhor falar e não ser ouvida ou permanecer no silêncio e deixar que os homens falem pelas mulheres?

Permanecer na luta pode ser a melhor alternativa, pois além da violência psicológica, a violência física mostra todo o furor na capa de superioridade masculina evidenciada nas relações de gênero instituídas no cotidiano do acampamento, conforme relata Bouvardia:

“tive uma discussão feia com um homem aí, fiquei uma semana com os braços doendo. Até apanhar já apanhei aqui, teve agressão física, sabe né, a gente nem pode ficar comentando essas coisas, pois aqui tinha umas coisas que se a gente falasse... (silêncio)... não pode ficar expondo, pois a convivência era difícil, agora que tá melhorzinho.” (entrevista em 25/04/2014)

Apesar dos laços fraternos estabelecidos entre a maioria na convivência dos acampamentos, nem sempre tudo é amigável, como o exemplo do relato de Bouvardia que, ao expor suas angústias, se tornou mais uma nas estatísticas de agressão física que sofreram de homens.

A dificuldade de falar sobre o assunto é nítida. Como já sofreu agressão por falar, agora prefere se calar, como se o silêncio pudesse esconder todo o sofrimento e evitar outros. Esta atitude leva a conseqüentes doenças que, para os médicos e médicas, são de difíceis detecção. A violência é advinda das relações de gênero, já que muitas mulheres têm receio de falar sobre o assunto.

A partir do final dos anos 80, esta forma de violência vem sendo caracterizada também como uma questão com diversas repercussões em termos de condições de saúde para as mulheres, estando associada a maiores índices de suicídio, abuso de drogas e álcool, queixas vagas, cefaleia, distúrbios gastrointestinais e sofrimento psíquico em geral, incluindo tentativas de suicídio (MCCAULEY, 1995 apud SCHRAIBER et al., 2000, p. 5).

São difíceis os diagnósticos se a doença advém da violência das relações de gênero, já que algumas dessas queixas são comuns a várias patologias, o que faz com que os resultados sejam, muitas vezes, camuflados. “O que parece relacionado com o duplo trabalho das mulheres, com os múltiplos papéis que estas

desempenham, com as pressões sociais e com os problemas de identidade” (GOVE, 1984; GISBEERS et al., 1992; ARBER e GINN, 1993; POPAY et al., 1993; WATERS, 1993; ELLIOTT, 1995) apud Nogueira (2008, p. 39), a origem das doenças psicológicas.

Mesmo no moderno controle social existente nas bases rurais dos acampamentos, algumas mulheres tentam se desvincularem dos padrões impostos a elas. Para as que não conseguem, o silêncio ecoa na alma e as leva a desenvolver patologias, como uma possível depressão que a aprisiona num mundo fechado pelas chaves do preconceito que a sociedade teima em jogar fora, enquanto as mulheres a procuram para abrir as portas para a justiça e a equidade de gênero.

3.2.3 A injunção da escassez de alimentos

Na procura de forças para continuar à luta pela terra é vital, já que a ocorrência de problemas faz parte da rotina dessas guerreiras, como avalia a acampada Pitaya: “*para vencer os problemas é preciso ter luta*” (entrevista em 19/05/2014). Neste processo, a escassez de alimentos torna a batalha ainda mais cansativa e dolorosa, causando angústias ao lembrar a perda no momento que foram despejados do território que achavam ser seus, onde já produziam alimentos para o sustento da família.

Para suprir as necessidades alimentares, possuem o cadastro no Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – DOAMC/MDA e INCRA, responsáveis pela indicação das famílias acampadas e a retirada das cestas de alimentos junto à Companhia Nacional de Abastecimento CONAB/Fome Zero, ligada ao MDS.

Recebem cestas de alimentos²³ composta de 10 kg de arroz, 2 kg de açúcar, 3 kg de feijão, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão, 1 litro de óleo, 1 kg de leite em pó e 1,5 kg (3 pacotes de 500 gr) de flocos de milho. Observa-se ser um pouco diferente da composição de 23 kg colocada no site do MDS, com quantidade menor de alguns itens e, também, no total. Cabe a ressalva que essa composição foi

²³ Segundo o MDS, as Cestas de Alimentos distribuídas são compostas por oito tipos de alimentos, totalizando 23 kg. Há duas composições básicas de acordo com a região:

*Região Norte e Nordeste: 10 kg de arroz, 2 kg de açúcar, 3 kg de feijão, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de leite em pó e 1 kg de flocos de milho;

*Região Centro-Sul: 10 kg de arroz, 2 kg de açúcar, 3 kg de feijão, 2 kg de farinha de trigo, 1 kg de macarrão, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de leite em pó e 1 kg de fubá (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>).

verificada em 05/07/2013, o que pode, em outras entregas, ter quantidades diferentes.

Nem sempre esses alimentos aprovacionam as famílias mais numerosas, e até mesmo as com menor número de pessoas têm dificuldades em sustentar a família com a quantidade de alimentos da cesta, pois muitas delas possuem deficiência alimentar. Porém, segundo o MDS, trata-se de uma política pública de caráter emergencial a famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e a grupos populacionais específicos que apresentam dificuldades para produzir ou obter alimentos, resultado de longos processos de exclusão social aos quais foram submetidos, como as famílias acampadas no Arraial da Vitória que aguardam acesso ao PNRA.

A entrega nem sempre é feita regularmente e, em algumas ocasiões, ocorre a cada dois ou três meses, agravando potencialmente a sobrevivência das famílias acampadas. As mães, em especial, sofrem com a falta de alimentos para seus filhos, já que na pequena área do acampamento não tem possibilidade de plantio de nenhum tipo de cultura.

No primeiro trimestre de 2015 as acampadas não receberam a cesta, só tendo acesso a mesma no dia 31 de março e faltando alguns alimentos da sua composição. A acampada Tulipa relata sobre a escassez de alimentos e o recebimento da cesta:

“recebo a cesta e às vez alguém ajuda, quando ajuda. A cesta vem a cada mês, mas às vez demora um pouco. Pra minha família a cesta dá pra quase um mês, pois as criança quase não come. Não é o suficiente, mas é o jeito, não tem outra saída.” (entrevista em 23/04/2014)

Tulipa tem uma vida sofrida com seus quatro filhos (de 11, 9, 4 e 3 anos) para criar somente com o bolsa família, com a cesta de alimentos e com a rara ajuda de pessoas conhecidas, já que com crianças muito pequenas não pode trabalhar e, também, não conta com o marido que está preso há mais de ano. A mesma, no momento da entrevista e meses posteriores, tentou o auxílio-reclusão, entretanto as tentativas foram frustradas devido à falta de notas fiscais da venda de produtos decorrentes do trabalho no campo de um ano antes da prisão (2012) e o cadastro no INCRA, no qual não tem ainda o original.

Para visitar o marido na prisão ou para as tentativas de auxílio-reclusão, deixa os filhos sozinhos ou com vizinhas, pega carona para ir e voltar da cidade, o que, às

vezes, demora muito para conseguir. Enquanto as crianças sofrem com a deficiência de nutrientes na alimentação, a mãe busca alternativas para não passarem ainda mais necessidades.

As mulheres tentam, a cada dia, superar as provações impostas pela situação dura dos acampamentos já que sabem que:

as famílias que desejam ter acesso à terra passam a integrar as listas de possíveis beneficiários de projetos de assentamento rural. Depois desses primeiros árduos passos, a espera tem sido longa, como bem o sabem os acampados que vivem hoje embaixo de uma lona, aguardando o seu assentamento (ROSA, 2012, p. 512).

As batalhadoras do Acampamento Arraial da Vitória conhecem bem essa realidade, pois já se encontram há quase três anos na condição de não terem, sequer, espaço para produção de alimentos para a subsistência. Também, não têm comprovante de endereço que possibilite a condição de cidadã dentro do arcabouço de poder dos Territórios da Cidadania que, no seu Art. 2º, afirma: “tem como objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia” (BRASIL, 2008, p. 1). No entanto, a realidade vivida mostra que ainda está muito longe desses objetivos serem alcançados.

A mulher acampada é aquela que luta, mas também se entristece com os percalços do caminho, pois mesmo morando em barraco de lona de chão batido, sem energia elétrica e com falta de saneamento, acredita que terá uma residência honrada vindoura. É aquela que se indigna com o preconceito de classe e gênero, mas acredita que todos os seres humanos merecem respeito, muitas vezes se calando, não como forma de submissão, mas para demonstrar seu descontentamento; algumas vezes, o silêncio fala mais que muitas palavras. Também, é aquela que apesar da pouca escolaridade, tem muito a ensinar, como a busca incessante por estratégias de sobrevivência porque, interiormente, guarda a esperança que terá um futuro melhor.

Assim, longe dos parâmetros encravados nos ditames da construção cultural dada às mulheres, o desejo de reverter os obstáculos da sua situação é muito intenso. Não só porque a mulher quer se tornar cada vez mais forte ou mostrar a sua força, mas está ligado à necessidade de superar as limitações espaço-temporais do acampamento rural, criando e recriando algumas estratégias de sobrevivência e apresentando-se como sujeitas de ação na dinâmica do território agrário de

Rondônia, do Brasil e, conseqüentemente, abrindo portas para a construção de seus próprios territórios.

CAPÍTULO 4

Nesse mundo todos os habitantes são nômades, mas nômades que perambulam a fim de se fixar. Além da curva existe, deve existir, tem que existir uma terra hospitaleira em que se fixar, mas depois de cada curva, surgem novas curvas, com novas frustrações e novas esperanças ainda não destroçadas (BAUMAN, 1999, p. 92).

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS MULHERES DO ACAMPAMENTO ARRAIAL DA VITÓRIA E SEUS TERRITÓRIOS

Este capítulo tem o objetivo de estabelecer as estratégias das mulheres para sobreviver em espaços de luta para a conquista da terra e para reverter os preconceitos de classe e de gênero ditados por uma sociedade que guarda no seu âmago a construção de uma hierarquia que rebaixa o trabalho feminino em relação ao masculino e, como forma de sobrevivência, organizam-se através de movimentos sociais de luta pela terra. Através deste processo, são construídos territórios que doravante se tornarão marco do desenvolvimento para a comunidade, seus familiares e de si próprias na conquista de sonhos individuais e coletivos.

Na primeira seção são expostas as estratégias desenvolvidas pelas mulheres do Acampamento Arraial da Vitória, em seu processo de resistência na luta pelo acesso à terra. Na segunda seção são demonstrados os territórios femininos das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória.

4.1 As Estratégias Desenvolvidas pelas Mulheres do Acampamento Arraial da Vitória em seu Processo de Resistência na Luta pelo Acesso à Terra

As transformações do espaço agrário rondoniense fundamentam-se na força que os movimentos sociais de luta pela terra criam e recriam no território. Também são pautados na escassez do trabalho agrícola e nas relações de gênero que ainda enaltecem o masculino e desvalorizam o feminino. Contudo, verifica-se a evolução socioeconômica das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória através das estratégias para a permanência no meio rural, sendo bem mais que uma ligação a ele, mas um intemerato refúgio para a sobrevivência.

As estratégias são junções de fragmentos que, embora distintas e variadas, formam um conjunto de ações que oferece formas e contornos aos (re)arranjos espaciais, palco para as relações de gênero que se faz indispensável à compreensão da constituição dos territórios.

4.1.1 As premissas das estratégias: de onde venho, pra onde vou

As reflexões do processo de territorialização vêm ao encontro das transformações socioespaciais, econômicas e das relações de gênero expostas no capítulo anterior. Neste sentido, abrem o leque da construção à resistência e à persistência das guerreiras de acampamento em sobreviver nos territórios transitórios e precários.

Entretanto, se essa tarefa fosse fácil, não seria tão dolorosa e cansativa. Acampar representa plantar seu próprio umbigo na terra e, quando não a tem em decorrência das perdas ao longo do caminho, é necessário criar mecanismos para dar suporte e alcançar os objetivos dos modos de vida.

A saída do lugar de origem na busca por novos caminhos é uma das primeiras alternativas encontradas por mulheres e homens para a realização dos seus sonhos. Contudo, a trajetória das migrações é preenchida, normalmente, por obstáculos que mais parecem a simbolização de uma guerra, principalmente para as mulheres que sempre foram invisibilizadas no processo de atribuições das ideias e valores aos papéis, histórica e geograficamente, construídos, colocando-as à margem, sendo o centro ocupado pelos homens.

É comum que no caminho se encontrem pessoas que têm os mesmos anseios de vida, já que o Brasil é um país tradicionalmente agrícola e apresenta, desde os primórdios, as desigualdades na distribuição de terras e de renda, conforme apresentado no capítulo de abertura.

Traçar metas e organizar o grupo aparece como estratégia para conseguir os objetivos, sendo o principal a terra. Entra nesse contexto a importância dos movimentos sociais para o sucesso da jornada de luta, pois as manifestações para a coletividade apresentam significados marcados no subjetivo das massas camponesas: “*venho da terra e é na terra que quero ficar*”, não importando quanto tempo que demore a luta, nem uma especificidade de espaço delimitado.

O verdadeiro valor são os laços de amizade dos seus pares, construídos nos processos sociais das relações de gênero num espaço-tempo determinado com

seus símbolos e significados. Impreterivelmente eles surgem num espaço físico que, para o sistema capitalista, equivale à posse através do recurso financeiro ou, no caso das acampadas, a espera através das reivindicações para uma Reforma Agrária justa. Neste prisma, Garcia (2004, p. 109) acrescenta que “o alcance da noção de justiça não se limita à distribuição, se não que inclui todos os processos sociais que sustentam a opressão”.

A mesma autora ainda afirma que “a opressão refere-se a fenômenos estruturais que imobilizam ou diminuem uma classe ou grupo social” (GARCIA, 2004, p. 110) realizada pelos que se vestem com a armadura de poder socioeconômico, político ou cultural, para usufruir do deleite em se considerar superior.

Oprimir a mulher é um dos pontos desse leque de injustiças sociais e traz junto a luta dos movimentos feministas em subverter estas artimanhas. A ciência geográfica tem a possibilidade de desvendar seus reais papéis atrás das carapaças de invisibilidades que cercam as mulheres do acampamento.

O sentimento da perda vivido no despejo traz à tona uma situação de escassez de quase tudo, principalmente do trabalho, não só nos espaços rurais, mas também no urbano. O alimento é indispensável para reunir forças e continuar na luta, mesmo que seja difícil mensurar o sofrimento de procurar uma saída, onde poucas são encontradas.

4.1.2 O trabalho como válvula de escape da situação precária

Além das condições precárias do Acampamento Arraial da Vitória, a falta de trabalho assombra a vida das lutadoras que sonham com um espaço delimitado de terra, para que possam tirar os alimentos para suprir a carência que se instala nos lineamentos de exclusão. O infortúnio de ficar sem o trabalho traz consigo vários agravantes, pois quando não se tem renda para manter a família, o desespero e a angústia proliferam doenças que tornam ainda mais caótica as condições de vida.

O trabalho remunerado se torna uma necessidade e não um mero capricho da mulher para ocupar espaços que, historicamente, foram destinados aos homens. O papel da mulher construído socialmente, há séculos, de dona de casa e procriadora ainda é latente nos territórios rurais, porém com rupturas de algumas, não como modo de afrontamento aos homens buscando a superioridade, ou ao sistema

capitalista que sempre a julgou menos capaz de desenvolver certas atividades, mas como forma de sobreviver e ser digna de respeito.

São cidadãs que têm somente os espaços privados para desenvolverem suas atividades – que muitos ainda não consideram trabalho. Porém, suas perspectivas são também pelos espaços públicos, que outrora não eram consideradas honradas em ocupar.

Em se tratando dos espaços rurais, mesmo sendo poucas, algumas alterações nas relações de gênero são constatadas, “sendo o papel da mulher como sujeito de resistência e ‘companheira de luta’ é valorizado, especialmente pela sua capacidade de trabalho” (GARCIA, 2004, p. 76). Para resistir à dureza dos acampamentos, a mulher deve sobrepor todas as adversidades que se instalam nos momentos de ocupação, bem como na preservação da ideologia para uma distribuição de terras mais justa no Brasil. Através das suas ações é despertado o sentimento de valorização, até mesmo naqueles que menosprezavam sua força de trabalho.

A concentração de terras em Rondônia leva os indivíduos que não a possuem a requerer, através das ocupações, um pedaço de terra muito menor que os grandes latifúndios, para trabalhar e morar. Sobre esta situação, Mitidiero Júnior argumenta que:

a privação da terra como lócus do trabalho de camponeses, obriga essa população a buscar diferentes e complexas formas de geração de renda e de produção de alimentos. Esses eventos evidenciam não só arcaísmos nas relações de trabalho e produção, como explicitam problemas sociais que vão ao âmago da formação e desenvolvimento da sociedade e do território brasileiro. A histórica concentração de terras e a não realização da Reforma Agrária é uma das facetas dessa forma perversa de desenvolvimento, resultando em eventos muitas vezes dramáticos, que empurram frações da população para as beiras das estradas: ou são pedintes/andarrilhos, ou são vendedores informais precarizados ou são **sem terra em luta (acampamentos)** ou são aqueles que conseguem extrair comida de pequenas faixas de terra, espremidos entre asfalto e as cercas (2013, p. 56, grifo nosso).

Para a mulher, o trabalho sonhado seria aquele ligado à terra, de onde tiraria o alimento que é tão precioso. No entanto, quando não a tem, decorrente da histórica concentração de terras e da não realização da Reforma Agrária (MITIDIERO JÚNIOR, 2013), mesmo com a nolição dos problemas, eles se fazem presentes e mostram a realidade nua e crua do desenvolvimentismo capitalista que exalta somente os latifundiários e o agronegócio, articulando a inferiorização

daquelas e daqueles que reivindicam a terra para tirar o seu sustento e o de sua família.

O trabalho contribui com a inclusão social, sendo uma estratégia não somente das acampadas, mas de milhões de brasileiras e brasileiros que lutam em meio ao capitalismo que prioriza a produção em larga escala para exportação. Assim, colabora com a exclusão da maioria da população rural que não possui a terra e, também, a urbana que mora de aluguel porque não tem moradia.

Quando todos os componentes da família trabalham, as despesas podem ser divididas, mas quando isso não acontece, todos os gastos ficam por conta do chefe da família que, geralmente, é encargo masculino. No entanto, a Estatística das Mulheres que analisa os resultados do Censo 2010, divulgada pelo IBGE em 2014, acrescenta que, no Brasil, “a proporção de famílias que tinham a mulher como responsável foi de 37,3% em 2010, sendo que este indicador se eleva ligeiramente a 39,3% para as famílias em áreas urbanas e diminui consideravelmente (24,8%) para aquelas em áreas rurais” (IBGE, 2014, s/p).

Os dados mostram a mudança que vem ocorrendo no país em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho e à questão de sua escolaridade superar a dos homens, mesmo que ainda requeiram lutas para alcançar alguns direitos trabalhistas, como a igualdade de valores dos salários para aqueles e aquelas que ocupam a mesma função no trabalho. E esta evidência não é concernente somente aos acampamentos e aos trabalhos realizados pelas acampadas, já que “o rendimento feminino não se iguala ao masculino em nenhuma das áreas gerais” (IBGE, 2014, s/p).

No acampamento pesquisado, permanece a cultura do homem assumir o papel de provedor, mesmo que a mulher apresente renda maior, o que, não só eles, muitas delas consideram ser uma simples ajuda. Isso revela a discussão sobre os papéis de gênero e o comportamento da mulher na propagação de velhos conceitos que devem ser rompidos para darem lugar à construção da valorização do seu trabalho e o seu papel de protagonista, não sendo meramente uma coadjuvante da sua própria história.

No acampamento, somente 14% das mulheres se consideram como responsáveis pela família, sendo elas as solteiras e as viúvas.

Thomaz Júnior (2002) discorre sobre a Geografia do Trabalho e a importância de reconhecer a identidade da classe trabalhadora como segmento social

potencialmente mais representativo no sentimento anticapitalista, representados pelos trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam diferentes estágios da subproletarização (hifenizados²⁴, domésticos, terceirizados, subempregados, informais, camponeses com pouca terra, trabalhadores sem terra, etc.), juntamente com os desempregados. Enfim, os segmentos mais precarizados e excluídos, portanto dessocializados pela expulsão do trabalho são hoje os sujeitos que vergam as ações mais ousadas. As mulheres, ao se reconhecerem como acampadas, procuram saídas para se encaixar no universo plural do mundo do trabalho já que estão distantes do processo de criação de valores e subjugadas da sociabilidade do capital. Ainda segundo o autor, estão mais propensas a manterem de pé o sentimento anticapitalista em evidência.

Afinal, como essas guerreiras podem concordar com o capitalismo que fragmenta classes, a exclui do trabalho, a expõe a situações frustrantes de falta de alimentação e a coloca, cada vez mais, distante de espaços saudáveis?

Desde a primeira estratégia desenvolvida pelas mulheres e seus familiares de movimentarem-se de um lugar para outro para procurar melhoria de vida, o trabalho é o elo para a concretização da sobrevivência e a construção do espaço geográfico, objeto da ciência geográfica.

Nos processos de desterritorializações e reterritorializações é comum a subproletarização²⁵ mostrar sua face mais cruel. Mesmo com a crescente irrupção da mulher no mercado de trabalho, a trabalhadora rural de acampamento ainda se ocupa principalmente daqueles ligados aos afazeres domésticos. As discriminações das relações sociais estabelecidas que, apesar das metamorfoses ocorridas nas últimas décadas do século XX e início de século XXI, ainda se mostram presentes para desespero das acampadas que veem no trabalho uma válvula de escape para sair de sua situação precária.

É coerente, portanto, analisar que as mulheres acampadas – assim como outras que também pertencem a segmentos mais precarizados e excluídos que trabalham fora do lar – realizam os trabalhos domésticos em espaços diferentes. Podem, assim, experimentar a subordinação de dois lados: tanto em casa, uma vez que não é remunerado, quanto ao patrão que, potencialmente, pode ser uma mulher que faz parte de classes mais elitizadas e que já conseguiu quebrar algumas

²⁴Separados, excluídos.

²⁵Termo utilizado por Thomaz Júnior (2002).

barreiras, mesmo que ainda tenha muitas outras, como a falta de colaboração de todos os membros da família na realização dos serviços domésticos que os destinam somente a elas. Como trabalham fora do lar, contratam outras mulheres (como as acampadas) que realizam faxinas e recebem por diárias ou mensalmente, perpetuando o trabalho doméstico.

No processo de luta pela terra, Garcia pondera sobre as opressões diferenciadas sofridas pelas mulheres em relação aos seus companheiros:

a opressão de gênero dificulta, e muito comumente impossibilita, a plena participação das trabalhadoras, na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Se bem que como classe a mulher é explorada igual que seus companheiros de luta, no entanto, de forma desigual. O capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho, e à mulher, longe de emancipá-la a explora mais ferozmente. Assim as mulheres assentadas e acampadas que vendem sua força de trabalho o fazem em condições desiguais em relação aos homens (2011, s/p).

Mesmo que os homens, em relação à classe, sejam igualmente explorados, como comprovado no lócus desta pesquisa, sobre a mulher ainda pesa a dificuldade de conseguir trabalho e a desvalorização da sua força de trabalho. Nesta conjuntura de desigualdades, as análises são feitas não somente por pesquisadoras do espaço rural, como Garcia (2011), mas também é realizada pelas acampadas e outros grupos sociais. Embora não sejam pesquisadoras, sentem o tratamento diferenciado no desempenho dos papéis de gênero.

A infravalorização da sua participação nas atividades produtivas implica remuneração inferior para as mesmas atividades. Mostra disto é que as diárias das acampadas que trabalham em assentamentos e fazendas ou das assentadas que trabalham na roça em lotes vizinhos, é inferior a recebida pelo trabalhador que desempenha a mesma atividade durante as mesmas horas de serviço. A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas e acampadas vivenciam no seu cotidiano (GARCIA, 2011, s/p).

“O valor das diárias para as mulheres é menor do que para os homens. Se os homens hoje ganha de 50 a 60 reais, a mulher ganha 30 ou 40, é raridade uma mulher ganhar 50 reais. Só se for colher café na época da colheita, ganha um trocadinho a mais, porque aí o esforço é dela, quanto mais ela catar, mais ela vai ganhar.” (ÍRIS, entrevista em 17/05/2014)

O tom de desabafo da acampada Íris sobre os valores das diárias serem menores para as mulheres em relação aos homens faz parte do cotidiano dos espaços rurais, que guardam traços do patriarcado que se propagam até hoje, valorizando mais o trabalho do homem e infravalorizando a participação da mulher

nas atividades produtivas, como afirma Garcia (2011). Este constructo é repassado de geração para geração e, mesmo com a mulher mostrando sua capacidade em vários ramos de atividades produtivas, até mesmo os ligados a parte agrícola, ainda são subjugadas em relação as suas aptidões para o trabalho.

4.1.2.1 A caixinha de surpresas: a arte de trabalhar onde é quase impossível

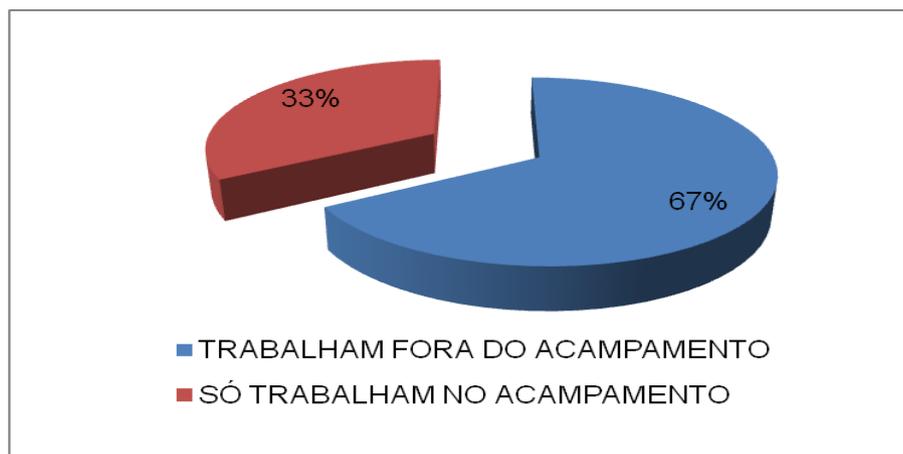
Quando a mulher enfrenta o acampamento na busca pela terra sonhada espera o reconhecimento do seu trabalho, unindo o seu modo de vida camponês e suas habilidades no trato com a terra. Busca, ainda, mais que a materialização do espaço físico delimitado, mas também o modo de vida rural, pois como vimos no capítulo anterior, a maioria das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória tem procedência rural (73%).

Historicamente, podemos constatar que esse reconhecimento ainda não chegou a como se espera, mas é necessário continuar na luta não só pela terra, mas pela sobrevivência. Isso porque a crise financeira, em decorrência da desterritorialização e da busca constante por novas territorializações, tem desencadeado novos ajustamentos para que, através do trabalho, a mulher busque sua autonomia financeira, ultrapassando o horizonte que lhe é imposto do trabalho doméstico sem remuneração e também o reprodutivo.

“No caso das mulheres trabalhadoras rurais, além de ter que enfrentar a opressão de gênero, elas tem que enfrentar a discriminação também de classe, enfrentando a desigualdade e a pobreza, características principais no meio rural brasileiro” (DUARTE, 2011, p. 128) das que têm nenhuma ou pouca terra.

Com pouca renda, ou até mesmo sem ela, as acampadas desenvolvem várias estratégias, principalmente na realização de vários trabalhos, não só no espaço do acampamento, mas também na parte externa.

Gráfico 16 – Local de realização do trabalho das acampadas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013/2014/2015. Organização: Coimbra (2015).

As mulheres têm uma força motriz capaz de desenvolver várias atividades e ainda se manterem firmes, elogiadas até pelos homens pela admiração ou simplesmente para preservar as normas patriarcais de domínio, como se o seu trabalho fosse mais significativo e o da mulher ficasse sempre em segundo plano, necessitando fazer vários trabalhos para ter um pouco de reconhecimento, quando o tem.

Todas as mulheres que participaram da pesquisa realizam o trabalho doméstico, o de procriação e o posterior cuidado com a prole, com exceção de uma que, infelizmente, não pôde ter filhos ou filhas. Além dos trabalhos serem muito cansativos e pouco valorizados, buscam outras saídas de trabalho para que tenham renda para suprir as necessidades ligadas à escassez de alimentação, ao suporte de materiais escolares para os filhos e as filhas, a compra de medicamentos e vestuários para a família, entre outros.

No gráfico 16 observa-se que 33% das mulheres realizam trabalhos que geram renda no próprio acampamento, podendo ser até dois diferentes, como as que fazem crochê e pintura em tecidos.

Quadro 03 – Trabalhos realizados pelas mulheres no Acampamento Arraial da Vitória em Ariquemes/RO que geram renda.

TRABALHOS REALIZADOS	PERCENTUAL DE MULHERES QUE DESENVOLVEM O TRABALHO
Crochê	13%
Pintura em tecidos	10%
Confecção de rede de dormir ou descansar	10%
Costura (pequenos consertos)	3%
Produção de pão caseiro	3%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013/2014/2015. Organização: Coimbra (2015).

Os trabalhos artesanais ocupam lugar de destaque entre os que geram renda e são desenvolvidos dentro do acampamento, predominando a arte do crochê, em que as mulheres desenvolvem variados tipos usando linhas e cores diferentes. Os tapetes feitos de barbantes são proeminentes nas vendas.

Imagem 12 – Artesanato de crochê confeccionado por acampada.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2014. Fonte: Acampada Dália (2014).

A pintura em tecidos e a confecção de redes de dormir ou descansar também são expressivos e se expandiram graças à solidariedade da acampada Margarida que ensinou o ofício para as demais amigas. Atualmente, elas obtêm renda com a venda para companheiros e companheiras de luta, nas proximidades e na zona urbana.

Imagem 13 – Rede de dormir confeccionada por acampada.



Acampamento Arraial da Vitória-Ariquemes/RO, 2014. Fonte: Coimbra (2015).

Tanto a costura como a produção de pão caseiro representam um pequeno percentual às mulheres e a venda é realizada para os próprios colegas de batalha na reivindicação pela terra.

“Às vezes me interto na minha máquina velha, colocando remendo nas roupas, porque costurar mesmo eu não sei, né, mas mesmo pra poder remendar as roupas de trabalho. Quando as meninas vêm pedindo pra arrumar alguma roupa eu digo, só se for de manhã ou de tarde, porque no sol ninguém merece (risos).” (BEGÔNIA, entrevista em 24/04/2014)

Mesmo realizando o trabalho de costura, ou como ela mesma diz, “*remenda das roupas da família e dos outros acampados*”, a própria o diminui, como se não soubesse costurar. Isto ressaltava a opressão sofrida pelas mulheres que, de tanto escutar que não são capazes, desvalorizam a si mesmas.

O relato de Begônia também realça a dificuldade em realizar o trabalho nos barracos cobertos de lona que, com as temperaturas altas, tornam-se insuportáveis de permanecer dentro. O mesmo ocorre com a produção dos pães caseiros que, geralmente, são assados de manhã ou à noite para evitar o problema relatado. Dona Margarida não tem energia elétrica no barraco para fazer as saborosas iguarias, mas preserva sua modéstia: “*o pão foi Deus que colocou na minha cabeça, vou fazer uns pãozinho quem sabe eu vendo bem. Aí comecei com os pãozinho*” (entrevista em 17/05/2014).

As mulheres que realizam os trabalhos dentro do acampamento, geralmente o fazem pelo aprisionamento de gênero concretizado pelos cônjuges, conservando os

traços machistas dos espaços rurais ou, simplesmente, para permanecer no espaço familiar e efetivar o trabalho em conjunto com o doméstico, o cuidado dos filhos e dos animais de criação (gatos e cachorros).

4.1.2.2 Mobilidade estratégica na busca por trabalho

A maioria das acampadas 67% (gráfico 16) desvinculou não absolutamente, mas parcialmente dos laços construtores da sociedade machista dos territórios rurais e, hoje, consegue trabalhar na parte externa do acampamento, saindo dos espaços privados e alcançando os públicos. No entanto, Garcia (2004, p. 110) afirma que “a opressão de gênero é uma das principais expressões das formas de opressão estruturais da nossa sociedade, cuja superação perpassa mera distribuição de privilégios para a inserção de uma minoria²⁶”, o que pode imobilizar ou diminuir uma classe ou grupo social.

Em escala macro essa inserção é realmente para a minoria. Contudo, retratando a escala micro do acampamento e das mulheres pesquisadas o percentual é bastante expressivo, alcançando a maioria das acampadas.

Quadro 04 – Trabalhos externos ao Acampamento Arraial da Vitória em Ariquemes/RO realizados pelas mulheres.

LOCAL DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	TIPO DE TRABALHO	PERCENTUAL DE MULHERES QUE DESENVOLVEM O TRABALHO
Zona rural (diárias)	Plantio, colheita, cercas e indústria de polpa de frutas, etc.	17%
	Faxina	10%
Serviços na zona rural por produção	Criação de animais	10%
	Plantio de hortaliças	6%
	Leite e derivados	3%
Zona urbana (mensal)	Serviços domésticos	13%
Zona urbana (diárias)	Faxina	10%
	Fabricação de chinelos	3%
Zona urbana (possui máquina instalada na casa da família)	Fabricação de chinelos	3%
Zona rural e urbana	Vendas de pequenos animais (galinhas e porcos), legumes e	20%

²⁶Referimo-nos aqui às mulheres enquanto minoria cultural. Este conceito define qualquer grupo social sujeito ao imperialismo cultural: mulheres, negros, homossexuais, portadores de deficiência, pessoas de idade, classe trabalhadora, grupos étnicos e nacionais (GARCIA, 2004).

	hortaliças	
	Vendas de perfumes, cosméticos e remédios fitoterápicos ²⁷	13%
	Vendas de enxovais	3%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013/2014/2015. Organização: Coimbra (2015).

A mulher acampada, ao sentir a privação do básico para a família, busca novos trabalhos, não diferentes do que aprenderam desde muito jovens. Assim, engajam-se nos espaços públicos para conseguir, através da sua experiência, do espaço privado doméstico para alcançar a renda necessária para a sobrevivência. Neste contexto, Silva, Nabozny e Ornat argumentam que:

as funções de muitas mulheres que se deslocam por causa do trabalho estão ligadas a papéis femininos, como faxineira, babá, empregada doméstica e cozinheira. Desta forma, elas deixam o espaço privado doméstico para trabalhar em funções muito parecidas com aquelas que desenvolvem em sua própria casa (2011, p. 35).

Elas enfrentam os trabalhos na zona urbana e rural com presteza e afinco, e mesmo saindo do acampamento, procuram trabalho geralmente na zona rural, como podemos observar no quadro anterior. Porém, nem sempre são elas que procuram; os esposos também fazem isso, pois são eles que, normalmente, têm contato com a parte externa do acampamento conseguindo trabalho nas chácaras, sítios e fazendas vizinhas, comumente de diária. Conforme Garcia (2011), “a remuneração correspondente a uma jornada de trabalho sem vínculo empregatício” e, às vezes, ocorre a remuneração mensal nas épocas das colheitas, igualmente sem vínculo empregatício. Assim, eles arrumam também para as esposas.

Tem destaque entre as mulheres o trabalho de plantio, colheita, feitiço de cercas e em indústria de polpas de frutas, nos quais recebem diárias entre 20 a 50 reais. O trabalho nas indústrias é bem difícil e os valores demonstram um pagamento relativamente baixo quando comparado à média do trabalho masculino que é de 50 reais a diária. As que realizam faxinas nas casas das proprietárias de sítios e fazendas ganham entre 30 a 50 reais. As que moram temporariamente em

²⁷Segundo Anthony Wong, diretor-médico do Centro de Assistência Toxicológica (CEATOX) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em entrevista ao médico Dráuzio Varela, discorre que o vocábulo fitoterápico é formado por duas palavras de origem grega: fito, que quer dizer planta, e terapia, que significa tratamento, medicação. Portanto, fitoterápicos são substâncias derivadas de plantas reconhecidas por sua eficácia e usadas há milhares de anos no tratamento de determinadas patologias. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/audios-videos/estacao-medicina/fitoterapia-e-remedios-naturais/>. Acesso em 6 abr. 2015.

imóveis cedidos em troca do seu trabalho e o do esposo aproveitam os espaços próximos para criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, para uso próprio, a venda do pouco excedente ou o escambo²⁸ por outras mercadorias imprescindíveis, como afirma a acampada Íris:

“(risos) Se eu tenho um frango e não tenho carne de boi, você tem 1 quilo de carne, aí você me dá a carne e eu te dou o frango. Se você quer a mandioca e não tem dinheiro, você tem a farinha, você leva a mandioca e me dá a farinha. Você quer a banana e eu tenho o arroz. Você leva o cacho de banana e eu te dou o arroz. A gente não vive só de dinheiro, se a gente tem uma alimentação e o outro não tem, é só a gente trocar. O dinheiro é pra comprar um remédio.” (entrevista em 17/05/2014)

Nos espaços aonde a renda vem em migalhas e as mulheres sofrem uma sobrecarga de vulnerabilidade, as estratégias de troca funcionam para suprir necessidades básicas de alimentação, praticando, ainda hoje, o escambo. Mesmo com a evolução da moeda, nos espaços como os acampamentos, onde a escassez ainda se instala, são comuns as trocas com as mercadorias raramente disponíveis.

Das que vivem em imóveis cedidos temporariamente, 6% trabalham no cultivo de hortaliças que são vendidas na feira local, com renda de 100 a 200 reais, e uma ainda divide entre ela e o marido. Pouco destaque têm as atividades das que alugaram uma pequena área de pastagem para criar bovinos, que já tinham no antigo Acampamento São Francisco, tirando leite e fazendo requeijão de onde obtêm renda. A acampada Bouvardia relata sobre o seu trabalho e situação:

“trabalho no sítio vizinho, tirando leite e fazendo requeijão, pois pago aluguel pro meu gadinho e vou ficar lá até acabar o pasto. Daqui uns dois ou três mês, já não dá pra ficar lá, de deixar o gado lá, aí não sei o que vou fazer, vou ficar sem lugar pra colocar meu gado... (pausa)... é duro, muito duro, pois a minha renda vem do requeijão, vou ficar sem renda.” (entrevista em 25/05/2014)

Nos meses seguintes da entrevista, a acampada teve que sair do sítio vizinho levando o gado para o sítio da mãe. No início de 2015, arrendou por um ano o pasto para trazer os animais novamente, momento em que teve a infelicidade de perder alguns deles pelo trajeto. Como se já não bastassem as perdas vividas e a dureza do acampamento, onde os movimentos são recorrentes, mostra, ainda, que a vida de acampada é um eterno recomeçar.

²⁸Simple troca de mercadoria por mercadoria, sem equivalência de valor. Disponível em: <http://portaleconomia.com.br/moedas/dinheironomundo.shtml>. Acesso em 7 abr. 2015.

Para as que fazem a mobilidade para a zona urbana em busca de trabalho, destaca-se o serviço doméstico com 23%. Destes, 13% (observar quadro 02) recebem um salário mensal e praticam a transumância, pois ficam um período (geralmente finais de semana) no acampamento – já que o esposo permanece no mesmo – e outro período na cidade, morando na residência em que trabalham ou na casa de um familiar. O restante trabalha fazendo faxina por diárias, morando no acampamento e se deslocando para a cidade nos dias de trabalho.

O acesso ao transporte é motivo de grande preocupação entre as acampadas. Quando precisam ir para a zona urbana, acordam na madrugada para conseguirem carona na RO 257, o que nem sempre é fácil, além de ser perigoso, com o objetivo de chegar no horário de começar o trabalho de faxineira. O regresso é outra luta, pois terminam o trabalho, geralmente, no final da tarde e, até conseguirem a carona de volta, às vezes já é noite. Com receio, então, procuram carona de mulheres motoristas ou os veículos que tenham alguma mulher, o que nem sempre é possível. Sobre as caronas, Margarida argumenta que *“tem algumas mulheres que dirigem, mas vindo pra roça é mais difícil, é mais homem, o que fica difícil pras mulheres que precisam da carona pra ir trabaiá e depois voltar pra o acampamento já à noite, dá muito medo”* (entrevista em 17/05/2014).

Dona Margarida é um exemplo de vida e, nos últimos três anos, o sofrimento tomou conta da sua vida, primeiro pelo despejo e depois com algumas fatalidades.

“Enfrento o acampamento pedindo à Deus, a graça de Deus. Quando vê alguma coisa errada é entrar em casa e ler a bíblia e pedir pra Deus dá uma solução pra gente. Já passei muito sofrimento aqui, precisei largar meu marido aqui e sair porque fiquei doente, fiquei quatro mês fora. Meu pai faleceu, aí perdi meu irmão lá em Porto Velho... (choro)... depois foi minha mãe, tudo nesses dois anos mais ou menos, tive que deixar ele aqui só, né. Deus me deu força pra aguentar isso tudo... (choro).” (entrevista em 17/05/2014)

Desistir não pertence à Dona Margarida, pois ela é batalhadora, dinâmica, esforçada e sempre está em busca de estratégias para suportar as dificuldades. Apesar das adversidades, constantemente dá a volta por cima, trabalhando muito, até nos momentos de doenças e recuperação das perdas familiares, quando ficou hospedada na casa da filha casada que mora na cidade.

Dificilmente quando se chega ao acampamento, dona Margarida não está trabalhando. Além dos afazeres domésticos que, geralmente, faz à noite no barraco que não tem energia elétrica, ainda faz pão pra vender para os vizinhos e vizinhas e

ensina para as amigas a arte de fazer rede de dormir. No final de 2014 estes afazeres ficaram em segundo plano, pois tinha faxinas na cidade todos os dias da semana para fazer. Sobre seu trabalho ela relata:

*“comecei a fazer pão, inventar o pão, vender pros vizinho. Depois consegui um **servicinho** na rua. Ia de carona pra rua, mas eu chegava tarde. Saia cinco horas e tinha que pegar carona nos carros, como eu já falei, eu tinha medo de pedir carona, tinha dois homens eu tinha medo, tinha um só, eu tinha medo, eu queria que o carro tivesse mulher, mas tinha carro que não tinha mulher. Aí Deus abençoô que consegui compra uma **motinha**, aí tenho que lutar mais ainda pra pagar. Mas graças à Deus, tá indo, né.”*
(MARGARIDA, entrevista em 17/05/2014, grifos nosso)

Demonstrou ter mais coragem do que medo, já que diante da dificuldade das caronas foi a uma concessionária e comprou uma motocicleta para realizar os movimentos pendulares que realiza diariamente para trabalhar.

Mesmo trabalhando muito, é comum ela referir as suas conquistas no diminutivo, como se fosse pouco serviço, um serviço fácil ou um bem pequeno, no caso da motocicleta. Expressar-se dessa maneira demonstra os significados das relações de gênero estabelecidas nos territórios rurais de acampamento, em que prevalece a dominação do masculino, como se as potencialidades das mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade não pudessem ser expostas, velando suas manifestações estratégicas de sobrevivência. Mesmo que não seja intencional, oferece, como consequência, a própria invisibilidade da mulher no processo das suas conquistas emancipatórias.

Neste contexto, os trabalhos desenvolvidos fora do acampamento são entendidos não como uma estratégia de expansão do “capital financeiro”, ou seja, de “acumular dinheiro”, mas como uma tática para sobrevivência, “isto é, a construir um ‘capital social’, e também um ‘capital simbólico’ representado pelo ‘conhecer bem o lugar’, pelo ‘saber onde procurar’, isto é, pelo saber movimentar-se pelo espaço social” (WOORTAMNN, 1990, p. 39).

Os movimentos das acampadas constituem uma importante estratégia de conhecimento do lugar para saber onde procurar trabalho e o realizar quando encontrado, estabelecendo não só o capital social e o capital simbólico, defendidos por Woortamnn, mas deles encontrar saídas para o incremento do capital financeiro tão necessário. Igualmente, os impactos não são somente no desenvolvimento econômico, mas também no social, além do empoderamento da mulher no seu

território de luta, “porque as estratégias sempre têm significados que excedem os fins para os quais foram criados” (BUTLER, 2007, p. 51, tradução nossa).

Hortência é outra mulher de fibra e coragem, pois já migrou para vários lugares, inclusive para outro país em busca de uma vida melhor para seus quatro filhos. De sua emigração para a Espanha e de seu trabalho, comprou uma pequena área no Acampamento São Francisco, mas depois do despejo, começou a fazer parte do Acampamento Arraial da Vitória.

Em 2014 ela comprou uma máquina para fabricação de chinelos. Instalou na casa da mãe na cidade e, junto com sua irmã Cravina que trabalha (meio período) por uma pequena diária, confecciona vários tipos de chinelos. Hortência é uma empreendedora, pois pensa em expandir a fabricação de chinelos e sonha em ter a terra para montar sua pequena fábrica e contratar pessoas para trabalharem não somente na fabricação de chinelos, mas também na plantação que almeja formar.

Imagem 14 – Confeção de chinelos por acampada.



Zona urbana – Ariquemes/RO, 2014. Fonte: Coimbra (2014).

Elas representam os outros 6% das mulheres que trabalham na zona urbana e praticam a transumância, vivendo um período na cidade que, geralmente, é maior por causa da produção de chinelos (ocasião da Copa do Mundo 2014) e um período no acampamento.

Existem aquelas que circulam nos dois ambientes (urbano e rural), já que lidam com vendas (observar quadro 02). Destas, 20% trabalham com vendas de

pequenos animais, cultivo de legumes e hortaliças, normalmente pertencendo ao grupo das mulheres que moram um período no acampamento e outro em sítios vizinhos, onde trabalham, realizando, também, a transumância. Os outros 16% são divididos entre os 13% que trabalham com a venda de perfumes, cosméticos e remédios fitoterápicos, geralmente morando no acampamento e fazendo as vendas nos dois espaços, e 3% que vendem enxovais e apresentam as mesmas características das anteriores.

A acampada Íris expressa os desafios dos múltiplos trabalhos realizados pelas mulheres: “*é muito difícil mulher não tá trabalhando, porque quando não tô trabalhando pra fora, tô trabalhando em casa*” (entrevista em 17/05/2014). Sofrimento que não é só para as que moram em acampamentos, mas para qualquer mulher, independente do seu lugar de residência.

A maioria das mulheres com maior mobilidade e contato com os espaços públicos é também a que realiza cursos de aperfeiçoamento ligados ao campo, como a criação de frango caipira (realizado pelo IFRO em 2012) e outros como de compotas de frutas, cultivo de hortaliças e pintura em tecidos realizados por outras instituições.

Para manter seus laços com o acampamento e o modo de vida camponês, a cidade torna-se uma extensão, uma vez que, através de sua mobilidade, a mulher sai da zona de conforto do espaço privado oferecido como o único que deveria ocupar e se lança ao desafio de conhecer melhor o espaço na procura, principalmente, por trabalho, enquanto não realiza o sonho de voltar para o cultivo e a criação de animais na zona rural. O “campo e [a] cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; ‘urbano’ e ‘rural’ são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade” (BIAZZO, 2008, p. 144).

São produzidas também pelas mulheres, já que elas não vivem num mundo fictício onde seja velada a verdade, fazendo parte do constructo social de gênero, tanto em espaço rural como urbano, e através de suas ações traz o empoderamento como uma consequência das suas estratégias. A acampada Margarida resume bem os benefícios da mobilidade e do trabalho: “*supre a necessidade que a gente precisa, né. E também tá descansando a cabeça um pouco... (risos)... porque enquanto você está trabalhando sua cabeça não pensa besteira, quando chego aqui, já começo a ficar nervosa*” (entrevista em 17/05/2014).

4.1.2.3 As relações de gênero e a divisão do trabalho

Nos acampamentos, é rara a família que nunca passou necessidades e a organização do trabalho familiar também é uma tática para permanecer nos espaços de luta.

No Acampamento Arraial da Vitória, o trabalho da mulher é uma estratégia para sobreviver nesses espaços improvisados e temporários, ainda que possam demorar anos para conseguirem ser assentadas. No entanto, fatores biológicos como menstruação, gravidez, maternidade e aleitamento materno continuam a ser álibis para impor uma desqualificação ao trabalho da mulher. Mesmo com mais de 40 anos de crítica e de trabalho dos movimentos feministas na conquista por leis mostrando que gravidez não é doença, que a licença maternidade é um direito e que o cuidado dos filhos não é somente tarefa das mulheres, mas também dos homens, ainda mostram viva as sementes do preconceito e da discriminação do valor do seu trabalho (BLAY, 2001).

Ainda sobre este prisma, ela argumenta que:

a questão vai além da lei e do direito. Tem a ver com a subjetividade feminina e masculina socialmente construída dentro de um modelo de hierarquia de gênero: “cuidar dos filhos é tarefa de mulher”; ela trabalha para “ajudar” nas despesas da casa – mesmo que seja a única pessoa com remuneração na família (BLAY, 2001, p. 6).

Interessante observar que devemos fazer um acréscimo na afirmativa de Blay, uma vez que, se o trabalho realizado nos ambientes externos pela mulher é considerado uma “ajuda” nas despesas da casa, o homem também é desvalorizado quando trabalha nos afazeres internos ou domésticos. Assim, é bastante comum as mulheres também considerem uma “ajuda” do homem, mesmo sendo um trabalho. Essa situação é advinda das construções sociais que coloca o trabalho doméstico como sendo naturalmente feminino.

Dos 86% (gráfico 05) de mulheres que são casadas ou têm união estável no acampamento, 35% dizem ter a “ajuda” dos homens nos serviços domésticos e 65% não contam com essa contribuição, confirmando a predominância do machismo existente nos espaços rurais. O relato de Begônia retrata bem as relações de gênero e a divisão do trabalho: “*meu marido faz de tudo um pouco, mexe com gado, passa veneno, dirige trator, mas em casa ele não ajuda, sobra pra mim e para a menina...* (risos)” (BEGÔNIA, entrevista em 24/04/2014). A acampada também trabalha fazendo diversas atividades fora do acampamento (que o esposo considera uma

“ajuda”), já que os espaços públicos e o trabalho nele são, culturalmente, construídos como masculinos, também reivindicando “ajuda” nos afazeres domésticos, construídos como femininos. São novas configurações na Geografia do Trabalho nos espaços privados e públicos.

Os homens, ao realizar trabalhos domésticos, não sofrem desaprovações relacionadas a sua masculinidade por parte da mulher, já que ela considera “uma ajuda”, mas sim pelas camadas mais machistas da sociedade, principalmente ligadas aos espaços rurais. Mostra-se o papel da construção social de gênero, ditando os espaços e os papéis que homens e mulheres devem ocupar e realizar.

No Acampamento Arraial da Vitória, as mulheres ocupam a maior parte do seu tempo realizando, predominantemente, os trabalhos domésticos não remunerados, os remunerados das diárias ou os mensais ligados aos artesanatos, vendas, entre outros, conforme foi exposto no quadro 02. Já entre os homens, prevalecem os trabalhos de diárias (plantio, colheita, roçar, cercas, cuidados de animais, cavar fossa e poço, passar veneno, entre outros). Íris argumenta que o marido “*não tem escolha, mexe com cerca, joga veneno, gado, trator, o que aparecer ele faz. Não tem escolha, pois nem sempre aparece*” (entrevista em 17/05/2014).

Como o espaço, o tempo também é usado para organizar e dar vida social e sexuada aos corpos de homens e de mulheres. São construções que se eternizam na história, na economia e na cultura e são transmitidas na forma de normas, condutas, comportamentos e valores. Encobertas e naturalizadas, fazem uso de bens simbólicos que se corporificam nos objetos, nas coisas e criam gêneros. Dão a homens e mulheres destinos, funções e representações (ESMERALDO, 2008. p. 199).

Desconstruir esse modelo não é tarefa simples em qualquer que seja o espaço e, no que concerne aos acampamentos rurais, ainda é mais árdua, já que essas construções são sentidas por todos os seus componentes (crianças, jovens e idosos, independente da sua identidade de gênero). Para as mulheres, ainda é mais agravante, uma vez que, além de não ser incluída nos pareceres capitalistas de produção e consumo, é subjugada como impossibilitada de exercer algumas funções, com tempos diferenciados dos homens, pois o dos homens é “contínuo”, ou seja, “sem interrupções” e o das mulheres é “fragmentado”, isto é, “com interrupções”, dividido entre trabalho com remuneração e sem remuneração (afazeres domésticos, cuidados dos filhos, entre outros) e os últimos são considerados empecilhos capitalistas na geração de renda, desvalorizando o trabalho feminino.

4.1.3 Lazer como estratégia

Quando expressamos a frase “perdi o chão” estamos nos referindo a um descontentamento, a uma decepção, a uma angústia ligada a perda. Mas quando uma acampada relata que “perdeu o chão” é como se todas as memórias ligadas ao seu modo de vida tivessem desaparecido e, de uma maneira feroz, quisesse as agarrar novamente, como se quisesse segurar o que se tem de mais precioso, “o chão”, no seu sentido mais puro da “mãe terra”.

“A terra que produz alimentos sustenta toda a estrutura social e se constitui na esperança do futuro. Não é uma comodidade econômica, ao contrário, é tão vital para a nação como o seu próprio povo” (OSBORN, 1965, p. 125).

Sobreviver sem mãe não é fácil, e projeta martírios onde é mais profunda a alma. Diante desta realidade, a mulher substitui a “mãe terra” que não tem provisoriamente, por estratégias para conseguir alcançá-la. O lazer é um deles, pois a mente esquece, momentaneamente, das perdas, das discriminações de gênero e das doenças, lançando-se na aventura da busca de momentos felizes.

Quadro 05 – Atividades de lazer entre as mulheres do Acampamento Arraial da Vitória, por ordem de predominância.

ATIVIDADE	PERCENTUAL
Pescar	53%
Assistir televisão	37%
Conversar com vizinhas do acampamento	33%
Passear	30%
Dormir	27%
Artesanato	27%
Ir à igreja	20%
Jogar baralho	10%
Outros (jogos de videogame, cursos, lavar louça e roupa, estudar, andar de bicicleta)	3%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Coimbra (2015).

Para as acampadas, os momentos felizes vêm de coisas simples como a pesca, que está no topo da preferência com 53%. Como diz a música dos cantores sertanejos Gino & Geno, repetida pelo marido da acampada Amarilis: “*tá nervoso?... vai pescar*”. Por esta dissertação tratar sobre as mulheres vou substituir por: “*tá nervosa?... vai pescar.*”

Imagem 15 – Acampada pescando na represa.



Acampamento Arraial da Vitória – Ariquemes/RO, 2014. Fonte: Coimbra (2014).

Os relatos sobre pescaria, em territórios de acampamento, vêm de Hortência: *“gosto de pescar para passar o tempo, porque aqui sai muitas brigas. No começo era muita gente e saía muitas brigas. Briga todo dia, muita bagunça, cachorro, menino, então eu ia pescar, pescar... pra não ficar nervosa”* (entrevista em 07/05/2014). Sobre isso, Dona Margarida ainda refere: *“meu lazer é pescar. Chamo sempre meu marido: vamos pescar?... (risos)... Mas já tem tempo que a gente não foi pra beira de rio. Andar um pouquinho”* (entrevista em 17/05/2014).

Assistir televisão é uma das preferências de lazer entre as acampadas, momento em que assistem num aparelho coletivo instalado no galpão de reuniões, como já exposto no capítulo anterior.

O lazer que muitas gostam não gasta nenhuma moeda e traz muita diversão, como a conversa com as vizinhas do acampamento, conforme discorre Kalanchoes: *“vou conversando e animando as pessoas para superar as dificuldades. A gente fica estressada demais, Deus me livre”* (entrevista em 07/05/2014). Geralmente, quando estão conversando com as amigas, também estão passeando nos barracos vizinhos, chácaras ou sítios próximos, já que a renda é insuficiente para passeios distantes do acampamento, o que ficou com um percentual bastante significativo.

Embora as atividades ligadas ao artesanato (crochê, pintura em tecido e redes de dormir) sejam um trabalho, a maioria que faz as artes os consideram como

lazer, como Dracena acrescenta: “*não acho a pintura trabalho não, só coisa pra passar o tempo e aproveito pra ter renda*” (entrevista em 25/04/2014).

Dália argumenta que: “*o lazer é ir pra igreja pedir pra Deus paciência*” (entrevista em 26/04/2014). Como a maioria é evangélica, considera que seu único lazer é ir para a igreja, no entanto, algumas que não são evangélicas gostam de jogar baralho. Tulipa argumenta:

“meu lazer é só andando mesmo, batendo perna, jogar baralho. Vai ali pro barracão e fica jogando baralho e pescar às vez. Bato perna na rua²⁹, nas vizinhas e, às vez, pra rua³⁰, pois agora tô indo direto pra rua resolver o problema, tô tentando o salário reclusão da cadeia, pois meu marido está preso.” (entrevista em 23/04/2104)

A tecnologia alcança todos os espaços, até mesmo os acampamentos, e como não têm acesso à internet usam como lazer os jogos (no único tablet entre as mulheres pesquisadas).

Cursos, estudar, andar de bicicleta e, até mesmo, lavar louça e roupa também são considerados um lazer, como refere Kalanchoes: “*vou prum corquinho lavar roupa pra me distrair. Tenho que lavar na mão porque não tenho máquina, pegar a bacia e ir “ariá vasia³¹”, varrer o quintal e ir pro corgo³², o divertimento é esse*” (entrevista em 07/05/2014).

Através das ações no desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, as mulheres do Acampamento Arraial da Vitória abrem portas para a formação de territórios materiais e simbólicos que fazem parte dos territórios transitórios do acampamento e, assim, dão sentido a sua própria existência.

4.2. Os Territórios Femininos das Mulheres do Acampamento Arraial da Vitória

É nas práticas mais comuns e cotidianas que as mulheres produzem seus territórios concretos e simbólicos, visibilizando não só o gênero que, geralmente, é camuflado priorizando o masculino, mas também suas ações de construção.

²⁹“Bater perna” tem o significado de andar, caminhar, fazer um passeio.

³⁰A “rua” a que se refere a acampada não é simplesmente a via pública urbana, onde transitam pessoas e veículos, margeada por casas, prédios e plantas, mas se refere ao conjunto “a cidade ou a zona urbana”.

³¹“Ariá vasia”: linguagem das acampadas que tem o significado de esfregar com força a esponja de aço ou bucha sobre as vasilhas de preparar ou consumir os alimentos.

³²“Corgo” faz parte da linguagem das acampadas para se referir a córrego.

No processo atual de fluidez temporal e espacial,

uma dita possibilidade de 'estabilidade', em todos os sentidos, tornou-se algo raro e escasso no mundo, e a transitoriedade de possibilidades abre um vasto leque de afazeres e atuações para os indivíduos, em todas as esferas de sua existência, tanto individual quanto social/coletiva (TAVARES, 2010, p. 30).

Neste dinamismo, a estabilidade se torna um sonho cada vez menos palpável, como se a fixidez estivesse sempre distante, fazendo com que os seres humanos, por mais que corram, jamais a possam alcançá-la. No entanto, até que ponto a concretização do que se busca torna-se um ponto fixo? Sempre existe muito a se buscar e descobrir após um ponto final. É um redemoinho em constante movimento, redirecionando por caminhos nunca esperados, mas sempre mediados, as relações de poder ora instaladas que originam os territórios.

Considerando a formação territorial a partir das relações de poder e controle sobre o espaço, é possível verificar o conflito entre a territorialização das relações capitalistas no campo, expressas no agronegócio e latifúndio, e a territorialização camponesa. Nesse contexto de conflito entre agronegócio, latifúndio e campesinato, pode ocorrer a afirmação ou negação do território derivadas de diferentes enfrentamentos e conflitos sociais. Os conflitos sociais entre as classes são uma característica da construção territorial do espaço agrário brasileiro (FABRINI, 2011, p. 108).

Como já discutido no trabalho, o território de Rondônia foi construído com endosso dos conflitos sociais a partir das relações de poder e controle sobre o espaço dos detentores do capital, formando latifúndios respaldados prioritariamente pelo Estado em nome do desenvolvimento, em desfavor do campesinato, que atualmente é empecilho para o avanço do agronegócio. Nesse jogo de poder, a mulher objetiva vencer os papéis que são oferecidos e busca, através de suas ações, a força de construção dos territórios femininos.

4.2.1 Entre os territórios construídos e desconstruídos

O cotidiano das mulheres do Acampamento Arraial da Vitória demonstra que, no território rondoniense e brasileiro, o jogo do poder constrói a desigualdade social baseado sempre no ter, ou seja, aquelas e aqueles que têm pouco, geralmente, não possuem nenhum poder de escolha. Negros, idosos, crianças e, principalmente, as mulheres são silenciados por aquele(a)s que trazem, através de ordens das arengas que às levam ao sofrimento advindo da violência, desigualdades relacionadas ao gênero e à classe.

Os efeitos reais são vivenciados a cada dia pelas acampadas diante das dificuldades enfrentadas na busca pelo território, seja pelos conflitos, pelo despejo, pela discriminação de classe e gênero ou, até mesmo, pela inóxia que se instala nos territórios de transição dos acampamentos e só são constituídos mediante relações de poder.

O território que as mulheres acampadas buscam não é somente um espaço delimitado de assentamento com base no desenvolvimento de atividades econômicas, mas também um território que apresenta uma dimensão mais subjetiva, onde os valores e as crenças adquiridas na sua trajetória possam dar sentido a sua vida e a dos demais companheiros de batalha.

As lutas são de todos, crianças, homens e mulheres, e para a construção dos territórios faz-se necessária à superação dos desafios que se manifestam nas relações de poder dos dominantes sobre os dominados. Desvincular-se destas amarras é um processo difícil e, muitas vezes, os territórios construídos são desfeitos, surgindo a necessidade de uma nova construção, guardando traços do vivido para que da experiência venha a força para a reconstrução. Como apresenta Haesbaert (2012), a desterritorialização é um mito e ela se torna um processo para a criação de vários outros territórios chamados, pelo autor, de “multiterritorialidades” imbricadas por relações de poder, tanto material quanto simbólico.

O tempo e o espaço são intersecções necessárias para se entender a desterritorialização e a reterritorialização. Conforme Souza (2006), já discutido nos conceitos de território, eles são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais e espaciais que podem ser permanentes ou periódicas, como os acampamentos. Assim:

o espaço geográfico é o plano material de possibilidades concretas e abstratas do homem. É nele e por ele que as significações são possíveis. A identidade com o meio e o sentimento de pertencimento dá ao território sua definição, àquela na qual vemos a apropriação, uso, ocupação e expansão de domínios numa determinada área (ARAÚJO; REIS JUNIOR, 2012, p. 104).

Mesmo que outrora tenham sofrido a desterritorialização em decorrência da ordem de despejo, isto não significa que todo o território tenha sido desfeito na mente das acampadas e, ao buscarem na memória, dão a ele o significado de território familiar, da fartura alimentar, da ligação com a terra, da felicidade e da

coletividade. Assim, mesmo não sendo concreto, ele não deixou de existir e é a partir dele que outros territórios são construídos.

Fernandes corrobora com essa afirmativa e exemplifica que “os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais” (2005, p. 28).

Neste contexto, o Acampamento Arraial da Vitória é um território concreto, mas o Acampamento São Francisco, mesmo não fazendo mais o uso do seu espaço, ainda permanece no pensamento das acampadas pesquisadas, o que o torna simbólico ou imaterial, funcionando como um modelo a se espelhar. Como afirma o mesmo autor, “o espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial” (FERNANDES, 2005, p. 28).

Em se tratando das três vertentes do território, confirmadas por Haesbaert e Limonad (1999), a vertente política (espaço delimitado) e a econômica (recurso da divisão do trabalho) seriam parte do território concreto, enquanto a vertente cultural (valorização do grupo de mulheres pelo espaço vivido) se torna a representante do território imaterial, caracterizado por Fernandes (2005); estas funcionam de forma integradora das distintas dimensões sociais.

“É importante reter o elo afetivo entre a pessoa e o lugar, ou ambiente físico, como um componente do imaginário social e das paixões que constituem os alicerces das relações sociais” (CASTRO, 1997, p. 171), pois o agir das mulheres acampadas em vencer as barreiras e os limites do território da casa – ou para a sua realidade: “território do barraco” –, aquele dos afazeres domésticos, dos cuidados com filhos e filhas, da escassez, desdobra-se em outras descobertas implantadas no seio das relações sociais.

Nos territórios das mulheres acampadas, o elo afetivo com a terra, mesmo que não a tenha concretamente, direciona para o sonho de um dia possuí-la e, mesmo que seja provisório, “passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência de um grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação” (SOUZA, 2006, p. 110).

Arraigar a terra é continuar na peleja e “a luta foi o modo encontrado pelos camponeses para findar suas trajetórias incertas, fixando-se na terra e procurando

meios de reestabelecer seus modos de vida. Por meio da terra conquistada, foram aos poucos constituindo suas territorialidades” (RIBEIRO; GUIMARÃES, 2011, p. 63).

Em tempo de globalização, o fixar-se é muito volátil e se desfaz para, em outro espaço, reconstruir-se, fazendo com que a territorialidade permaneça. Esta “é uma questão de ordem simbólica cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território” (ALMEIDA, 2008, p. 59).

O acampamento é o território de luta das mulheres e onde demonstram sua força através da organização junto aos homens, em favor dos movimentos sociais de reivindicação pela terra. Segundo Fabrini (2011, p. 99), “o território pode se constituir a margem da institucionalidade, quando a sociedade civil organizada assume poder sobre o espaço, como num acampamento de sem-terra”.

Fabrini argumenta também que:

embora o acampamento apresente conteúdo territorial, ele é uma etapa do processo de territorialização camponesa, pois é transitório, é busca. A ocupação é um pré-requisito para a territorialização mais intensa dos sem-terra materializada nos assentamentos, ou seja, o assentamento possui uma força territorial mais intensa porque o camponês possui maior domínio sobre o espaço. Assentar na terra é dominar, controlar e ter poder sobre o espaço, o que conforma o território (2011, p. 103).

Porém, vale acrescentar que o poder existe onde há um espaço e um grupo de pessoas. Assim, além do conteúdo territorial dos acampamentos exposto por Fabrini, nele são mergulhados vários outros territórios criados pela ação das mulheres que, mesmo com as opressões vividas em uma larga escala temporal, agarram-se a milimétricas partes de poder adquiridos por seu trabalho árduo para celebrar a resistência e a possibilidade de ampliação das lutas frente à discriminação de gênero e de classe que fazem parte da rotina dessas batalhadoras.

No jogo do sistema capitalista direcionado ao espaço agrário, não tem como analisar o acampamento, o gênero e o território separadamente das classes implantadas. Neste sentido, Oliveira (2007, p. 11) discorre que “o campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é”.

A mulher acampada tem que se sobrepôr às construções sociais referentes ao gênero e às classes que a menosprezam e a inferiorizam. É no processo de luta que ela se descobre excluída, deixando o papel de fragilidade que lhe foi dado e partir para a reivindicação da cidadania como direito assegurado por lei. Segundo Paiva Silva,

no processo histórico da produção do espaço agrário, o Estado tem uma presença constante e contraditória, que deve ser concebido não apenas como um elemento de conciliação ou de regulação da sociedade e dos conflitos característicos das classes sociais no capitalismo, mas eminentemente como representante e instrumento das classes sociais dominantes, tendo em vista que seus interesses foram sempre preservados e atendidos em detrimento das demandas sociais (2011, p. 45).

Se para as demandas sociais o requerimento é por uma reforma agrária justa como forma de minimizar as desigualdades no país, o Estado prima pelo desenvolvimento ligado ao agronegócio, produzido pelos latifundiários, menosprezando o trabalho dos camponeses, ou seja, mulheres e homens que vivem em minifúndios ou sonham um dia voltar para a terra da qual foi despejado(a) ou nunca teve.

4.2.2 Territórios em trânsito: movimentos femininos de idas e vindas

Como afirma Lefebvre (1958), “sobre o fundo incerto e transitório da cotidianidade, ele impõe uma estruturação. Assim, a cotidianidade que aparecia como ‘real’ (sólida e certa), revela-se incerta e transitória” (apud SANTOS, 2008, p. 144).

Destarte, os territórios femininos construídos de forma concreta e simbolicamente através de valores produzidos pelos grupos sociais ou culturais entrelaçados na produção e conservação dos mesmos, apresentam-se em diferentes tempos e espaços, ou seja, não são lineares ou perenes. Aqueles que eram presentes nos processos migratórios, onde a ocupação parecia ser sólida e certa, mostravam-se incertos e transitórios nos despejos ou na pouca bagagem, toda vez que emigravam na busca por dias melhores e são presentes na forma concreta e simbólica do que foi (passado e a ligação com a terra) e o que será (futuro e o sonho de permanecer na terra).

Na cotidianidade das acampadas, a cada tentativa de estabilização, novos territórios são criados e a territorialidade é recriada, já que a desterritorialização não significa que o sentimento de ligação com o lugar seja totalmente rompido. Ele só passa por uma metamorfose para agregar novos aprendizados quando as forças das desigualdades teimam em levá-las ao movimento para outros espaços e construir novos territórios. Sendo assim, tornam-se territórios em trânsito.

A mulher acampada constrói seus territórios e os interioriza quando participa dos movimentos de luta pela terra, fazendo com que se organizem e saiam do

casulo das responsabilidades somente familiares. Usam, desta forma, parte do tempo para desenvolver outros tipos de trabalho, seja com as habilidades que possuem, com os conhecimentos dos cursos ou, até mesmo, dos trabalhos vistos pela sociedade como masculinos (ligado ao trabalho no campo) e, embora os realizando, são invisibilizadas.

Com seu trabalho, a mulher traz renda, reconhecimento e empoderamento que se oferecem como um processo fragmentador dos exercícios discriminatórios de gênero que maximizam o homem em detrimento das mulheres. Assim, ao desenvolver as atividades ligadas ao artesanato ou outros que gerem renda nos barracos familiares e do coletivo, casas cedidas temporariamente em sítios e chácaras vizinhas ou na zona urbana, constituem um território feminino que, embora não seja fixo, é temporariamente delimitado. Ou seja, apresenta a dimensão política, pois traz renda, possui a dimensão econômica, sendo o valor e os significados que as acampadas têm por esses territórios que, mesmo sendo transitórios, trazem a vertente cultural.

Neste contexto, o barraco não é somente um território feminino de trabalhos domésticos sem remuneração, uma vez que nele também podem desenvolver estratégias de trabalhos remunerados, criando, assim, novos territórios.

Ao presenciar a necessidade de bater na porta improvisada do barraco, a acampada explora também novos espaços, saindo do privado para o público. Busca, neste sentido, sua autonomia e se torna uma agente ativa e produtiva dos seus territórios, contestando o aprisionamento e a dominação relacionada a sua condição de gênero.

Na zona rural, mas predominantemente na urbana, obtêm renda desenvolvendo atividades ligadas aos trabalhos domésticos ou se tornam empreendedoras e transformam um simples quarto cedido em um território feminino em uma confecção de chinelos, gerando renda não só individual, mas coletiva, pois ocupa mão-de-obra de outras acampadas e outros componentes familiares.

Mesmo que o trabalho da mulher ainda não seja valorizado como se deve em relação ao do homem, ele traz uma significativa liberdade financeira que possibilita agregar valor à capacidade de projeção ao futuro dos filhos, bem como a se tornar socialmente estimada como mensageira de dignidade social. Expandem-se, assim, suas potencialidades, trazendo, através de suas estratégias, o necessário

empoderamento para contrapor às construções sociais de submissão, opressão e discriminação.

O trabalho desempenhado na zona rural, na lavoura e na criação de animais, ou mesmo nas faxinas representam territórios de preservação de sua identidade camponesa, pois mesmo que ainda não possuam a terra, permanecem nela e alimentam o sonho da luta de um dia tê-la. Suas ações diminuem o isolamento do território do barraco e da convivência familiar e se movimentam criando, ao mesmo tempo, territórios de trabalho e territórios de amizade que favorecem vínculos para conseguirem novos trabalhos.

Quando a mulher se torna protagonista das cenas de luta pela terra, ela descobre que o ir e vir dos movimentos são estratégias essenciais para a sua sobrevivência e a do grupo a que pertence, priorizando a dimensão mais subjetiva de apropriação simbólica do espaço vivido. “O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo, objetividade” (SAQUET, 2007, p. 171-172) e, igualmente, a materialização de seus territórios no desenvolvimento das suas atividades cotidianas.

O acampamento passa a ser mais que um território de sofrimento, mas um ponto referencial de retorno, um abrigo provisório que facilita o trânsito em busca de trabalho, mesmo que este seja na zona urbana e se iguale àquele sem remuneração dos fazeres domésticos, mas agora com remuneração.

Segundo Fernandes (2005), a diversidade de relações sociais cria, também, diversos tipos de territórios que são formados de forma multiescalar e multidimensional, ou seja, diferentes escalas e dimensões. Quando a mulher do Acampamento Arraial da Vitória deixa o espaço privado e se movimenta para o público, as relações sociais se ampliam e, da mesma maneira, os territórios. Reelaborando a ideia de território inerte e singular, e partindo para um território em trânsito, rumo a novas concepções e agregações com mais oportunidades e possibilidades para a mulher, mesmo que em um primeiro momento o acampamento desestruture seus modos de vida.

Um território marcante para as mulheres acampadas é o da religiosidade.

Imagem 16 – Território religioso feminino.



Proximidade do Acampamento Arraial da Vitória – Ariquemes/RO, 2014. Fonte: Coimbra (2014).

Tornam-se territórios em trânsito porque, com o despejo do Acampamento São Francisco, a igreja foi retirada para ser reconstruída num espaço próximo ao novo Acampamento Arraial da Vitória, passando, também, pelo processo da desterritorialização e reterritorialização que as acampadas vivenciaram. A narrativa da acampada Dália retrata esse processo:

“desmanchando a igreja, tirando tudo e eu no barraquinho que nós fez até o caminhão chegar pra levar tudo. Enquanto meu esposo tirava as telhas eu tirava fotos. Quando passei de manhã para levar os alunos, não tava desmanchada, aí quando voltei, tava tudo desmanchado, aí desabou, foi uma coisa que (pausa) a gente cria amor (pausa) a gente cria uma união. As casas era longe, mas todo sábado, terça e quinta-feira a igreja era lotada. Hoje a gente coloca o CD pra rodar e a gente fica... (choro)... meu Deus do céu, a vida é tão complicada (pausa) a gente fica, mas a gente espera que um dia a gente possa voltar a ter as mesmas coisas que a gente tinha antigamente. A união né, a amizade.” (entrevista em 26/04/2014)

A territorialidade mantém valores e crenças dando ao Acampamento Arraial da Vitória a singularidade dos territórios femininos religiosos que, mesmo com as relações de gênero que prevalecem o poder ao masculino, a mulher é muito participante. Ela vê no território religioso também aquele ligado ao acolhimento das angústias, assim como a união e a amizade das companheiras e companheiros de luta.

No seu processo de resistência na luta pelo acesso à terra, a mulher do Acampamento Arraial da Vitória desenvolve estratégias para sua sobrevivência e da família, caracterizando um processo de emancipação diante das relações de gênero

instituídas pela sociedade que discrimina e as aloca às margens do mercado de trabalho, invisibilizando suas reais capacidades de criação e recriação do espaço de poder na constituição de seus territórios. Além disso, a manutenção do próprio acampamento através de sua obstinação em almejar a terra e reivindicar pela reforma agrária.

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO (MULHER), ACAMPAMENTO E TERRITÓRIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa se propôs a analisar como as mulheres do acampamento Arraial da Vitória estabelecem suas estratégias de sobrevivência para instituição de seus territórios. Este fio condutor construiu a seguinte compreensão da realidade explorada: o gênero se mostrou uma abordagem fundamental para compreender os territórios construídos pelas mulheres do Acampamento Arraial da Vitória e o território produzido por elas possui uma característica de “liberdade”, já que é a porta de entrada para minimizar as amarras do constructo cultural da opressão, da invisibilidade e do limitado espaço privado dos afazeres domésticos e cuidado dos filhos. Ainda que realizem estas atividades pelo afeto que têm aos filhos e à família, as necessidades enfrentadas em espaços de grande vulnerabilidade são muitas. Assim, lançam-se e alcançam os espaços públicos.

Caracteriza-se um processo de emancipação diante das relações de gênero instituídas pela sociedade que discrimina e as aloca às margens do mercado de trabalho. Isso acoberta suas ações de empoderamento e a instituição de seus territórios na manutenção da família e do próprio acampamento, como forma de reivindicar do Estado a justiça social através da reforma agrária que traga o direito pela cidadania.

Como vimos nos capítulos e nas seções anteriores, viver em acampamento é praticar a fé, a paciência e a persistência, superar as perdas materiais e simbólicas, resistindo e reivindicando mesmo quando faltam forças, porque nele também está a angústia, o desespero e o sofrimento. É como diz a acampada Hortência: “*no acampamento é um sofrimento total, é onde filho chora e mãe não vê*” (entrevista em 07/05/2014).

O que fica é a procura e a espera, afinal, o que fazer para suprir o afago e o carinho de uma mãe que inevitavelmente é insubstituível? O que fazer quando a mãe que dá o alimento já não está ao alcance das mãos? A mãe terra é assim, aquela que acalenta, protege e alimenta. Quando a perde, o que restam são memórias dos símbolos e seus significados, bem como a representação da felicidade, da saúde e do alimento.

As mulheres que fizeram parte do universo desta pesquisa são aquelas que possuem o privilégio de serem mães e, nos espaços rurais, preservam sua territorialidade com o elo maternal com a terra que a sustenta e a dignifica. São aquelas que trazem um histórico de contato com a diversidade cultural, fazendo parte de comunidades remanescentes de migrações que foram desalojadas de suas terras e colocadas em acampamentos rurais e de discriminação, batalhando não somente pela terra, mas para vencer o preconceito social, econômico e de gênero que amarga cotidianamente.

Elas representam todas as regiões brasileiras, destacando-se a Norte, com as filhas do Estado de Rondônia, seguida por Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, a menos expressiva. Prevalece as que têm de 30 a 49 anos de idade, quase 2/3 se consideram pardas ou morenas, a maioria é casada ou tem uma relação estável, têm uma média de 2,63 filha(o)s, resultado superior à média brasileira de 1,9 filha(o)s. A metade delas tem até 2 filha(o)s, sendo essas as mais jovens e, também, é muito significativo as que possuem de 3 a 4 filha(o)s.

A situação educacional é bastante preocupante, pois a maioria das acampadas tem pouca escolaridade, são analfabetas ou somente com as primeiras séries do Ensino Fundamental, ressaltando-se as condições sociais de precariedade daquelas que vivem às margens da sociedade e que raramente são visibilizadas pelo poder público com medidas para reverter tal situação.

Metade das acampadas considera que está na luta pela terra até dois anos, período que foram despejadas e formaram o Acampamento Arraial da Vitória. Também é expressiva a quantidade das que têm de três a oito anos, período que ocuparam o Acampamento São Francisco.

Para mitigar as dificuldades do tempo de luta, a religiosidade é bem presente, através das religiões católica e evangélica, com predominância da última. A Igreja Evangélica Assembleia de Deus é a que reúne o maior número de mulheres, sendo elas, na maioria, muito participantes.

O acesso à informação vem quase que integralmente pela televisão e com um pequeno acréscimo do rádio. Como nem todas tem televisão e nem energia elétrica, assistem coletivamente no barracão central do acampamento.

Medir o que é mais importante para os seres humanos não é uma tarefa fácil, mas a renda – tão importante para o sistema capitalista que prega o consumo – cumpre, para as pesquisadas, um papel mantenedor do que é primordial para a

sobrevivência, ainda que a grande maioria, mesmo com muito esforço para consegui-la, ganhe menos de um salário mínimo. Quando não se tem o mínimo, moram em barracos cobertos de lona e chão batido, sem energia elétrica e nem saneamento básico, passando a necessitar da política pública de migalhas do bolsa família para que, com o trabalho, possam ter o imprescindível para a sobrevivência da família.

A migração torna-se uma das primeiras estratégias para sobrevivência diante das perdas ligadas a territórios e territorialidades. Quando não se tem a terra, entra em cena a estratégia dos movimentos sociais e a formação político-ideológica para lutar contra os ditames implantados desde os primórdios da colonização brasileira de desigualdades na distribuição da terra.

Quando a coletividade resolve montar um acampamento rural é, na verdade, uma estratégia de resistência em permanecer na terra, é cobrar do poder público pela Reforma Agrária, é entrar na contramão do sistema capitalista que enaltece o agronegócio dos latifundiários em desfavor da agricultura familiar dos minifúndios. A mulher tem um papel importante nesta luta, pois a todo o momento se faz presente na batalha, suportando as dificuldades e os desafios da caminhada árdua até a conquista da terra, sempre com a expectativa de um futuro mais próspero não só para ela e sua família, mas para todo o grupo que tem os mesmos anseios e sonhos.

A pesquisa evidenciou que as mulheres produzem espacialidades específicas atreladas aos seus papéis de gênero, sua condição social e econômica e, para esta conquista, têm que sobrepor os infortúnios do processo de acampamento. A estratégia mais coerente é o trabalho, e para consegui-lo a mulher, além das barreiras de classe que são igualitárias também aos homens, ainda deve enfrentar as barreiras gigantescas relacionadas ao gênero, construídas socialmente e que oferecem a mulher perpassos de opressão e submissão que são repassados por gerações.

A subversão dos papéis impostos surge em doses homeopáticas, ou seja, derivadas das pequenas conquistas e vindas das poucas que querem revolver normas e condutas existentes há séculos que julgam e inferiorizam as feminilidades em detrimento das masculinidades conservando o culto ao falo. Para as que ainda não conseguiram se desvencilhar das artimanhas implantadas pelo sistema regido pela produção/consumo e as ordens patriarcais, desenvolver trabalhos dentro do

acampamento é uma pequena luz na escuridão das muitas necessidades existentes nos territórios de reivindicações do acampamento.

O trabalho fora dos limites do acampamento é realizado na zona rural, em chácaras e sítios vizinhos, e na zona urbana que, por vezes, confunde-se e se entrelaça nos fios das peculiaridades do sistema capitalista que realiza o jogo da produção e (re)produção da vida camponesa, forçando as mulheres do Acampamento Arraial da Vitória em procurar a cidade para desenvolver atividades ou prestar serviços porque precisam trabalhar e sustentar suas famílias, não por vontade ou gosto pela vida urbana. Isso porque viver em acampamento é aquele último fio de esperança em resgatar o passado, isto é, a territorialidade perdida nos processos de desterritorialização e compor uma nova realidade, recolhendo fragmentos de memórias para o retorno da segurança e da felicidade que outrora tiveram. Resistem, desta forma, bravamente não só para que o Estado assuma seu papel na realização da Reforma Agrária, mas para que os seus significados de pertencimento ao território rural permaneçam.

Os territórios instituídos pelo grupo pesquisado são construídos e desconstruídos através da circulação, ou seja, no processo de idas e vindas advindo da busca pelo trabalho ou dos despejos sofridos, bem como pela emigração como alternativa de busca por uma vida digna. Através dos movimentos das mulheres guerreiras de acampamentos vão se constituindo, pelas suas trajetórias, territórios de trânsito constante que se realizam na esperança de se fixar.

Enfim, a pesquisa elaborada evidenciou que as mulheres, apesar de toda vulnerabilidade social e econômica que vivenciam, constroem em suas práticas cotidianas um movimento de luta e resistência de sua exclusão no acesso à terra e na apropriação espacial.

Ao chegar neste ponto da construção descubro que, mesmo alcançando a resposta da questão norteadora da pesquisa, ainda existem algumas paredes que poderiam ser melhoradas, como as do vasto território onde existem tantos outros dentro, ou até mesmo outras paredes que poderiam ser levantadas como:

- 1- O acampamento é o início da realização de um sonho ou o fim dos sonhos vividos?
- 2- Quais as facetas escondidas no ato de ser assentada?
- 3- Será que o assentamento é uma espécie de panaceia, ou seja, o remédio para todos os males?

4- Será que as estratégias das mulheres ligadas ao campo (acampadas, assentadas e fazendeiras) são parecidas?

Como aprendiz no processo de pesquisa e com o desejo de continuar na trilha do conhecimento, convém parafrasear Demo (2009, p. 23) quando refere que o bom teórico ou pesquisador é aquele que “aceita todo ponto de chegada como inevitável ponto de saída”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Transformações na Vida Camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo: 1981. Mestrado (Dissertação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Nova Forma de Luta pela Terra: acampar. **Rev. Reforma Agrária**, Campinas, ano 15, n. 2, p. 55-59, maio/jul. 1985.

ALMEIDA, M. G. Diversidades Paisagísticas e Identidades Territoriais e Culturais no Brasil Sertanejo. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (org.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 47-74.

AMARAL, J. **Mata Virgem: terra prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

ARAÚJO, G. C. C. de; REIS JÚNIOR, D. F. da C. As Representações Simbólicas: a pulsão imagnética e sígnica na produção dos sentidos no espaço. **OBSERVATORIUM: Rev. Eletrôn. Geografia**, v. 3, n. 9, p. 93-106, abr. 2012. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n9/07.pdf>. Acesso em 30 abr. 2015.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

BACHELARD, G. **A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANDINI, C. A. de P. Religião e Relações de Gênero: um olhar sobre as transformações de identidades e práticas sociais de líderes femininas pentecostais. **Rev. Bras. História das Religiões**, ano II, n. 5, set. 2009. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf4/texto%2010%20claudirene.pdf>. Acesso em 2 jul. 2015.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1999.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BERMAN, M. **Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Disponível em: http://www.academia.edu/7315530/Tudo_que_%C3%A9_s%C3%B3lido_se_desmancha_no_ar. Acesso em 8 abr. 2015.

BLAZZO, P. P. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Engrup, 2008. p. 132-150.

BLAY, E. A. Um Caminho ainda em Construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. Rev. da USP, n. 49, p. 82-97, mar./maio 2001. Disponível em: http://nemgeusp.weebly.com/uploads/6/1/5/7/6157532/igualdade_oport_blay.pdf. Acesso em 2 dez. 2014.

BOLLNOW, O. F. **O Homem e o Espaço**. Trad. Aloísio Leoni Schmid. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BORDO, S. R. O Corpo e a Reprodução da Feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Trad. Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 20-41.

BRANDÃO, C. R. "Pesquisar participar". In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. pp. 9-16.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Acampamento e Pré-assentamento**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 3 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cesta de Alimentos**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 16 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm. Acesso em 15 fev. 2015.

BUTLER, J. **El Género en Disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Trad. Maria Antônia Muñoz. Barcelona: Paidós, 2007.

CAMPOS, N.; KRAHL, M. F. L. Territorialidade: elo entre o espaço rural e o urbano. In: STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Paralelo 15/LGE, 2006. p. 83-100.

CASTRO, I. E. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155-196.

CAUME, D. J. **O MST e os Assentamentos de Reforma Agrária: a construção de espaços modelares**. Passo Fundo: Editora UPF/Editora da UFG, 2006.

CESAR, T. R. A. de O. **Banco de Dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CODECEIRA, V. A Língua de Eulália: um novo olhar na norma não padrão. **Faculdade Damas – Cad. Rel. Intern.**, Recife, v. 3, n. 4, p. 81-84, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Professor/Downloads/254-951-1-PB.pdf>. Acesso em 14 jan. 2015.

COIMBRA, C. C. et al. Dificuldades e Desafios das Mulheres de Acampamento em Rondônia. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, VII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, I JORNADA DE GEOGRAFIA DAS ÁGUAS, 2013, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2013.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição Federal**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2008.

DALLERY, A. B. A Política da Escrita do Corpo: écriture féminine. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (eds.). Trad. Britta Lemos de Freitas. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 62-78.

DEL PORTO, J. A. Conceito e Diagnóstico. **Rev. Bras. Psiq.**, São Paulo, v. 21, supl. 1, maio 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151644461999000500003&script=sci_arttext. Acesso em 13 mar. 2015.

DEMO, P. Pesquisa Qualitativa: em busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev. Latino-Am. Enferm.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998.

_____. **Princípio Científico e Educativo**. 13. ed. v. 14. São Paulo: Cortez, 2009.

DIXON, D. P.; JONES III, J. P. Feminist Geographies of Difference, Relation, and Construction. In: AITKEN, S.; VALENTINE, G. **Approaches to Human Geography**. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications, 2006. p. 42-56.

DUARTE, E. L. Uma Análise das Relações de Gênero e Classe o Papel Diferenciado do Sindicalismo Rural em Alagoa Grande – PB. **Rev. Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 2, p. 125-148, dez. 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/931/1062>. Acesso em 3 abr. 2015.

ESCRIVÃO FILHO, A. Despejos. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 210-215.

ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com Marcas de Transgressões Acoradas em Mulheres Assentadas. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 185-216.

FABRINI, J. E. Território, Classe e Movimentos Sociais no Campo. **Rev. ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. São Paulo: 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. Acampamento. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012a. p. 21-25.

_____. Território Camponês. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012b. p. 744-747.

FERREIRA, M. M. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. In: ALMEIDA SILVA, A. de; NASCIMENTO SILVA, M. das G.; SILVA, R. G. da C. (orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: reflexões geográficas**. Curitiba: SK Editora/Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p. 31-57.

GARCIA, M. F. **A Luta pela Terra sob o Enfoque de Gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

_____. Trabalhadoras Rurais e Luta pela Terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Rev. Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 0, s/p, nov. 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/796/819>. Acesso em 25 set. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, E. P. **Proposição Teórico-Methodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: RONZENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

_____. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O Território em Tempos de Globalização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 7-20, jan./jun. 1999.

HISSA, C. E. **A Mobilidade das Fronteiras:** inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONÓRIO, R. G. Acampamentos: novas relações de gênero (com)fundidas na luta pela terra. **Rev. Lutas Sociais: trabalhadore(a)s em luta**, n. 13/14, p. 147-159, 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18675/13871>. Acesso em 2 fev.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Brasília: 2011. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 27 fev. 2015.

_____. **Análise dos resultados:** acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. **Análise dos resultados:** acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2015

_____. Biblioteca. **Estatísticas de Gênero:** uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2014.

LOWDERMILK, W. C. A Promessa de Agricultura nas Terras menos Desenvolvidas. In: OSBORN, F. (comp.). **As Pressões da População**. Trad. Jairo José Farias. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITÔRES, 1965. p. 123-133.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEINERZ, N. E. Relações Sociais de Gênero. In: CARVALHO, A. P. G. de et al. (orgs.). **Desigualdades de Gênero, Raça e Etnia**. Curitiba: Ibpex/Universidade Luterana do Brasil, 2009. p. 45-63.

MITIDIERO JÚNIOR, M. A. Agricultura de Beira de Estrada ou Agropecuária Marginal ou, ainda, o Campesinato Espremido. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, ano 16, n. 23, p. 43-59, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/>. Acesso em 1 abr. 2015.

MORIN, E. **Para Onde Vai o Mundo?** Trad. Francisco Morás. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC BRASIL). **Deliberações do MMC Brasil**. Brasília: MMC Brasil, 2004.

NEVES, D. P. Temáticas Recorrentes nas Teses e Dissertações Referentes ao Universo Rural. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. (orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 411-431.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. **Cad. Pesq. Admin.**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em 14 jun. 2014.

NOGUEIRA, H. **Os Lugares e a Saúde**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em 20 mar. 2015.

NOGUEIRA, H.; Remoaldo, P. C. **Olhares Geográficos sobre a Saúde**. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OSBORN, F. **As Pressões da População**. Trad. Jairo José Farias. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1965.

PAIVA SILVA, G. **Os Territórios em Disputa às Margens da Barragem de Anagé-Bahia: terra e água de trabalho versus terra e água de negócio**. Salvador: 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO VALE DO JAMARY – RONDÔNIA. Ariquemes: nov. 2006.

RAFFESTIN, C. Reperes pour une Théorie de la Territorialité Humaine. **Cahier**, Groupe Réseaux, n. 7, p. 263-279, fév. 1987.

_____. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, J. G. A.; RAMOS, L. **Quem Ganha Salário Mínimo no Brasil?** Brasília, Rio de Janeiro: Serviço Editorial, 1993. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0320.pdf. Acesso em 28 fev. 2015.

REMOALDO, P.; NOGUEIRA, H. Variações e Desigualdades Socioterritoriais em Saúde. In: REMOALDO, P.; NOGUEIRA, H. (coords.). **Desigualdades Socioterritoriais e Comportamentos em Saúde**. Lisboa: Edições Colibri, 2012. p. 11-27.

RIBEIRO, D. D.; GUIMARÃES, J. C. Trajetórias Socioespaciais de Camponeses (E)migrantes e a Luta pela Terra. **Rev. ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 53-67, ago./dez. 2011.

ROSA, M. C. Ocupações de Terra. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 509-512.

SÁ, C. P. de. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. O. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, R. B.dos. **O Projeto Político Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trajetórias de educadores e lideranças**. Campinas: 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARACENO, C. A Dependência Construída e a Interdependência Negada: estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, G.; GROPPPI, A. (org.). **O Dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 205-234.

SCHRAIBER, L. B. et al. A Violência Contra Mulheres: demandas espontâneas e busca ativa em comunidade básica de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1/2, p. 3-15, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br>. Acesso em 17 mar. 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIGAUD, L.; ERNANDEZ, M.; ROSA, M. C. **Ocupações e Acampamentos: sociogênese das mobilizações por Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SILVA, J. M. Ausências e Silêncios do Discurso Geográfico Brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, J. M. (org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009a. p. 55-91.

_____. Fazendo Geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, J. M. (org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009b. p. 25-53.

_____. Geografias Feministas, Sexualidades e Corporalidades. In: SILVA, J. M. (org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009c. p. 93-113.

SILVA, J. M.; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J. A Visibilidade e a Invisibilidade Feminina na Pesquisa Geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. (orgs.). **Espaço, Gênero e Feminilidades Íbero-americanas**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2011. p. 21-41.

SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCLES, I. J. **Construindo a Ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Curitiba: Pós-Escrito, 2009.

SILVA, J. M.; MENDES, E. de P. P. Abordagem Qualitativa e Geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J. et al. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 207-221.

SILVA, R. G. da C. Das Margens do Madeira ao Interior da Floresta: percursos da formação sócioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, A. de; NASCIMENTO SILVA, M. das G.; SILVA, R. G. da C.(orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: reflexões geográficas**. Curitiba: SK Editora/Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p. 58-82.

SOIHET, R. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-114.

SOTRATTI, M. A.; MARAFON, G. J. A Pesquisa Qualitativa nos Estudos do Patrimônio Cultural em Espaços Rurais: desafios e possibilidades. In: MARAFON, G. J. et al. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 191-206.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77-116.

SOUZA, M. M. O. de. Luta pela Terra e Resistência Camponesa em Rondônia. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, VI SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2011, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: UFPA, 2011. Disponível em: <http://singa2011.ufpa.br/>. Acesso em 25 set. 2014.

SOUZA, M. M. O. de; PESSÔA, V. L. S. O Trabalho de Campo em Geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica. In: MARAFON, G. J. et al. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 173-190.

STÉDILE, J. P. (org.); ESTEVAM, D. (ass. de pesq.). **A Questão Agrária do Brasil:** debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2012.

TAVARES, L. A. T. **A Depressão como "Mal-estar" Contemporâneo:** medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 14 mar. 2015.

THÉRY, H. **Rondônia:** mutações de um território federal na Amazônia brasileira. s.l.: SK Editora, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. **Scripta Nova, Rev. Electrón. Geogr. Cien. Soc.**, Barcelona, v. VI, n. 119, maio 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>. Acesso em 4 abr. 2015.

WOORTAMNN, K. Migração, Família e Campesinato. **Rev. Bras. Est. Popul.**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol7_n1_1990/vol7_n1_1990_2artigo_35_53.pdf. Acesso em 1 mar. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE – A

QUESTIONÁRIO – MULHERES DO ACAMPAMENTO ARRAIAL DA VITÓRIA Caracterização das Entrevistadas

Data: ____/____/____

Local da aplicação: _____

Nome: _____

Cidade nascimento:	Estado:
Local de Nascimento - Zona rural/ urbana:	
Idade: () 15-19 anos () 20-29 anos () 30-39 anos () 40-49 anos () 50–59 anos () 60 anos ou mais	
Situação Marital: () solteira () casada () viúva () separada () divorciada () relação estável	
Caso separada / divorciada recebe ajuda para os filhos? _____ _____	
Participa de programas sociais (Bolsa Família, PETI e outros? Quais? _____ _____	
Escolaridade: () sem escolaridade () ens. fund. incompleto () ens. fund. completo () ens. médio incompleto () ens. médio completo () ens. superior incompleto () ens. superior completo	
Ocupação: _____ _____ _____	
Tempo de luta pela terra: () Até 02 anos () 3 a 5 anos () 6 a 8 anos () 9 ou mais anos	
Doenças: () diabetes () hipertensão () infecções respiratórias () verminoses () outra/Qual? _____ _____ _____	
Renda familiar: () sem renda () menos que ½ salário mínimo () de ½ a 1 salário mínimo () de 1 a 2 salários mínimos () mais do que 2 a 3 salário mínimo () mais do que 3 a 4 salário mínimo () mais do que 4 salários mínimos.	
Cor/Etnia: () Amarelo ou oriental () Branco () Caboclo/ <u>BRANCO COM ÍNDIO</u> () Cafuzo / <u>NEGRO COM ÍNDIO</u> () Índio () Moreno () Mulato / <u>BRANCO COM NEGRO</u> () Negro () Pardo	
Possui Religião: () Sim () Não	Participação Religiosa: () Muito participante () Pouco Participante () Não participante
Religião a qual pertence: () Budista () Candomblé/Umbanda () Católica () Evangélica () Espírita () Muçulmana () Outra: _____	

Acesso a informação –

Assiste televisão () Sim () Não

Ouve rádio () Sim () Não

Lê jornal () Sim () Não

| Lê revistas de notícias/atualidades () Sim () Não

| Utiliza/ acessa a internet () Sim () Não

Composição familiar

Nome	Grau de parentesco	idade	Escolaridade	Local de nascimento	Tempo de acampamento	Atividade remunerada	Valor da remuneração	Religião
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								

Atividades desempenhadas no acampamento:

Quantidade	Atividade	Remuneração
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

Atividades desempenhadas fora do acampamento

Quantidade	Atividade	Remuneração
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

Condições de habitação

ÁGUA:	De onde vem a água usada no acampamento? () poço () rio () represa () outro / Qual _____	É usado algum tratamento da água usada para beber? () ferver () filtrar () cloro () outro / Qual? _____
ESGOTO:	Existe sistema de esgoto no acampamento? () sim () não	Pra onde vão os resíduos e água utilizada para limpeza e banho? () represa () rio () fossa improvisada () outro / Qual? _____
		Se existe fossa, ela tem capacidade de suporte? () sim () não
LIXO	Possui coleta de lixo? () sim () não	Se sim, a coleta é realizada por órgãos: () público () privado
		Se não, o que é feito com o lixo? () queimado () depositado no solo () outro / Qual? _____
ENERGIA ELÉTRICA:	O acampamento possui energia elétrica? () sim () não	Se não, qual estratégia é usada para suprir a sua falta? () vela () lampião () lanterna () outro / Qual? _____
TELEFONE:	Possui acesso a telefone? () sim () não	Se sim, que tipo? () fixo () celular Número: _____
TAMANHO DOS BARRACOS:	Quantos metros quadrados possuem os barracos? () 8 a 12 () 13 a 17 () 18 a 22 () 23 a 27 () 28 a 32 () 33 a 37 () mais que 38	
MATERIAL DA CONSTRUÇÃO:	Qual material foi utilizado para construir as paredes? () lona () madeira () palha () outro / Qual _____	Qual material foi utilizado para construir o teto? () lona () telha () palha () outro / Qual _____
CÔMODOS:	Existe divisão de cômodos nos barracos? () sim () não	Se sim, quantos cômodos possui? () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais
		Se sim, marque X nos cômodos que possui o barraco? () quarto () cozinha () sala () banheiro () área de serviço () outro / Qual _____

Condições da Propriedade

A propriedade é:	() própria () arrendada () alugada () cedida () ocupação	
	Se arrendado ou alugado, qual o valor pago? _____	O pagamento é feito: () diário () semanal () quinzenal () mensal () semestral () anual () outro / Qual _____
A área é suficiente para a atividade pecuária / agrícola? () sim () não		

APÊNDICE - B

ENTREVISTAS – MULHERES DO ACAMPAMENTO ARRAIAL DA VITÓRIA

Data: ____/____/____ Local da aplicação: _____

Nome: _____

Processo de luta pela terra

- 1 - Qual foi a sua participação na trajetória do acampamento?
- 2 - Qual o significado da luta pela terra em relação ao seu projeto de vida?
- 3 – Quanto tempo de luta pela terra e quais os motivos da sua inserção?
- 4 - Quem participa das reuniões? Mulheres, homens, idosos, jovens, crianças?
- 5 - Existe alguma ligação com movimento de luta pela terra como o MST, Pastoral da Terra?

Cotidiano no acampamento

Trabalho:

- 6 - Como é a divisão de trabalho na família?

Pai _____

Mãe _____

Filhos _____

- 7 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres de acampamento?
- 8 - Quais são as estratégias utilizadas para sobrevivência no acampamento?
- 9 - Existe alguma atividade coletiva no acampamento para homens, mulheres, idosos, jovens e crianças (Exemplos: plantação, criação de pequenos animais, limpeza do acampamento, construções e outras).
- 10 - Acontecem atividades de lazer no acampamento para homens, mulheres, idosos, jovens e crianças? Quais?
- 11 - O que você faz quando não está trabalhando?
- 12 - Na condição de acampadas quais as políticas públicas que têm acesso?
- 13 - O que é ser uma acampada? Como você se vê nessa condição?

Atividades e moradia externa ao acampamento

14 - Você realiza algum tipo de trabalho remunerado fora do acampamento, onde?

15 - Se resposta zona urbana: Qual o motivo que te levou a procurar um trabalho na zona urbana?

16 - Se resposta zona rural: Qual o motivo que te levou a procurar um trabalho em sítios vizinhos?

17 - Você também tem residência fora do acampamento? O que te levou a fazer essa escolha?

18 - Como você concilia o trabalho (ou atividade) e moradia externa com o vínculo com o acampamento?

19 – Você acredita que a estratégia de trabalho fora do acampamento trouxe algum benefício? Qual?

Expectativas futuras

20- Qual seu maior sonho?